

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRÍCIA SANTOS

**TERRITÓRIOS QUE ALIMENTAM: A RESISTÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUL
MARANHENSE**

UBERLÂNDIA-MG

2025

PATRÍCIA SANTOS

TERRITÓRIOS QUE ALIMENTAM: a resistência dos assentamentos de reforma agrária
frente à expansão do agronegócio no sul maranhense

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de doutora em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Uberlândia-MG

2025

PATRÍCIA SANTOS

TERRITÓRIOS QUE ALIMENTAM: a resistência dos assentamentos de reforma agrária
frente à expansão do agronegócio no sul maranhense

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de doutora em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Uberlândia, 31 de março de 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Cleps Junior
Orientador

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira
UFU

Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
UFTM

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti
UFSM

Prof. Dr. Ronaldo Barros Sodré
UFMA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S237t
2025 Santos, Patrícia, 1994-
Territórios que alimentam [recurso eletrônico] : a resistência dos
assentamentos de reforma agrária frente à expansão do agronegócio no
sul maranhense / Patrícia Santos. - 2025.
- Orientador: João Cleps Junior.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.5025>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.
1. Geografia. I. Cleps Junior, João, 1962-, (Orient.). II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia. III.
Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

Dedico este trabalho ao meu pai, José Hozanan Santos (in memoriam), pelo estímulo, força e carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da caminhada desta tese, por vezes, pensei que estava só. Afinal, é inegável que a pós-graduação é um caminho solitário, especialmente por ter seu início marcado por tempos pandêmicos e pela ausência dos cafés e conversas no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA). No entanto, com o tempo, percebi que meus pensamentos estavam equivocados. Apesar das distâncias geográficas, nunca estive realmente só, e foi graças a isso que consegui chegar até aqui.

Dessa forma, não poderia deixar de expressar minha gratidão àqueles que estiveram comigo, me incentivando, acolhendo e compartilhando risadas, tristezas e reclamações. Espero que, se eu cometer o erro de esquecer alguém, entendam que, ao final de uma tese, a cabeça já não funciona tão bem.

Agradeço à minha querida família, por me acolher e me mostrar que há sempre um lar para onde voltar. Aos meus pais, cuja frase de ordem era “sua única obrigação é estudar”. Pai, sei que, onde estiver, se sentirá feliz e orgulhoso com este trabalho. Mãe, obrigada por me acompanhar com sua fé. Aos meus irmãos e sobrinhos, vocês são minha fortaleza! À minha irmã, que sempre me inspirou e me deu a mão. Amo vocês!

Ao meu orientador, João Cleps, a quem nós, do LAGEA, carinhosamente nos referimos como “papai Cleps”, obrigada pela dedicação, pela enorme paciência, pela parceria que se estende desde o mestrado, pelos diálogos e por acreditar no meu trabalho. Você é uma grande referência, tanto como pesquisador quanto como professor.

Agradeço aos meus companheiros de laboratório, Fabiana, Natália, Thiago e nossa agregada (Nati trabalhadeira), que se tornaram amigos queridos. Obrigada pela escuta, pelas palavras de incentivo, pelos cafés, vinhos e encontros, às vezes rápidos, mas sempre carregados de risadas, que tornavam as angústias mais leves. Ao Gustavo, pela ajuda com os mapas.

Ao Alison, meu amigo-irmão, um dos grandes presentes que a UFU me deu. Obrigada pelo incentivo, pelas leituras cuidadosas, apontando o que meus olhos cansados já não enxergavam. E, principalmente, obrigada pela nossa amizade!

À Jana, não apenas por aceitar participar da banca, mas por ser minha grande incentivadora e referência. Lembro-me de ter dito a você, em 2015, nas escadarias da UFTM, que queria seguir carreira acadêmica. Ao olhar para trás, vejo o quanto você foi essencial para que eu chegasse até aqui, me mostrando o mundo da pesquisa científica. Obrigada por toda a dedicação e pela amizade que construímos.

Agradeço ao Mirlei, que me acompanhou desde a monografia, sempre me incentivando a explorar novos caminhos. Ao Marcelo, cuja energia contagiante e disposição para colaborar foram fundamentais. Ao Ronaldo, que, com seu olhar local, foi crucial para a continuidade da escrita. Obrigada a todos pelo aceite e pela leitura atenta. Tenho certeza de que, como em outros momentos, vocês contribuirão para qualificar ainda mais este trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à família que o Maranhão me trouxe. Aos amigos Ana Raquel e Álvaro, pela acolhida em seu lar, junto aos seus filhos, a quem tenho como sobrinhos do coração. Obrigada por tanto carinho! À Rebeca, pela amizade, incentivo e ajuda com os transportes para a realização dos trabalhos de campo. À Weilan, que, apesar de pouco tempo, ocupou um espaço importante, sendo minha companheira de estudos e momentos de descontração. À família Aldeia do Leão, por ser um refúgio e um território onde pude me recarregar de boas vibrações. Ao companheiro e amigo Pedro Alves, que foi a grande ponte para a realização dos trabalhos de campo. Sem sua articulação, esta tese não seria possível.

Agradeço aos grandes protagonistas deste trabalho, os assentados e assentadas que abriram suas portas e me receberam com tanto carinho, oferecendo cafezinhos, almoços e longas e ricas conversas, que me inspiraram e me fizeram ter certeza de que a luta não é fácil, mas é necessária e coletiva.

Direciono meus agradecimentos também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFU), que durante esses anos foi casa. Obrigada pela presteza ao longo de todo esse tempo.

Agradeço todos aqueles que vieram antes de mim, que lutaram por uma educação pública, pois reconheço meu privilégio de fazer parte de um grupo ainda muito pequeno de pós-graduados neste país.

E, finalmente, obrigada a todos que compartilharam dessa jornada comigo em algum momento, mesmo que não tenham sido citados nome a nome, mas que estão lembrados na materialidade desta tese.

*“A monocultura é uma prisão.
A diversidade, ao contrário, liberta”
(Eduardo Galeano, 1971).*

RESUMO

A alimentação, ou sua ausência, revela problemáticas profundas no campo brasileiro, cujo processo histórico incorpora novos agentes, contextos econômicos e políticos, refletindo-se nos usos dos territórios. Este trabalho tem como recorte espacial os assentamentos de reforma agrária no Sul do Maranhão, especificamente nos municípios de Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso. Embora localizados no MATOPIBA, região marcada pelo avanço implacável do agronegócio, esses assentamentos demonstram que a resistência não se limita à ocupação da terra, mas também à produção de alimentos que desafia a lógica capitalista. O objetivo desta pesquisa é compreender as dinâmicas de uso do território pelo agronegócio e pelo campesinato, analisando como essas práticas influenciam a produção e o acesso à alimentação nos assentamentos de reforma agrária. A metodologia adotada inclui levantamento e análise bibliográfica, que fornecem suporte teórico para temas como campesinato, agronegócio e seus paradigmas, além de discussões sobre território, abordando sua multiescalaridade e multidimensionalidade, sistemas agroalimentares e as transformações na alimentação e produção decorrentes dos distintos usos do território pelos sujeitos presentes no campo. Dados secundários de natureza quantitativa e qualitativa reforçam o diálogo com a bibliografia e com as informações levantadas e coletadas em campo. Como tese, defende-se que os assentamentos se configuram como territórios de agrobiodiversidade, capazes de resistir às monoculturas impostas pelo agronegócio. Constata-se que as famílias que produzem em seus lotes reduzem a dependência do mercado, garantindo uma cultura alimentar baseada em alimentos *in natura*, de origem regional, aproximando-se da soberania e da segurança alimentar. Por outro lado, as famílias que enfrentam maior dificuldade para produzir ou que obtêm a maior parte da renda fora do lote estão sujeitas a uma redução na oferta de alimentos de qualidade, baseando-se em produtos impostos pelos sistemas alimentares de mercado e ficando mais vulneráveis a insegurança alimentar. Destaca-se a relevância deste trabalho por sua perspectiva local, capturando os aspectos que orientam as escolhas alimentares nos assentamentos de reforma agrária na mesorregião Sul Maranhense.

Palavras-chave: Soberania Alimentar. Maranhão. Fronteira Agrícola. Sistemas Alimentares. Assentamento Rural.

ABSTRACT

Food, or its absence, reveals deep issues in the Brazilian countryside, whose historical process incorporates new actors, economic and political contexts, reflecting in the uses of territories. This study focuses spatially on agrarian reform settlements in Southern Maranhão, specifically in the municipalities of Estreito, Porto Franco, and São João do Paraíso. Although located in MATOPIBA, a region marked by the relentless advance of agribusiness, these settlements demonstrate that resistance is not limited to land occupation but also includes food production that challenges capitalist logic. The objective of this research is to understand the dynamics of territorial use by agribusiness and peasantry, analyzing how these practices influence food production and access in agrarian reform settlements. The adopted methodology includes bibliographic research and analysis, providing theoretical support for themes such as peasantry, agribusiness and its paradigms, as well as discussions on territory, addressing its multiscalarity and multidimensionality, agri-food systems, and the transformations in food and production resulting from different territorial uses by rural actors. Secondary quantitative and qualitative data reinforce the dialogue with the literature and the information gathered in the field. As a thesis, it is argued that the settlements constitute territories of agrobiodiversity, capable of resisting the monocultures imposed by agribusiness. It is observed that families who produce on their plots reduce market dependency, ensuring a food culture based on fresh, regionally sourced foods, moving closer to food sovereignty and security. On the other hand, families facing greater difficulties in production or obtaining most of their income outside the plot are subject to a reduction in the availability of quality food, relying on products imposed by market food systems and becoming more vulnerable to food insecurity. This study stands out for its local perspective, capturing the aspects that guide food choices in agrarian reform settlements in the Southern Maranhão mesoregion.

Keywords: Food Sovereignty. Maranhão. Agricultural Frontier. Food Systems. Rural Settlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Estreito (MA): Produção do lote S-2 no assentamento Serafim	59
Figura 2– Maranhão: Setores econômicos de maior importância nos municípios (2018)	71
Figura 3 – Maranhão Agrário	79
Figura 4- Características dos Regimes Alimentares	88
Figura 5– Ilustração da modificação do alimento pela indústria.....	101
Figura 6: Estreito – Presença de eucalipto no trecho da MA-138 que dá acesso ao PA Serafim	117
Figura 7: Porto Franco – Delimitação do Distrito Agroindustrial (2025)	119
Figura 8– Assentamento Minador: Criação de animais no lote M-1	132
Figura 9– Assentamento Minador: Produção de culturas permanentes e temporárias no lote M-2	132
Figura 10– Assentamento Serafim: Criação de animais no lote S-1	133
Figura 11– Assentamento Serafim: Produção de arroz e outras culturas lote S-2.....	134
Figura 12– Assentamento Oziel: Casas presentes na vila (área residencial do assentamento)	136
Figura 13– Assentamento Oziel: Casa de farinha lote O-1	136
Figura 14– Assentamento Oziel: Produção de hortaliças lote O-2.....	137
Figura 15– Assentamento Vitória: Diversidade de culturas produzidas no lote V-1	138
Figura 16– Assentamento São Raimundo: Produção do lote SR-1 destinada a feira de Porto Franco	139
Figura 17– Assentamento Mundo Novo: Contrastes entre a expansão da soja e a produção no lote MN-1	141
Figura 18– Assentamento Mundo Novo: Continuação do lote MN-1 área de reserva e área destinada a agricultura	142
Figura 19– Assentamento Mundo Novo: Anúncio de vendas de lotes	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não familiar (2006).....	44
Gráfico 2 – Brasil: área total dos estabelecimentos rurais em hectares (2006).....	44
Gráfico 3 - Brasil: Número de estabelecimentos rurais da Agricultura familiar e não familiar (2017).....	44
Gráfico 4 – Brasil: área total dos estabelecimentos rurais em hectares (2017).....	45
Gráfico 5 - Brasil: área plantada em hectares de arroz, feijão e mandioca (2011 e 2021)	45
Gráfico 6: Mesorregião sul maranhense – Índice de Gini por municípios (2018 e 2020)	51
Gráfico 7: Mesorregião sul maranhense – Número de famílias em conflito por terra (2003 e 2023).....	52
Gráfico 8: Maranhão – Número de domicílios em segurança e insegurança alimentar (2023)	65
Gráfico 9– Mesorregião sul maranhense: Área plantada de arroz, milho e soja em hectares (1990 e 2022).....	82
Gráfico 10– Brasil: Pontuação do GHI (2000, 2008, 2016 e 2024)	85
Gráfico 11– Percentual das áreas cultivadas em relação à área dos dez maiores países em extensão territorial	86
Gráfico 12: Economia Global – Custos ambientais da produção em vários setores da economia (em %) X ganhos das empresas	95
Gráfico 13: Estreito – Área colhida (hectares) de arroz, mandioca, milho e soja (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023)	116
Gráfico 14– Brasil: Ocupações de terra e retomadas no período de 1990-2019	126
Gráfico 15– Assentamento Minador: Número de residentes no lote	145
Gráfico 16– Assentamento Serafim e Vitória: Número de residentes no lote	146
Gráfico 17– Assentamento Oziel: Número de residentes no lote	146
Gráfico 18 – Assentamento São Raimundo: Número de residentes no lote	146
Gráfico 19– Assentamento Mundo Novo: Número de residentes no lote	147
Gráfico 20– Assentamento Minador: Uso do solo.....	147
Gráfico 21– Assentamento Serafim: Uso do solo.....	148
Gráfico 22– Assentamento Oziel: Uso do solo.....	148
Gráfico 23– Assentamento Vitória: Uso do solo	148
Gráfico 24– Assentamento São Raimundo: Uso do solo.....	149
Gráfico 25– Assentamento Mundo Novo: Uso do solo	149
Gráfico 26– Assentamento Minador: Origem dos produtos consumidos na alimentação.....	151

Gráfico 27– Assentamento Serafim e São Raimundo: Origem dos produtos consumidos na alimentação.....	152
Gráfico 28– Assentamento Oziel: Origem dos produtos consumidos na alimentação.....	152
Gráfico 29– Assentamento Vitória: Origem dos produtos consumidos na alimentação	152
Gráfico 30– Assentamento Mundo Novo: Origem dos produtos consumidos na alimentação	153
Gráfico 31– Assentamento Minador: Resultados dos marcadores de consumo alimentar.....	155
Gráfico 32– Assentamento Serafim: Resultados dos marcadores de consumo alimentar	155
Gráfico 33– Assentamento Oziel: Resultados dos marcadores de consumo alimentar	156
Gráfico 34– Assentamento Vitória: Resultados dos marcadores de consumo alimentar.....	156
Gráfico 35– Assentamento São Raimundo: Resultados dos marcadores de consumo alimentar	157
Gráfico 36– Assentamento Mundo Novo: Resultados dos marcadores de consumo alimentar	157

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Maranhão: localização do estado com as mesorregiões.....	61
Mapa 2– Maranhão: Municípios com a presença de restaurantes populares em funcionamento (2024).....	66
Mapa 3– Maranhão: Malha ferroviária e rodoviária federal	68
Mapa 4– Maranhão: Distribuição dos assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA (2020).....	76
Mapa 5– Maranhão: Distribuição das Terras Indígenas demarcadas (2023).....	77
Mapa 6 - Maranhão: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombos certificadas (2024).....	78
Mapa 7: Maranhão – Localização dos municípios da pesquisa.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações das entrevistas realizadas na pesquisa	30
Quadro 2 - Informações sobre o número de questionários aplicados na pesquisa	30
Quadro 3: Maranhão – Territorialização de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais (2013-2018)	54
Quadro 4: Brasil: Grupos de alimentos que compõem a cesta básica após Decreto nº 11.936 de 05 de março de 2024.....	103
Quadro 5: Maranhão – Assentamentos de Reforma Agrária nos Municípios estudados (2020)	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores destinados ao Plano Safra por categoria	46
Tabela 2: Mesorregião sul maranhense – área plantada em hectares (2001 e 2021).....	52
Tabela 3– Índice de Desenvolvimento Humano (2010, 2021)	63
Tabela 4– Porto do Itaqui: Movimentação de cargas sólidas (1º semestre de 2022).....	67
Tabela 5: Estreito – Produção aquícola em kg (2023).....	113
Tabela 6: Estreito – Produção pecuária em cabeças (2023)	114
Tabela 7: Estreito – Produção agrícola lavouras temporárias (2017).....	114
Tabela 8: Estreito – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017).....	114
Tabela 9: Estreito – Produção extração vegetal e silvicultura (2023)	115
Tabela 10: Porto Franco – Produção aquícola em kg (2023)	119
Tabela 11: Porto Franco – Produção pecuária em cabeças (2023)	120
Tabela 12: Porto Franco – Produção agrícola lavouras temporárias (2017).....	120
Tabela 13: Porto Franco – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017).....	120
Tabela 14: Porto Franco – Produção extração vegetal e silvicultura (2023)	120
Tabela 15: São João do Paraíso – Produção aquícola em kg (2023)	123
Tabela 16: São João do Paraíso – Produção pecuária em cabeças (2023).....	123
Tabela 17: São João do Paraíso – Produção agrícola lavouras temporárias (2017)	123
Tabela 18: São João do Paraíso – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017)	123
Tabela 19: São João do Paraíso – Produção extração vegetal e silvicultura (2023).....	124
Tabela 20: Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADM – Archer Daniels Midland

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CESTE – Consórcio Estreito Energia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território

DIAPF – Distrito Agroindustrial de Porto Franco

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EBIA – Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENANI - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

GHI – Global Hunger Index

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEC - Instituto de Defesa de Consumidores

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto sobre produtos industrializados

ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NASA – Agência Espacial Norte-Americana

NUPENS – Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PAs – Projeto de Assentamento de Reforma Agrária

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PDA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PEVS – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Incentivo Social

PL – Projeto de Lei

PNAAB – Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP – Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural

PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

TDR – Territorialização, desterritorialização e Territorialização

TIPF – Terminal Integrador de Porto Franco

TIs – Terras Indígenas

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UHE – Usina Hidrelétrica de Estreito

USGS – Serviço Geológico dos Estados Unidos

VLI – Valor Logística Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
SEÇÃO I - TERRITÓRIOS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO	32
1.1 Território: uma categoria de análise para além das fronteiras do Estado?	33
1.2 O território camponês e o território do agronegócio.....	41
1.3 Territórios em disputa	50
SEÇÃO II - PENSAR OS TERRITÓRIOS: DA APROPRIAÇÃO A RESISTÊNCIA	56
2.1 O Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário na compreensão do campo brasileiro.....	56
2.2 A diversidade dos aspectos físicos, econômicos e sociais do Maranhão.....	60
2.3 A expansão da fronteira agrícola e seus desdobramentos.....	72
SEÇÃO III - SISTEMAS ALIMENTARES: A PRODUÇÃO DA COMIDA E A PRODUÇÃO DA FOME.....	84
3.1 Os sistemas alimentares: uma abordagem multiescalar.....	84
3.2 A mudança nos hábitos alimentares: a fome não é mais só a falta de alimento.....	97
3.3 Políticas alimentares no Brasil.....	105
SEÇÃO IV - PLANTAR, COLHER, COMER E RESISTIR	111
4.1 Caracterização dos municípios estudados: Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso	112
4.2 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no sul maranhense: construção de lutas e resistências	125
4.3 Do agronegócio à agrobiodiversidade: Os assentamentos de reforma agrária como construção da identidade cultural alimentar	144
CONCLUSÕES	160
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICES	176
Apêndice I.....	176
Apêndice II.....	178
Apêndice III	181

INTRODUÇÃO

*“Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro”
(Raul Lody, 2008).*

Nos últimos anos, tenho me dedicado aos estudos sobre o agronegócio e seus desdobramentos. Inicialmente, concentrei minhas análises na estrangeirização de terras e em como o território passou a ser utilizado por empresas estrangeiras do agronegócio. Esse processo, aliado à financeirização da agricultura e às políticas neoliberais, marcou mais um capítulo na história da questão agrária brasileira.

Em minha dissertação de mestrado¹, constatei a heterogeneidade do processo de estrangeirização de terras e como os agentes estrangeiros do agronegócio se territorializam de diferentes formas, conferindo ao território novos usos. Esses novos usos, por sua vez, provocam a desterritorialização de povos do campo e da floresta, dando origem a novos territórios. Esses territórios, cada vez mais destinados a culturas voltadas para o mercado internacional, acabam por ampliar a fome e a pobreza. Esse processo tem rebatimento direto nas culturas destinadas à alimentação, que perdem áreas agricultáveis no Brasil e/ou são apropriadas pela agricultura capitalista, resultando na elevação dos preços dos alimentos e na redução da biodiversidade, o que amplia a insegurança alimentar.

Inicialmente, este trabalho foi construído para compreender a soberania e a segurança alimentar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (IBGE, 1990). Nos últimos anos, essa região demonstrou que não apenas as culturas alimentares estavam perdendo espaço, mas também *commodities* como milho e soja vinham sendo substituídas pela cana-de-açúcar. Ou seja, a disputa pela terra não se restringe apenas ao agronegócio e ao campesinato, mas também ao cultivo que gera mais lucro no mercado mundial.

Entretanto, com o doutorado em andamento, incluindo a defesa do projeto e o cumprimento das disciplinas, os ventos me levaram para um novo caminho. Em 2021, me estabeleci no sul do estado do Maranhão, como professora substituta no Instituto Federal do Maranhão, campus Avançado Porto Franco. Somada a essa mudança, passamos a viver um período em que o mundo se resumia ao espaço de casa, com o contato externo limitado às telas. A pandemia de Covid-19 desafiou a humanidade e, no meu caso, tornou a elaboração desta tese

¹ Santos, P. Agronegócio e controle de terras por agentes estrangeiros no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: O grupo Bunge Açúcar e Bioenergia. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Geociências e Saúde (IGESC), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

ainda mais desafiadora, pois modificou hábitos e me distanciou dos muros da universidade por um longo tempo.

O dia a dia no Maranhão, as experiências que se estendiam da Ilha de Upaon-Açu até as margens do rio Tocantins, especialmente dentro da sala de aula, despertaram em mim um interesse em conhecer melhor a realidade do estado, mais especificamente do município onde passei a residir e de seus vizinhos. Coincidentemente, havia uma presença significativa de estudantes vindos de assentamentos de reforma agrária.

Assim, percebi que o recorte espacial da pesquisa proposto inicialmente já não poderia ser o mesmo. Estava vivenciando uma região ainda pouco “explorada” pelas pesquisas acadêmicas, mas de grande interesse para a exploração do agronegócio. A pecuária intensiva, que foi a frente inicial de ocupação da agricultura capitalista e das disputas nessa região, vinha compartilhando e/ou perdendo espaço para o milho, a soja e, principalmente, o eucalipto. Em meio a essa expansão, me encontrava em um estado com a maior presença de Projetos de Assentamentos Rurais (1.086) e população vivendo no campo. No primeiro contato com um projeto de assentamento no sul maranhense, me deparei com placas escritas “vende-se”. Foi então que surgiu o questionamento inicial que deu origem a esta pesquisa: como a expansão do agronegócio tem impactado a produção nos assentamentos de reforma agrária?

Dessa forma, modificamos o projeto inicial da pesquisa, visando responder essa indagação inicial, começamos a construir essa tese, trazendo o recorte espacial para a mesorregião sul maranhense, especificamente os municípios de Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso. O objetivo geral é compreender as dinâmicas de uso do território pelo agronegócio e pelo campesinato, analisando como essas práticas se refletem na produção e no acesso à alimentação nos assentamentos de reforma agrária. Buscou-se, ainda, evidenciar as relações e contradições entre esses dois modelos de produção, bem como suas influências nas escolhas alimentares (ou na falta delas).

Estruturamos nosso trabalho em quatro seções, além desta Introdução e Conclusões. Na **Seção I**, intitulada “TERRITÓRIOS: Uma discussão a partir do campesinato e agronegócio”, nos apropriamos de categorias e conceitos-chave para compreender, numa perspectiva histórico-dialética, a realidade com a qual viemos nos deparando no espaço agrário maranhense. Ressaltamos que a intenção não foi alcançar uma nova perspectiva desses conceitos, mas dialogar com autores que se aproximam de uma análise conceitual e teórica que buscamos defender nesta tese e, assim, ampliar essas discussões, trazendo-as para uma perspectiva em escala local.

Dentro de um contexto que parte do campesinato e do agronegócio, utilizamos de estudiosos que se dedicaram à tarefa de compreender o território na perspectiva da multiescalaridade e da multiterritorialidade, como Corrêa (1998), Haesbaert (2007), Fernandes (2008) e Saquet (2009). Para esses autores, existem formas de dominação que se apresentam para além do Estado. Nesse sentido, a resistência também é inerente a esse processo. Portanto, o território emerge de uma disputa de poder que extrapola as relações políticas, envolvendo também dimensões econômicas, sociais e culturais.

Ainda nesta seção, fizemos um esforço para compreender e analisar o Estado dentro do neoliberalismo e como isso se reflete nos territórios, pois entender o papel que o Estado tem desempenhado sob a política neoliberal é fundamental para analisar as desigualdades produzidas. Buscamos em Silveira (2011), Dardot; Laval (2016) e Santos (2022) as explicações para as transformações técnicas e político-normativas provocadas pelo neoliberalismo.

Apesar de ser um sistema econômico que, no discurso, se caracteriza como de livre mercado, o neoliberalismo é totalmente dependente do Estado, tendo em vista que este fornece o suporte necessário em relação a créditos e se apresenta como um minimizador de prejuízos diante das crises que o próprio sistema provoca. As grandes empresas e instituições financeiras ganham ainda mais poder e se utilizam da institucionalização do Estado para travar processos de desterritorialização, garantindo sua hegemonia e lucro.

A partir do pensamento gramsciano, refletimos sobre como o Estado é disputado, pois é um instrumento que cria e estabelece condições para punir, controlar e favorecer grupos sociais, dependendo de seus interesses. Por isso, em outro momento desta seção, discutimos os territórios que são produzidos e disputados pelo campesinato e pelo agronegócio. Para isso, fizemos um esforço de conceituar essas duas categorias, pois compreendemos que o próprio conceito se torna uma ferramenta de apropriação para legitimar o processo de desterritorialização.

Inspirados em Fernandes (2001) e Wanderley (2014), entendemos que o campesinato é uma categoria histórica e social de luta que, apesar de sua heterogeneidade, tem a terra como meio de moradia e reprodução de culturas e modos de vida, se desenvolvendo com o trabalho de base familiar e refletindo um processo de desenvolvimento a partir da lógica da biodiversidade. Em contrapartida, para o agronegócio, a terra é mercadoria, provedora de lucro a partir da exploração do trabalho, voltada à lógica capitalista. Portanto, apoiados em Pompeia (2021), estabelecemos que o agronegócio é uma categoria política, construída, apoiada e financiada pelo Estado brasileiro.

Ressaltamos o uso do termo "camponês" em detrimento do conceito de "agricultor familiar", pois o segundo é uma expressão politicamente mais neutra, apropriada pelos discursos do agronegócio e do Estado numa tentativa de apagamento do camponês. Quando utilizamos a expressão "agricultura familiar" ou "agricultor familiar", é por uma questão puramente metodológica, pois, ao nos apropriarmos de dados do IBGE ou de outras fontes, mantemos o mesmo uso da expressão, já que a metodologia adotada por essas fontes, partem da definição de agricultor familiar que se estabelece com a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Já, os sujeitos trabalhados nesta pesquisa, os assentados de reforma agrária do Sul maranhense são definidos como sujeitos políticos, cujas as práticas sociais os definem como camponeses. Destacamos que apesar de esses dados nos ajudarem a compreender a realidade no campo, eles não refletem fielmente a realidade do campesinato, visto que “a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa” (Fernandes, 2001, p. 29-30).

Por fim, a primeira seção nos permite dialogar com os territórios, que são construídos por diferentes sujeitos, especialmente, nesta tese, apresentando os territórios do agronegócio e do campesinato. É a partir de seus diferentes usos, que se organizam as lutas, as resistências e também as apropriações, portanto, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização faz parte dos territórios. E a partir dessa perspectiva, tecemos as demais discussões.

A **Seção II**, intitulada “PENSAR OS TERRITÓRIOS: Da Apropriação à Resistência”, teve como objetivo demonstrar os aspectos da questão agrária maranhense, evidenciando como os projetos de desenvolvimento impactaram o espaço agrário. Parte da inserção do estado do Maranhão na região da atual fronteira agrícola brasileira denominada MATOPIBA tem resultado em profundas desigualdades, que se revelam inclusive nos dados socioeconômicos do estado.

No primeiro momento, utilizando referências como Graziano da Silva (1980), Felício (2006-2011) e Origuéla (2019), apresentando uma breve discussão sobre a questão agrária, que com o avanço do desenvolvimento capitalista, vê suas problemáticas se aprofundarem, uma vez que o sistema cria um modelo de produção excludente, atualmente representado pelo agronegócio. Ao passo que se expande, apoiado em tecnologias e na abertura de novas fronteiras, gera pobreza e fome para as populações que historicamente se encontram à margem desse processo, como o campesinato.

Dentro da discussão da questão agrária, destacamos o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário, pois ambos, em suas abordagens, conforme afirmam autores como: Felício (2011), Vinha (2013) e Origuéla (2019), buscam compreender o que vem

ocorrendo no campo, sobretudo o papel do campesinato nesse processo. Apesar de ambos os paradigmas fornecerem bases para novos diálogos dentro das ciências, destacamos que nossas discussões se aproximam das acepções abordadas pelo Paradigma da Questão Agrária. Isso porque entendemos que o campesinato é uma categoria historicamente integrante da questão agrária, que cria e recria condições de luta e permanência no campo à medida que o capitalismo avança.

Em outro momento, utilizando de pesquisadores como: Feitosa (2006) e Sodré (2022), além de dados da Embrapa (2016), IMESC (2020), IBGE (2022, 2023), Rede Penssan (2022) e do Governo do Maranhão (2024), trazemos os aspectos físico-naturais e sociais do estado do Maranhão, que apresenta grande diversidade edafoclimática, sendo composto por três biomas: Cerrado (64,1%), Amazônia (34,8%) e Caatinga (1,1%), além de áreas de ecótonos (EMBRAPA, 2016). Dividido em cinco mesorregiões: Norte Maranhense, Sul Maranhense, Leste Maranhense, Oeste Maranhense e Centro Maranhense. O estado também possui uma extensa rede de drenagem, em que a maioria dos rios fluem no sentido sul-norte, desaguardo no oceano Atlântico.

As condições naturais permitiram diferentes frentes de ocupação, que se revelam através dos mais de 1.035 assentamentos de reforma agrária, das 20 Terras Indígenas ocupadas por mais de 10 etnias, das 551 comunidades autodeclaradas quilombolas e de modo mais recente o agronegócio, produtor de monoculturas como soja, milho e eucalipto, além da bovinocultura.

As políticas de “desenvolvimento” implementadas no estado deram origem a grandes projetos de infraestrutura, como as Ferrovias Norte-Sul, a Estrada de Ferro Carajás, rodovias federais importantes (Belém-Brasília e Transamazônica) e o Complexo Portuário do Itaqui. Entretanto, tais políticas ocorreram de forma seletiva, revelando-se através de baixos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que em 2021 era de 0,679, o mais baixo entre os estados brasileiros, e da insegurança alimentar. Em 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, referente ao 4º trimestre, demonstrou que, dos 2.330 domicílios pesquisados, 43,6% apresentavam algum grau de insegurança alimentar.

Essa mesma seletividade permitiu com que toda essa infraestrutura estivesse apoiada também a uma política de desenvolvimento da especialização produtiva do agronegócio, desta forma, em um terceiro momento, nos referenciamos em pesquisas de Castillo (2007), Santos (2010), Lemos (2015), Castilho; Arrais (2017), Sousa; Pereira (2019), Amaral Neto (2019) e Nóbrega (2021) para compreender como o Maranhão, especificamente o oeste, sul e leste do estado, que se configuraram como parte da região do MATOPIBA.

A formação do MATOPIBA remonta à década de 1970, mas foi a partir dos anos 1990 que começou a provocar mudanças significativas na estrutura produtiva, se consolidando como uma das regiões mais promissoras para a produção de grãos no país. A presença de empresas nacionais e transnacionais, bem como do capital financeiro, faz parte da nova dinâmica do agronegócio globalizado que se acentua na região, mas de maneira estritamente seletiva e excludente.

Enquanto a soja e o eucalipto se expandem, há uma diminuição de outros cultivos, como o arroz, alimento importante na dieta maranhense. No entanto, como o espaço agrário é também um espaço de resistências, paralelamente à expansão do agronegócio, movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o surgimento de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais impulsionados pelo trabalho do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) passaram a enfrentar e resistir a essas transformações.

A alimentação é uma das transformações provocadas pelo avanço do agronegócio, pois este, além de gerar insegurança fundiária, também gera a insegurança alimentar, sendo ainda, um dos elos da fome. Temos como hipótese que, o agronegócio ao se territorializar, desterritorializa o campesinato e que esse processo de desterritorialização diminui a produção de alimentos, ainda, o agronegócio como parte integrante de um sistema alimentar de mercado e num contexto de mundo globalizado, tem distanciado cada vez mais os alimentos dos consumidores, alterando a cultura alimentar.

É na **Seção III** que discutimos como o campesinato e o agronegócio estão associados aos sistemas alimentares, sendo a alimentação um desafio histórico e a fome uma estratégia política de controle. Organizamos nossas discussões em três momentos de análise: o primeiro, que nos estimula a pensar a alimentação através dos sistemas alimentares, os quais, por sua vez, alteram os regimes alimentares. Para tanto, nos apropriamos principalmente em referências como: Friedmann e McMichael (1989), Bleil (1998), Storel Junior (2001), Arnaiz (2005), Ziegler (2013), Sabourin, et al. (2022) e dados da FAO (2013, 2023), Embrapa (2017) e Global Hunger Index (2024). O segundo, nos aproximamos de discussões das transformações dos hábitos alimentares, como alguns alimentos e culturas alimentares foram criadas e recriadas a partir da ocupação do território pelos mais diversos povos e como as políticas neoliberais tem estabelecido um sistema alimentar de mercado, resultando em uma alimentação com aumento do consumo de produtos ultraprocessados e da fome oculta. Apoiamo-nos em Relatórios e Dossiês da ACT Promoção da Saúde, do Guia Alimentar para a População Brasileira e de pesquisadores como Cascudo (1967), Castro (2008), Maluf (2021) e Nilson (2022). E, por fim,

concluímos a seção apresentando como políticas públicas, criações de instituições e programas ligados direta e indiretamente a alimentação no Brasil são importantes não apenas para garantir a segurança alimentar, mas também para promover a produção e reprodução da agricultura camponesa, assegurando, assim, a soberania alimentar. Entre políticas, decretos, programas e instituições apresentadas nessa seção destacamos a política de salário mínimo, instituída pela primeira vez através do Decreto-Lei nº 2162 de 1940, a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1970, a criação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado pelo Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993, a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 que estabeleceu a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB).

Embora a evolução tecnológica tenha possibilitado o desenvolvimento e a expansão da agropecuária, bem como o aumento da produtividade, mesmo em pequenas áreas, a fome e a insegurança alimentar ainda são temas debatidos pelos Estados e Organizações devido sua perpetuação histórica. A questão fundamental da fome não está ligada à produção, mas ao acesso e à distribuição dos alimentos, ou seja, está vinculada à lógica de produção desigual. Essa lógica, aliada ao processo de globalização, impõe problemáticas para a questão alimentar, como a concentração da produção e distribuição em poucas empresas que intensificam a especialização por meio de redes comerciais, promovendo a internacionalização da alimentação, a padronização dos alimentos e a diminuição de variedades, sobretudo em âmbito local e regional.

Friedmann e McMichael (1989) estabeleceram três períodos de regimes alimentares, que resultaram na inter-relação entre dietas alimentares e fenômenos de ordem econômica e política em nível global. O terceiro e atual regime, estabelecido após a década de 1980, é marcado pela forte influência do neoliberalismo no mercado agroalimentar, com concentração de capitais. Apesar de manter a homogeneidade da produção, esse regime também cria mercados com nichos específicos.

Do *boom* das comidas rápidas e do aumento de doenças associadas a elas aos estilos de vida mais “saúdáveis”, esses hábitos ganharam espaço nas dietas e, claro, no mercado. O fenômeno da globalização foi fundamental para disseminar esses hábitos e impor novos padrões. No entanto, esses mercados colocam em risco a biodiversidade e a alimentação de populações que tradicionalmente consomem alimentos que se tornam alvo do mercado.

Esse regime alimentar está atrelado ao sistema alimentar de mercado, que, além de promover o modelo de desenvolvimento do agronegócio, possui características como organização em grande escala, especialização, uso intensivo de insumos, circuitos longos de comercialização e degradação ambiental. É um sistema que busca atender a um mercado ou criar novos mercados, de modo que a produção deixa de ser destinada prioritariamente para a alimentação e passa a ser uma mercadoria.

Entretanto, mais do que pensar em um sistema de maneira linear, o sistema alimentar pode ser multiescalar (Maluf, 2021), “multifuncional, multifatorial e multiator” (Sabourin et al., 2022, p. 15-16). Portanto, os sistemas alimentares tradicionais, associados às práticas de agricultores familiares, camponeses e outras populações tradicionais, e vinculados a circuitos curtos da economia, permitem uma maior biodiversidade alimentar.

Nossos hábitos alimentares, portanto, fazem parte de um conjunto de aspectos culturais – com raízes no período pré-colonial e pós-colonial –, aspectos regionais – influenciados pela disponibilidade natural local –, aspectos midiáticos – como as propagandas das grandes empresas que dominam o setor alimentício – e, sobretudo, aspectos financeiros – que permitem ou não comprarmos os alimentos.

O sistema alimentar de mercado, atualmente, promove o consumo de produtos ultraprocessados e uma agricultura de poucas variedades, onde a homogeneização da produção toma o espaço de alimentos tipicamente regionais. O que comemos ou deixamos de comer está intrinsecamente ligado à questão da renda e, conseqüentemente, ao tipo de alimentos a que temos acesso.

Apesar de o Brasil apresentar as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a população, por meio do Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2006 e considerado uma referência global, o consumo de ultraprocessados tem aumentado, principalmente entre crianças e adolescentes. A população de baixa renda é a mais atingida pelos ultraprocessados, tanto pela facilidade de acesso quanto pelo barateamento desses produtos. Produtos ultraprocessados, como macarrão instantâneo e achocolatados, possuem alíquota zero de PIS/Cofins, enquanto refrigerantes e água mineral possuem a mesma alíquota de IPI. A salsicha, que vem substituindo a proteína animal no prato dos brasileiros, tem a mesma alíquota de ICMS do arroz e do feijão (Ministério da Saúde, s.d.).

As políticas públicas e programas constituem um paradoxo ao pensarmos na fome em nosso país, podendo agravar ou amenizar esse fenômeno. Quando elaboradas e executadas sob preceitos neoliberais, contribuem para o agravamento da fome. Contudo, políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar e de transferência de renda, quando construídos

de baixo para cima têm se mostrado ferramentas indispensáveis para enfrentar a fome no Brasil e garantir a biodiversidade alimentar.

A reforma agrária, quando realizada de maneira popular, ou seja, por meio de políticas capazes de fomentar a produção de alimentos, gerar desenvolvimento e renda, e promover a transformação social, possibilita que o espaço agrário seja cada vez mais ocupado por territórios da sociobiodiversidade. A reforma agrária popular, no entanto, só se concretiza por meio das lutas dos movimentos socioterritoriais.

Embora o agronegócio e os sistemas alimentares de mercado tenham encontrado cada vez mais espaço para se estabelecer de forma hegemônica, o campesinato demonstra sua resistência por meio de diversas ferramentas de luta, entre as quais se destaca a própria produção de alimentos. Diante dessas adversidades, surgiu o seguinte questionamento: Com a expansão da fronteira agrícola no Maranhão, os assentados da reforma agrária no sul maranhense conseguem produzir alimentos e consumir o que produzem? Assim, a quarta e última seção desta pesquisa buscou responder a essa pergunta com base em dados levantados em trabalhos de campo. Dessa forma, a **Seção IV** discute os desafios e as resistências enfrentadas pelos assentamentos de reforma agrária na mesorregião sul maranhense.

É importante apresentar a escolha do recorte espacial, que, em um primeiro momento, ocorreu em função da região ser integrante da área definida como MATOPIBA. Em um segundo momento, optou-se por esse recorte com base nas mesorregiões. Em 1989, o IBGE estabeleceu a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas² que passaram a entrar em uso a partir de 1990.

Dessa forma, o Maranhão passou a ser dividido em cinco mesorregiões: Mesorregião do Norte Maranhense, Mesorregião do Oeste Maranhense, Mesorregião do Centro Maranhense, Mesorregião do Leste Maranhense e Mesorregião do Sul Maranhense. Esta última, composta pelos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Benedito Leite, Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Nova Colinas, Porto Franco, Riachão, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São João do Paraíso, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, concentra o maior PIB da agropecuária em relação às demais. Embora, em 2017, os recortes de Mesorregiões e Microrregiões Geográficas tenham sido substituídos pelos de Região

² A mesorregião uma área individualizada de um Estado que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas por três dimensões – o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Tais dimensões permitem que as Mesorregiões, assim definidas, possuam uma identidade regional (IBGE, 1990)

Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata, os dados por Mesorregiões continuarão a ser publicados até 2026. Diante da utilização desses dados para a pesquisa, optou-se por manter o recorte por mesorregião. Além disso, conforme mencionamos anteriormente, selecionamos três municípios para estudo: Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso, onde podem ser visualmente espacializados no Mapa 6. Na seleção dos municípios consideramos a acessibilidade aos campos e as vivências previamente mencionadas nesta introdução.

Na construção desta seção, utilizou-se, em um primeiro momento, dos dados levantados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), com o objetivo de apresentar como eles revelam o espaço agrário no sul do Maranhão. Em um segundo momento, realizou-se uma análise da caracterização dos assentamentos e da luta pela terra que envolveu seu processo de constituição, a partir de dados coletados por meio de entrevistas com questões abertas e norteadoras, além de questionários semiestruturados. Para a coleta de dados em campo, definiram-se seis Projetos de Assentamentos (PAs): PA Serafim, PA Vitória e PA Mundo Novo, localizados em Estreito; PA Oziel Alves Pereira I e PA São Raimundos, situados em Porto Franco; e PA Minador, localizado em São João do Paraíso. A escolha desses assentamentos se baseou em critérios de acessibilidade, disponibilidade de comunicação e na presença de famílias que participaram ativamente do processo de criação dos assentamentos em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Além das entrevistas realizadas com assentados que participaram do processo inicial de constituição dos assentamentos, realizou-se outras duas entrevistas: uma com uma das lideranças do MST no Maranhão e outra com a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estreito. Para as entrevistas com os assentados, utilizamos perguntas abertas e norteadoras, especificadas no Apêndice III. Já para as demais entrevistas, não estruturamos nenhum questionário, pois deixamos os entrevistados livres para explanarem sobre as questões da luta pela terra. A partir dessas entrevistas, foi possível compreender o processo da luta pela terra e os desdobramentos do agronegócio na região. Os questionários semiestruturados foram aplicados a qualquer perfil de assentado, incluindo tanto aqueles que participaram da constituição do assentamento desde o início quanto os que chegaram posteriormente à sua concretização. Foram aplicados dois questionários: o primeiro (Apêndice I), com o objetivo de coletar informações sobre a caracterização do lote, da produção e da família; e o segundo (Apêndice II), elaborado com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e nos Marcadores de Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). O primeiro buscou identificar a insegurança alimentar das famílias entrevistadas, enquanto o segundo avaliou as práticas alimentares, tanto saudáveis quanto não saudáveis que

permitiram uma análise do consumo de alimentos ultraprocessados. A quantidade de entrevistas realizadas, os questionários aplicados, bem como o local e a data da realização do trabalho de campo estão detalhados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Informações das entrevistas realizadas na pesquisa

Perfil	Data	Local/Meio
Liderança do MST	16/02/23	Imperatriz-MA
Assentado de Reforma Agrária	20/03/23	Assentamento Minador – São João do Paraíso
Assentado de Reforma Agrária e presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim	22/03/23	Assentamento Serafim - Estreito
Assentado de reforma agrária e ex-dirigente do MST	20/02/24	Porto Franco-MA
Assentado de Reforma Agrária	21/02/24	Assentamento Oziel Alves Pereira I – Porto Franco
Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	22/02/24	Google Meet
Assentado de Reforma Agrária	01/03/24	Assentamento Vitória - Estreito
Assentado e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Lina Costa Vale do São Raimundo	16/03/24	Assentamento São Raimundo – Porto Franco
Assentado de Reforma Agrária	16/03/24	Assentamento São Raimundo – Porto Franco
Assentado de Reforma Agrária	01/11/24	Assentamento Mundo Novo - Estreito

Fonte: Autora (2023 e 2024). Org.: Autora (2025).

Quadro 2 - Informações sobre o número de questionários aplicados na pesquisa

Projeto de Assentamento	Quantidade	Data
Assentamento Minador – São João do Paraíso	5	20/03/23
Assentamento Serafim - Estreito	4	22/03/23
Assentamento Oziel Alves Pereira I – Porto Franco	6	21/02/24
Assentamento Vitória - Estreito	6	01/03/24
Assentamento São Raimundo – Porto Franco	3	16/03/24
Assentamento Mundo Novo - Estreito	3	01/11/24
Total de questionários aplicados	27	

Fonte: Autora (2023 e 2024). Org.: Autora (2025).

Para identificar os entrevistados, utilizamos de letras na ordem alfabética, correspondente à sequência em que as entrevistas foram realizadas. Já para a identificação dos dados dos lotes, empregamos as iniciais do nome do assentamento ao qual pertencem, seguidas de numerações ordenadas de acordo com a sequência dos campos realizadas.

A partir dos dados coletados em campo e analisados nesta última seção, constatou-se que há uma diversidade produtiva nos assentamentos de reforma agrária no sul maranhense. No entanto, o avanço do agronegócio e a ausência de políticas públicas voltadas para o campesinato continuam impondo desafios significativos aos assentados. Entre esses desafios, destaca-se a dificuldade de sucessão e permanência no lote, a ausência de acesso a tecnologias que auxiliam na produção e o acesso a financiamentos. Em assentamentos como o Oziel Alves Pereira I, por exemplo, os obstáculos são ainda mais evidentes, uma vez que algumas famílias utilizam o lote apenas como moradia, sem produzir alimentos ou qualquer outro cultivo, dependendo exclusivamente da compra para garantir sua alimentação. Esse foi o único assentamento que apresentou algum grau de insegurança alimentar, demonstrando que, quando as famílias passam a trabalhar exclusivamente fora do lote, ficam mais vulneráveis em relação à garantia de sua segurança alimentar.

Contudo, os dados também revelam que a maioria dos assentados produzem e consomem o que cultivam, conseguindo, ainda, comercializar o excedente da produção e viver da renda gerada pelo trabalho no lote. Evidencia-se que, apesar do avanço da fronteira agrícola no sul maranhense, há um processo de resistência nos assentamentos de reforma agrária, os quais se configuram como ilhas de agrobiodiversidade em meio a um mar de monoculturas. Por fim, esta tese defende que a soberania alimentar só poderá ser efetivamente alcançada através modelo de produção baseado no campesinato. Enquanto a lógica capitalista orientar a produção no campo, a fome persistirá como um instrumento de dominação e poder.

SEÇÃO I

TERRITÓRIOS: Uma discussão a partir do campesinato e agronegócio

*“O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra”
(Pedro Munhoz – Canção da terra).*

Apropriado por diferentes Ciências e Organizações, utilizado como mecanismo de dominação, o território se coloca como uma categoria imprescindível para explicar os processos e fenômenos decorrentes do avanço do capitalismo ao longo da história, já que o desenvolvimento deste sistema ocorre de maneira combinada e contraditória.

Nesta tese, buscamos analisar o território a partir do espaço agrário, a fim de nos permitir reconhecer as mudanças, as novas dinâmicas, os conflitos e as resistências que adotam novas formas de luta pois, velhos e novos agentes se territorializam, reterritorializam e desterritorializam povos do campo e da floresta e das águas³. Estes por sua vez, também passam pelo processo de territorialização e reterritorialização.

Mesmo sem fronteiras definidas e institucionalizadas pelo Estado, territórios são produzidos pois existe diferentes territorialidades e usos da terra. Logo, a conflitualidade é inerente a este processo, assim como as formas de luta e organizações.

No campo, o capitalismo avança na forma do agronegócio, que estabelece um modelo de produção baseado em monoculturas e garantindo sua territorialização a partir da apropriação das estruturas do Estado. Enquanto que, o campesinato estabelece um modelo de produção baseado em biodiversidade, em relações de trabalho familiar e que, através da luta, se territorializa.

Desta forma, para compreender as múltiplas questões abordadas nesta tese, nosso objetivo nessa Seção é dialogar com os territórios, que são construídos por diferentes sujeitos, com enfoque ao território do campesinato.

³ Entendemos por povos do campo, das florestas e das águas camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, vazanteiros, pescadores e os demais povos que possuem uma relação ancestral com a terra, onde seu modo de vida, trabalho e cultura estão diretamente ligados à natureza.

1.1 Território: uma categoria de análise para além das fronteiras do Estado?

Os diferentes significados sobre a categoria de território, até mesmo dentro da Geografia, ocorre em função do método, pois cada corrente teórica trará uma interpretação. Fernandes (2008, p. 4) explica que “nas abordagens territoriais predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança”, mas as abordagens para além dessa concepção têm sido fundamentais para explicar os fenômenos decorrentes do mundo globalizado.

O território então ganha força dentro da Ciência Geográfica para além das questões políticas-administrativas, pois ele “é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades” (Saquet, 2009, p. 81). O território não é uno, carrega uma complexidade a qual já não nos permite mais pensá-lo apenas como espaço de governança cuja única força provém do Estado. Desta forma, o “método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade” (Fernandes, 2008, p. 3).

Santos (1998) chama a atenção para a mudança que ocorre na noção do conceito de território pela dialética do mundo. No passado, o território era o fundamento do Estado-Nação, hoje ocorre a transnacionalização do território e encontramos nele novos recortes. Assim, as mudanças que ocorrem no espaço-tempo, não apenas transformam a paisagem, o mundo do trabalho, a natureza e sociedade, mas influenciam na dinâmica dos conceitos e das teorias, construindo novos paradigmas.

O território que não é apenas espaço de governança, é entendido como espaço banal, abrindo novas perspectivas e permitindo considerar outras fontes de poder partindo do “conflito pelo uso de espaços que não são circundados por fronteiras (escala nacional) ou por limites político-administrativos (estados e municípios). Dessa forma, autorizaria apreender outras formas de dominação que não apenas o Estado” (Cataia, 2011, p. 124).

Nosso olhar se direciona para o território multiescalar e multidimensional, e que apesar do Estado continuar presente, não é exclusiva fonte de poder, ao contrário, entendemos que o processo de globalização ora em curso, evidencia as outras fontes de poder que emergem. O dinheiro não está mais centrado apenas nos Estados, bem como as grandes forças e disputas por territórios não são movidas somente entre eles, mas principalmente pelas grandes corporações e os diferentes movimentos que se emergem da sociedade.

Evidentemente o território como espaço de governança ainda está presente, pois o Estado permanece e é necessário para manter as estruturas do sistema econômico vigente

(...) pois é o criador de condições normativas e infraestruturais de garantia de sucesso para os investimentos, sobretudo, dos grandes capitais. Por seus próprios investimentos o Estado participa de uma divisão de atividades que atribui aos grandes capitais pequenos riscos, assegurando assim a continuidade e reprodução da divisão desigual de riquezas, e, finalmente, o Estado assume papel mistificador, criador da ideologia da paz social e da ilusão da ascensão social (Cataia, 2011, p. 119).

Logo, olhar o território apenas pela força do Estado, como espaço de governança, ainda é importante, mas não nos basta, pois entendemos que outras forças produzem novos territórios e estes, mesmo que estabelecidos dentro do território político-administrativo, muitas vezes, transcende o poder dos Estados.

Indo de encontro com o pensamento de Fernandes (2008), quando concebemos apenas o território como espaço de governança ignoramos os territórios que são produzidos e “temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais” (Fernandes, 2008, p. 6).

O Território político-administrativo é o concebido como espaço de governança, seja ele democrático ou não, onde “o território é a jurisdição de um Estado, a projeção espacial de sua soberania e de sua autoridade” (Cataia, 2011, p.117) que possui suas fronteiras estabelecidas, o qual podemos tomar vários exemplos deste território, como o Brasil, o estado do Maranhão etc. As outras forças que produzem territórios podem ser as empresas do agronegócio ou movimentos sociais do campo, que embora enfrentam uma luta mais árdua no processo de territorialização, acabam estabelecendo territórios e apesar da soberania ser um princípio do território, ela não é poder político exclusivo do Estado. “A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações, como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos” (Fernandes, 2008, p. 6).

Mesmo as classes historicamente exploradas, como povos do campo e da floresta buscam a soberania alimentar e territorial, resistindo as investidas do capital construindo relações não capitalistas, pois a soberania pode estar presente em grupos hegemônicos ou contra hegemônicos.

Os territórios representados, apesar de encontrarem-se dentro do território do Estado, não são o território do Estado em si, nem são produzidos somente pela força dele, pois se assim fosse, continuaríamos a falar de um único território. Como existem outras forças, estas vão produzir territórios ao longo do tempo e do espaço.

Como exemplo, podemos citar o território dos povos indígenas, o território das comunidades remanescentes de quilombos, das quebradeiras de coco babaçu, do agronegócio e de vários outros grupos, porque não há uma única territorialidade, já que existem formas de organização e interesses diversos. Por isso, territórios do campo e da cidade são distintos e ainda notamos a produção de diferentes territórios seja no campo ou seja na cidade.

a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações (Saquet, 2009, p. 90).

Na Geografia tradicional, o pensamento de Friedrich Ratzel (século XIX) demonstrava o poder relacionado a um único território, produzido e controlado pelo Estado.

Importante lembrar que a Geografia inicia a abordagem territorial em Ratzel (século XIX), por meio de uma sistematização que se sustenta nas necessidades centrais de reprodução humana (alimentação e habitação) e que se amplia para a formação do Estado, em uma perspectiva nomotética na Teoria dos Espaços Crescentes ou as Leis da Formação do Estado. Trata-se de um recurso epistêmico sobre o qual o autor realiza os desdobramentos analíticos de compreensão do espaço/território como demanda fisiológica do Estado (espaço vital – Lebensraum) (Bortolin, Souza, 2020, p. 45).

Posteriormente, com a reorganização do mundo e o aprofundamento do sistema capitalista, a Geografia passa a incluir uma abordagem territorial que incorpora outras formas de poder e sujeitos na produção do território. Desta forma, continuar com a visão tradicional do território como uno (Estado), mascara a existência de outros grupos que estabelecem seus próprios territórios e legitima o processo de desterritorialização. O território existe a partir das territorialidades, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, combinadas ou não, assim é possível falar de territorialidade sem um território concreto, mas não de um território sem territorialidade.

Por conseguinte, os territórios não são estáticos, seu controle pode ser temporário, pois as territorialidades são diversas e não únicas e exclusivas, se hoje há um território produzido a partir da territorialidade de camponeses, amanhã esse mesmo espaço pode ser apropriado e territorializado pelo agronegócio, o que vai lhe conferir novas formas de uso.

A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo

multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (Saquet, 2009, p. 83).

Ao longo do tempo e do espaço, povos originários, camponeses e outros grupos e classes vivem um movimento de territorialização, mas também de desterritorialização e reterritorialização, pois mesmo que seus territórios sejam reconhecidos e institucionalizados pelo Estado, outras forças e outros sujeitos acabam se territorializando. A territorialização não ocorre apenas pela tomada de terra, mas através da inserção de agrotóxicos, das *commodities* ou até mesmo da mineração, como tem ocorrido em territórios indígenas. Ainda, o processo de desterritorialização pode ser legitimado e provocado pelas ações do Estado.

Por isso, todo o território carrega um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização porque cada povo produz suas próprias territorialidades que “refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (Corrêa, 1998, p. 251-252).

A “desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (Corrêa, 1998, p. 252). À vista disso, ocorre a reterritorialização por parte do agente que passa a estabelecer o poder naquele espaço. Portanto, geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial" (Haesbaert, 2007, p. 20).

A desterritorialização de um povo não é apenas de sua terra, mas de sua cultura, do seu modo de vida. A construção do que hoje estabeleceu-se como território brasileiro é fruto de um processo contínuo de desterritorialização-reterritorialização.

A década de 1960-1970 marca um forte período de expulsão de camponeses, que pressionados pela modernização conservadora (Delgado, 2012) saíram de suas terras em direção às cidades e ali estabeleceram novas territorialidades. Além disso, houve uma expansão dos territórios apropriados pela agricultura capitalista, à exemplo do sul do Maranhão, como discutido na seção II.

Territórios antes ocupados por indígenas e camponeses se transformaram em territórios do latifúndio, do agronegócio, da mineração e da reprodução ampliada do capital. Essa apropriação dos territórios ainda ocorre apoiada ou fomentada pelo Estado, que se coloca sob “novas bases, novos métodos e novos objetivos” (Dardot; Laval, 2017, p.118).

Cabe-nos então um outro esforço, pois se é preciso entender o território pela dialética do mundo também é necessário compreender que existe a dialética do Estado que influencia na produção de territórios. Isso ocorre porque há uma ligação entre Estado, território e capitalismo, pois estes são controlados, influenciados ou dependentes um do outro.

Até aqui, viemos demonstrando a existência de territórios, sendo necessário reconhecê-los para não cometermos o erro de continuar excluindo determinados grupos e sujeitos, como é a estratégia do capitalismo. Não falar dos territórios que são produzidos pelos povos do campo e da floresta é também uma forma de silenciar, permitindo que as forças hegemônicas continuem se apropriando e desterritorializando esses sujeitos.

Portanto, mesmo que os territórios possam existir por outras forças, os sujeitos que ali se territorializaram podem sofrer influência do Estado, na verdade, dos grupos hegemônicos que se utilizam do Estado para permanecer com o poder.

Ainda existem casos em que os grupos contra hegemônicos também acessam a estrutura do Estado para seus interesses. Quando um assentamento de reforma agrária é criado ou uma Terra Indígena é demarcada, trata-se de um processo derivado da resistência e do acesso desses grupos às políticas de Estado. No entanto, isso não representa um cessar das disputas, pois estas continuarão permeando o território.

No período neoliberal, há quem defenda a diminuição do Estado, pois ele necessita ou aparenta estar cada vez menor, sobretudo na questão econômica. Em nossa concepção isso é uma falácia, pois o Estado está cada vez mais presente, embora não de forma equitativa para todas as classes sociais, de modo equilibrado, mas presente em prol dos interesses do grande capital que “é movediço e, amiúde, está disposto a pagar a transferência dos ativos ou a convencer o Estado a fazê-lo” (Silveira, 2011, p. 6).

O neoliberalismo se consolida após a década de 1980 nos países centrais em resposta a crise do modelo fordista (Dardot; Laval, 2016), e se firma nos países do cone sul, como o Brasil, na década de 1990, provocando transformações técnicas e político-normativas. Essas transformações provocaram mudanças no espaço geográfico, onde há a formação concreta de um mercado mundial e interconectado.

A política econômica neoliberal, apesar de se caracterizar como um sistema de maior liberdade de mercados “e ações de controle estatais na economia mais restritivas e alinhadas às demandas e interesses das empresas corporativas” (Santos, 2022, p.32), cria um mercado totalmente dependente do Estado, pois ele é o provedor de créditos, estabilizador de crises e minimizador de prejuízos.

Desta maneira, no neoliberalismo, o Estado tem papel fundamental como agente de regulação social, induzindo a sociedade a pensar e agir em função dos interesses do capital. O Estado não deve interferir nas decisões do mercado, mas trabalhar para que este prospere, logo, paradoxalmente, as grandes empresas são dependentes das ações do Estado.

Empresas e instituições financeiras são forças que produzem territórios e desterritorializam sujeitos se utilizando do aparato estatal na garantia de sua hegemonia e de maior alcance nos lucros.

Estados desempenham o papel crucial de apoio aos empresários, assumindo parte de seus custos de produção, garantindo monopólios e “quase-monopólios” às expensas de outros capitalistas – ou seja, evitando a “livre” concorrência – e restringindo a capacidade dos trabalhadores de defender seus interesses através de parciais redistribuições da mais-valia (Cataia, 2011, p. 119).

Entender o papel que o Estado desempenha é fundamental para analisar as desigualdades produzidas pelo capitalismo e a complexidade do território. Nesta pesquisa não compreendemos que o Estado é “o salvador”, antagônico ao desenvolvimento do capitalismo, mas um mecanismo para a própria reprodução do capital, pois é necessário não apenas conceder meios, mas impedir que grupos contra hegemônicos não se estabeleçam no poder, assim como o território, o Estado também é disputado pelas diferentes classes.

Partindo do pensamento gramsciano, o Estado é um instrumento que cria e estabelece condições para favorecer, controlar, punir e pressionar grupos sociais a depender dos interesses dos grupos hegemônicos porque há a necessidade que as classes subalternas sejam controladas e a reprodução do sistema e hegemonia destas classes continue. “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 2017, p. 42).

Ou seja, Estado integral ou Estado ampliado, como chamado por Gramsci (2017), é aquele em que não há uma contraposição entre Estado e sociedade, pois estão interligados de modo dialético. Durante o século XX, ocorreu uma mudança radical nesse Estado, pois, em primeiro lugar, ele se faz presente de forma significativa na economia, o que interessa não apenas aos Estados liberais, mas também aos socialdemocratas, fascistas e outros tipos de Estados. Em segundo lugar, ele não se utiliza apenas de aparatos repressivos, mas também de aparatos de consenso.

Para Gramsci (2017), os aparatos de consenso, são as disseminações de ideias através de estruturas, como a mídia, as escolas e as políticas que são criadas, as quais podem formar

um senso comum de massa, onde aceita-se a sociedade existente, ou seja, a sociedade burguesa. No século XXI, com o neoliberalismo e a globalização notamos o aprofundamento desses aparatos de consenso atingindo de maneira mais rápida a sociedade que está conectada em redes.

Desta forma, há o estímulo à competição entre os lugares, onde a cultura do direito privado se sobrepõe a tudo e a todos, legitimando cada vez mais os aparatos repressivos, internalizando que o uso da violência é o caminho da justiça. Quando em uma rede social, um canal de mídia ou outro perfil relata a reintegração de posse marcada pela violência com a qual policiais trataram membros de um movimento social que ocupou uma terra, basta abrir os comentários e observar a legitimação da violência por indivíduos de uma mesma classe social – mas que não se reconhecem ali –, os quais acreditam que, independentemente dos métodos empregados, é fundamental fazer valer a propriedade privada, pois esta possui importância maior do que a vida.

Vejamos que, este controle, ocorre porque há uma hegemonia estabelecida, onde uma classe dominante, através de ideias e de suas próprias visões, acaba persuadindo outras classes a aceitarem e internalizarem sua própria subordinação, ou mesmo a pensarem que pertencem a uma outra classe, porque possuir um bem material ou outro os diferencia.

Outro exemplo muito presente e de nosso interesse nesta pesquisa é a política que se cria entorno do agronegócio, onde se difunde que este meio de produção é o único possível para alimentar a população e movimentar a economia. Entretanto, o que vemos é que este meio de produção está associado a mudanças radicais na cultura alimentar brasileira, onde, em muitos casos, se exporta o que é de maior qualidade e comercializa internamente o que o mercado externo não aproveita. Exportamos comida, ficamos com o veneno⁴ e produtos que recusamos a chamar de alimentos, como os ultraprocessados; os trabalhos – poucos que o agronegócio cria – análogos a escravidão e a redução da biodiversidade natural e cultural.

Paradoxalmente, emerge movimentos que criam ferramentas de resistência contra a ideologia que se impõe. Há, portanto, um movimento do movimento, pois se o senso comum, faz com que a sociedade acredite que aquele é o único mundo possível, cria núcleos de resistência, fazendo com que da sociedade se manifestem forças que se opõem ao sistema imposto pelos grupos hegemônicos apropriando-se também da política.

Os movimentos sociais do campo retratam essas forças que se manifestam em oposição à hegemonia estabelecida e que buscam atingir o Estado de alguma maneira para desenvolver

⁴ De acordo com dados da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, há no Brasil 2.007 agrotóxicos liberados até 30 de agosto de 2022.

políticas que sejam contrárias às que os excluem, pois acreditam na possibilidade de construir um mundo alternativo. As ações impulsionadas por esses grupos que buscam a reforma agrária popular se apresentam como uma alternativa a histórica estrutura agrária concentrada, neste sentido, quando representantes de movimentos sociais ou qualquer outro grupo não hegemônico conseguem acessar os aparatos do Estado através da política, utilizam estes em prol de suas lutas. Ainda assim, vemos que embora seja um caminho mais lento para os grupos não hegemônicos, é um processo persistente ao longo da história.

Definimos então que o Estado, sobretudo na égide do neoliberalismo, funciona de maneira dialética, sendo instituição fundamental para a hegemonia do capitalismo, mas que também acaba sendo alcançado pelos movimentos que se contrapõem a essa dominância. A hegemonia é alcançada pela relação de forças políticas, culturais e ideológicas, ou seja, pela organização e capacidade que um grupo tem de estabelecer o poder sobre outro.

as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (Gramsci, 2017, p.42).

Logo, o Estado não é estrutura intocável dos grupos não hegemônicos, porque ele não se desassocia da sociedade e a sociedade não se forma de um único pensamento. O Estado vai agir a depender dos interesses dos grupos que o controlam, portanto há um movimento contraditório. No Brasil, hora a conjuntura parece “favorecer” as classes contra hegemônicas, porque elas de alguma maneira, conseguiram atingir de forma mais ampliada as estruturas políticas do Estado dentro dos espaços de governança política. Por isso, a luta sempre existirá, seja a luta pelo direito de existir, seja a luta em favor do capital ou a luta pelo território.

Essas lutas e movimentos de força que existem são inerentes ao território, por isso, “deve-se sempre conectar o território a ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais” (Andrade, 1998, p. 213). À vista disto, insistimos que não há um único território, já que os territórios são produzidos a depender das forças que se apropriam daquele espaço, sendo o território espaço apropriado, nessa apropriação o poder é parte inerente a ele.

Corrêa (1998) aponta dois sentidos sobre a questão da apropriação: o primeiro está relacionado ao controle efetivo, que por vezes, é legitimado por parte de determinado grupo ou

mesmo pelo Estado; o segundo, refere-se à apropriação afetiva que se associa à identidade que determinado grupo carrega naquele espaço. Ambos significados podem, ainda, “combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente” (Corrêa, 1998, p. 251). Mesmo que determinado grupo não tenha seu território reconhecido juridicamente, as relações que mantém com aquele espaço o concebe como território afetivo, produzem territórios através de suas territorialidades.

Sob o capitalismo, tenta-se ainda, reduzir o território a um espaço delimitado e reconhecido pelo Estado, cuja o desenvolvimento do território deve ocorrer na lógica mercadológica.

Apesar da hegemonia do sistema capitalista, é possível que relações não capitalistas existam no território. Aliás, essas relações também reafirmam a resistência dos sujeitos. O campo brasileiro apresenta a territorialização de diferentes sujeitos que produzem territórios distintos, por isso, a questão agrária também se torna tão complexa. Um dos objetivos de nossa pesquisa está ligado a compreender as relações entre dois grupos distintos: o campesinato e agronegócio, especificamente no que tange os usos do território. Apesar do nosso esforço se concentrar nestes grupos, consideramos a importância de outros sujeitos presentes no campo e como eles fazem parte da questão agrária brasileira.

Como o território é resultado das relações espaço-temporais (Saquet, 2009), estes são apropriados por diferentes sujeitos e transcende as fronteiras do próprio Estado, pois criam suas próprias fronteiras a partir das diversas territorialidades produzidas. Desta forma, ao tratarmos dos territórios nesta tese, falamos do território enquanto espaço de governança, mas também, especialmente daqueles que são produzidos por relações capitalistas e não capitalistas de produção, pois estes podem se constituir sem o processo regulatório do Estado.

1.2 O território camponês e o território do agronegócio

Os territórios são produzidos em função de diferentes interesses como já expomos. Se nem o próprio pensamento da sociedade é homogêneo, a forma como grupos se apropriam de um espaço também é estabelecida de forma distinta.

Antes de adentrarmos a discussão dos territórios e como o campesinato e agronegócio se reproduzem, cabe-nos o esforço de definir essas duas categorias que se apresentam de maneira contraditória no espaço. O primeiro assim como o segundo, é uma categoria política “cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva

– voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros” (Wanderley, 2014, p. 27).

Essa categoria política possui formas de viver e trabalhar, estabelece relações próprias com a terra e se organiza de maneira distinta, carregando múltiplas identidades, mas que possuem a mesma base cultural que é da coletividade familiar. Mesmo quando o camponês se subordina ao trabalho assalariado – na maioria das vezes precário – ou destina sua produção ao mercado, ele continua fazendo parte dessa categoria pois

(...) apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (Wanderley, 2014, p. 31).

Historicamente essa categoria é vista como os pobres do campo e fator condicionante do atraso ao desenvolvimento econômico do Brasil, pois sua existência vem sendo negada pela privação do acesso à terra tanto por parte dos grupos hegemônicos quanto por parte do Estado. A pobreza que assola o campesinato brasileiro é fruto da desigualdade estrutural provocada pelo capitalismo, sendo condição imposta a esse grupo que apesar das mazelas as quais são submetidos, permanecem resistindo enquanto categoria social.

Nessa tentativa de apagamento, a própria palavra “camponês” é posta de lado e substituída pela “agricultura familiar”, expressão politicamente de um lado mais neutra e que ao mesmo tempo incorporada pelo agronegócio reforça um apagamento de sujeitos.

Nos anos 1990, a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio Estado, ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores (Pronaf), cuja atividade estivesse organizada pela e para a família (Abramovay, 1998; Abramovay e Veiga, 1999; Mattei, 2005). Com isso, diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários (Wanderley, 2014, p.30).

Portanto, apesar de ambos os conceitos possuírem base no trabalho familiar, ocorre uma apropriação e disseminação política dos termos, em mais uma tentativa de se negar as formas de reprodução não capitalistas, colocando que o agricultor familiar é uma “espécie evoluída” do camponês, onde o camponês ao acessar a tecnologia e se integrar ao mercado, se transmuta em agricultor familiar (Lamarche, 1993).

Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política (Fernandes, 2001, p. 29-30).

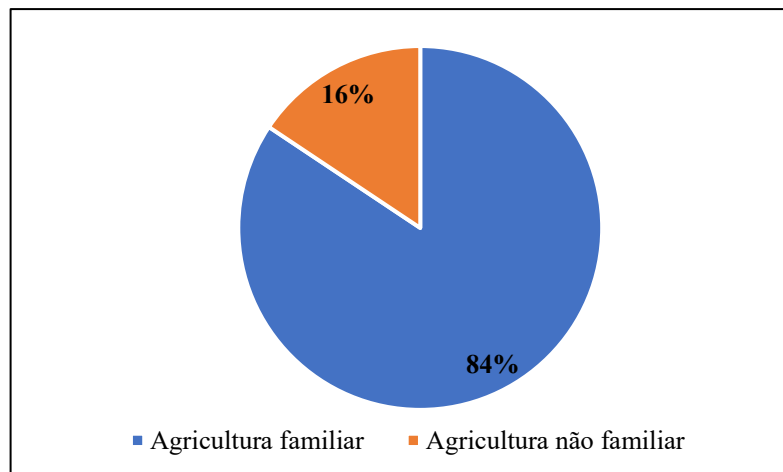
Nem todo agricultor familiar é camponês, pois as bases que constituem o campesinato, estão para além de apenas uma organização do trabalho familiar, como seu modo de vida e a luta. Essas identidades nem sempre estão presentes no agricultor familiar, que vê seu estabelecimento não como meio de vida, mas como empreendimento, espaço de lucro. A diferenciação de ambos, legitimada pelo Estado⁵, busca também forçar essa classe social a uma integração ao mercado, onde essa diferenciação também pode ser a destruição do campesinato. Por isso, para Fernandes (2021), é necessário estabelecer o território teórico, pois apesar dos camponeses poderem e estarem inseridos no mercado, não é este que possibilita sua existência, mas sim, a luta política contra o capital.

Os sujeitos que fazem parte da nossa pesquisa, nos assentamentos de reforma agrária, são camponeses, que historicamente têm se recriado a partir do processo da luta e é sobre essa base que tecemos nossas discussões. Por uma questão metodológica, em determinados momentos, ao utilizarmos o termo agricultor familiar ou agricultura familiar, estamos nos referindo a esses sujeitos históricos da luta pela terra, mas mantendo a nomenclatura utilizada nas nossas fontes.

Apesar das diferenças já explicitadas, seja camponês ou agricultor familiar, notamos que o processo de exclusão ocorre em todos os sentidos, pois o processo avassalador do capitalismo se sobrepõe a ambos os sujeitos. E é no acesso à terra, elemento essencial para a reprodução desses sujeitos, e um dos pontos mais emblemáticos da questão agrária que percebemos que apesar do campesinato/agricultura familiar se constituir a maioria em número de estabelecimentos no campo, detêm a menor parcela de área, conforme indicado nos Gráficos 1,2, 3 e 4.

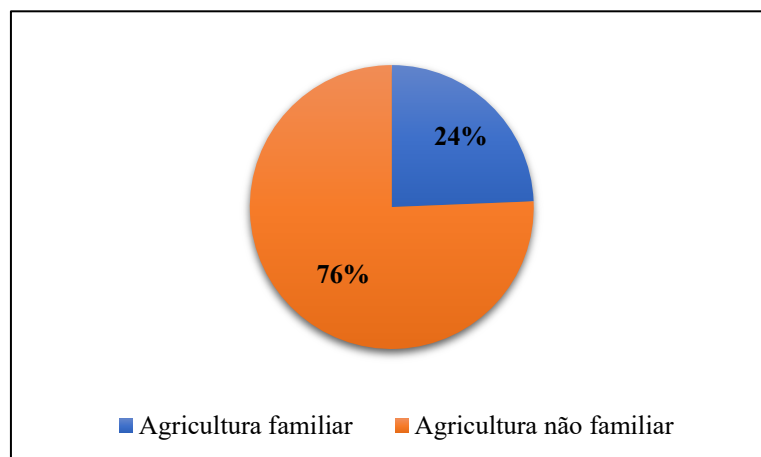
⁵ A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece uma série de diretrizes que estabelece o que é Agricultor Familiar para integrá-lo à Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Gráfico 1 – Brasil: Número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não familiar (2006)



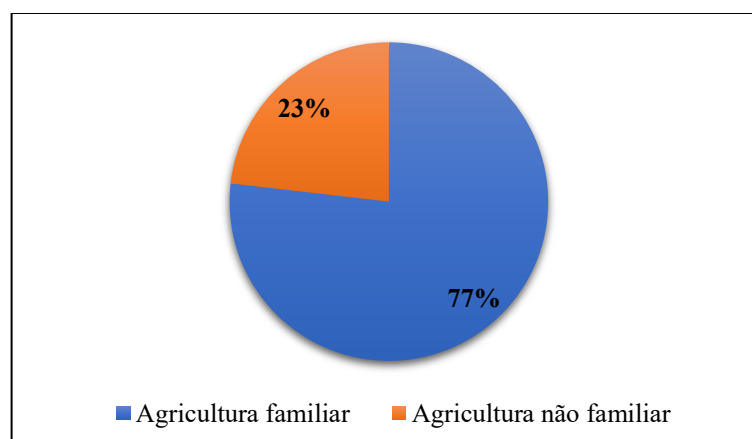
Fonte: IBGE (2019). Org: Autora (2023).

Gráfico 2 – Brasil: área total dos estabelecimentos rurais em hectares (2006)

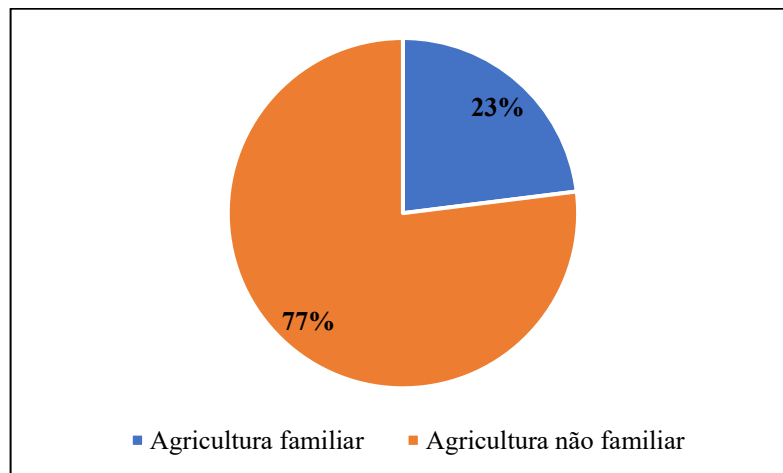


Fonte: IBGE (2019). Org: Autora (2023).

Gráfico 3 - Brasil: Número de estabelecimentos rurais da Agricultura familiar e não familiar (2017)



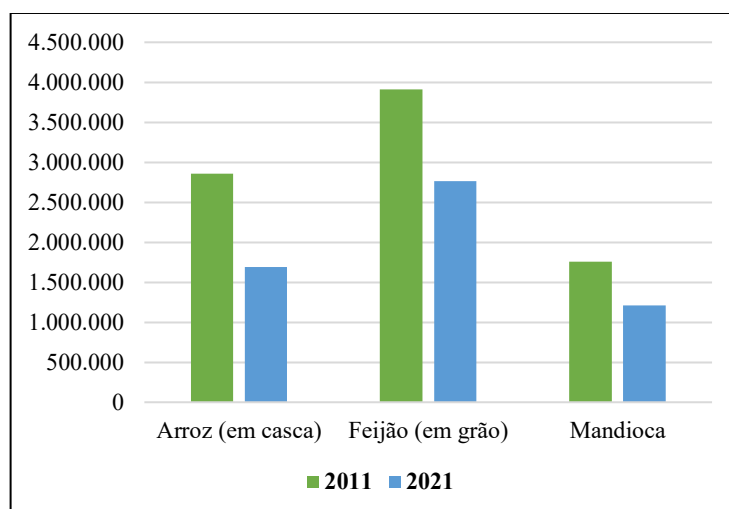
Fonte: IBGE (2019). Org: Autora (2023).

Gráfico 4 – Brasil: área total dos estabelecimentos rurais em hectares (2017)

Fonte: IBGE (2019). Org: Autora (2023).

Os Gráficos 1 e 2 se referem ao Censo Agropecuário de 2006 e demonstram que a maioria dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são ocupados pela agricultura familiar somando 4.366.266 estabelecimentos. Paradoxalmente, é a agricultura não familiar que detém a maior área ocupada, somando 252.411.258 hectares. Apesar dos dados apresentados nos Gráficos 3 e 4 persistirem na desigualdade de acesso à terra, mesmo continuando a ocupar o maior número de estabelecimentos, o Censo Agropecuário de 2017 demonstra que o número de estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar caiu para 3.897.408, ou seja, 468.858 estabelecimentos deixaram de pertencer a agricultura familiar, sendo estes possivelmente incorporados à agricultura não familiar.

A diminuição destes estabelecimentos tem rebatimento direto na produção alimentar brasileira, que ao longo dos anos vem sofrendo uma queda, conforme indicado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Brasil: área plantada em hectares de arroz, feijão e mandioca (2011 e 2021)

Fonte: IBGE/SIDRA (2023). Org: Autora (2023).

Arroz, feijão e mandioca estão entre as culturas basilares na alimentação brasileira e que representam uma queda na área produzida, consequentemente, com a diminuição da produção ocorre a alta dos preços para o consumidor. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a inflação de alimentos e bebidas foi a maior entre as categorias no ano de 2020, acumulando 14,36%. A desigualdade na ocupação do territorial ainda vai rebater na soberania alimentar. Privar do acesso à terra, é privar os sujeitos de se reproduzirem enquanto categoria social.

O avanço da agricultura não familiar é favorecido pelo forte acesso as políticas de crédito que são superiores à da agricultura familiar, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Valores destinados ao Plano Safra por categoria⁶

Agricultura Familiar	Pronamp e demais produtores
29 bilhões 2019/2020	196 bilhões 2019/2020
33 bilhões 2020/2021	203,3 bilhões 2020/2021
77 bilhões 2023/2024	287,16 bilhões 2023/2024

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (2019, 2020 e 2023). Org.: Autora (2024).

O acesso ao crédito é fundamental para garantir a permanência na terra e a produção de camponeses e agricultores familiares. Conforme aprofundaremos no nosso último capítulo, a ausência de crédito nos assentamentos de reforma agrária é um dos fatores que colaboram para a sujeição do camponês ao trabalho assalariado e a sua saída do campo.

Apesar de ser visto com entusiasmo por muitos, em função dos quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022) e os desmontes sofridos na política agrária e agrícola destinada a agricultura camponesa, o Plano Safra 2023/2024, efetivado por um governo que possui relações mais estreitas com esses sujeitos (Governo Lula – 2023 a 2026), continua evidenciando o superior incentivo ao agronegócio. Os 77 bilhões destinados a agricultura familiar é o maior montante recebido ao longo da história do Plano Safra, entretanto, ao passo que houve aumento para esta categoria, o Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o agronegócio receberam um volume quase 4 vezes maior que o da agricultura familiar, além disso, houve aumento de 84 bilhões dessa categoria em relação ao Plano Safra 2020/2021.

⁶ No Brasil, o sistema nacional de créditos é a principal política agropecuária e é realizado pelo Plano Safra. Os créditos são ofertados por instituições públicas e privadas para custeio, investimento, comercialização e industrialização e são distribuídos segundo categorias: o “Pronaf” (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para os pequenos produtores familiares, o “Pronamp” (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) para os médios e para as “Demais” categorias nas quais se encaixam, principalmente, os grandes produtores, o Agro (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021, p.15).

Mesmo sendo definido pelas instituições públicas e pela ideologia implantada na sociedade como uma categoria genérica do agronegócio (Wanderley, 2014), a agricultura familiar permanece subalternizada e recebendo menor fatia de incentivos à produção, apesar de serem protagonistas no cultivo de alimentos e geração de empregos no campo. Ressaltamos ainda que, ao olharmos especificamente para o campesinato, notamos que o acesso às políticas de créditos destes sujeitos torna-se ainda mais complexas.

O agronegócio, mais do que uma categoria política, se tornou uma ideologia no Brasil, buscando maiores montantes e melhores condições de créditos e mantendo sua hegemonia no campo, ao passo que o campesinato luta pela existência. O agronegócio é a representação do capitalismo no campo do mundo globalizado, onde encontra-se presente a montante (insumos, tecnologias, sementes etc.) durante (produção em larga escala) e a jusante (comercialização) da agropecuária brasileira. Entretanto, o que ocorre é que qualquer processo que está presente na produção no campo está sendo inserida nessa categoria. Um bom exemplo que retrata isso é o comercial⁷ da Rede Globo que viralizou em 2022, demonstrando que a produção orgânica do Quilombo Cafundó, em São Paulo, também era parte do agronegócio.

Em “A formação política do agronegócio”, Pompeia (2021) demonstra como o agronegócio caminhou na história brasileira até se firmar enquanto uma política, em que busca se afirmar como a única alternativa possível para a economia brasileira. Entre as estratégias de sua afirmação podemos citar: músicas, grandes eventos de tecnologia para o campo e também a educação⁸. O agronegócio passa a se apoderar de discussões que são paradoxais ao seu modo de produção como: da agroecologia, da desigualdade de gênero e preservação ambiental, numa tentativa de escamotear os inúmeros impactos sociais e ambientais provocados pelo setor.

Até da linguagem o agronegócio faz uso na tentativa de disseminar uma ideia em massa. Já foi *agribusiness*, *agrobusiness*, agronegócio e hoje se apresenta apenas como agro, assim fica mais fácil englobar tudo que está ligado ao campo consolidando um pensamento hegemônico.

O Agro, que começa a ser utilizado como prefixo da linguagem hodierna de muitos brasileiros, faz subsumir suas adjetivações intrínsecas: o Agro(negócio) - que já foi Agribusiness - esconde sua única razão de ser que é o negócio/lucro; acoberta a Agri(cultura)

⁷ Quilombo Cafundó – Dona Regina Pereira participa do comercial “O agro é pop”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zXa39ar7r0c>. Acesso em setembro de 2024.

⁸ O Programa Educacional Agronegócio na Escola criado pela Associação Brasileira do Agronegócio em Ribeirão Preto – ABAG/RP, busca inserir dentro das disciplinas o assunto através de cursos formativos para professores. O Programa já atingiu 111 municípios, com 626 escolas, 255.952 alunos e 3.397 professores (ABAG, 2021). Outros movimentos como o “De olho no material escolar” também surgiram com o objetivo de fiscalizar e disputar o currículo escolar da rede pública e privada a fim de consolidar a hegemonia do agronegócio na sociedade através da educação.

apagando sua essência que é a produção de alimentos, a cultura alimentar; e desvia o olhar sobre o Agro(tóxico) ocultando as milhões de toneladas de venenos e seus impactos devastadores. O “Agro” apaga muitas coisas, restando a narrativa de sucesso, de recordes de produtividade... “a riqueza do Brasil” (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021, p.3).

Todo esse processo ocorre para sustentar a hegemonia do agronegócio, amparado pelos aparatos de consenso e forte influência política⁹, se estabelece enquanto meio principal de desenvolvimento econômico, onde nega-se as dimensões identitárias que nutrem as categorias “camponês” e “agricultor familiar”, retirando delas toda referência à constituição de sujeitos políticos” (Wanderley, 2014, p. 31).

O território pautado no agronegócio segue a lógica do mercado, onde a terra e a natureza se transformam em mercadoria para a obtenção de lucro. A alienação se apresenta não apenas no pensamento social, mas territorial

racionalizadora do corte excludente entre estratos sociais, corresponde à influência do economicismo e do pragmatismo na interpretação da experiência social. A alienação territorial é formada, portanto, por uma construção ideológica tecnicamente sofisticada, que abstrai a co-presença e conduz à acomodação incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional (Ribeiro, 2005, p. 267).

Implanta-se uma dimensão produtiva, em que o Estado fornece diversas estruturas para que o agronegócio se desenvolva, com isso parte da cultura natural e/ou social se perde com a mercantilização da natureza, onde são impostos padrões comerciais e de trabalho. Num movimento contraditório-dialético outras práticas se apresentam num território não alienado, ou enquanto constructo (Bortolin e Souza, 2020), ou seja, como alternativa a essa alienação resultando nas relações de poder.

O território não é sinônimo de terra, pois a apropriação da terra se coloca como parte do processo territorial, ela acaba sendo disputa de poder. A terra passa a se tornar mercadoria, tanto como ativo financeiro como meio para obtenção de lucro através da produção.

Significa dizer que a terra em si, sua posse ou propriedade, não expressa a dimensão territorial, mas sim uma primeira condição para tais processos. Logo, são as práticas socioespaciais — decorrentes das interações entre sujeitos sociais e terra — que estabelecem o constructo. O ponto de apoio reside na compreensão de que o poder é relacional e

⁹ A bancada ruralista constitui uma das maiores bancadas no Congresso Nacional, possui atualmente (2023) 324 deputados e um total de 374 parlamentares. É um grupo de alto poder financeiro e articulado o que permite atender e defender os interesses do agronegócio brasileiro.

que seu reflexo sobre o espaço formaria o território, não sendo este constituído a priori e não se equivalendo apenas a uma idealização dos sujeitos (Bortolin e Souza, 2020, p. 46).

A terra, parte importante da dimensão territorial, se coloca de maneira desigual e tem seu aprofundamento de concentração à medida que o capitalismo avança. A primeira Lei de Terras no Brasil data de 1850 e foi instrumento importante para instaurar a propriedade privada da terra. Antes o lucro se dava pelo uso para produção e/ou criação de animais, hoje a terra também se transforma em ativo financeiro. Fix e Paulani (2019) a partir da visão marxista, apontam que uma peculiaridade da terra é ser

uma mercadoria fictícia. Como não pode ser reproduzida pelo trabalho humano, não possuindo, portanto, valor, a terra, na base da produção capitalista, tem seu preço determinado pela capitalização das rendas futuras esperadas de seu uso (Fix e Paulani, 2019, p. 643).

Grande parte da soja produzida é comercializada na bolsa de valores antes mesmo de ser plantada. Esse processo especulativo tem sua origem na financeirização ora em curso, e que não pode ser desvinculada das políticas neoliberais.

A valorização de terras no Brasil resulta no aprofundamento da desigualdade de acesso, pois mesmo que assegurada na Constituição Federal de 1988, a terra, palco para a reprodução da vida, se apresenta enquanto disputa. O aumento do preço das terras ocorre pelas investidas do agronegócio que busca terras mais férteis, com grande disponibilidade hídrica e uma estrutura que financiada pelo Estado permite a valorização da terra e consequentemente da produção.

Um estudo promovido pela Informa Economics FNP, demonstra a valorização no preço das terras em todo o Brasil, com destaque para as áreas da fronteira agrícola como o MATOPIBA “onde a especulação imobiliária se mantém forte e há informações de preços muito elevados (...) O preço médio do hectare nas áreas de grãos da região ficou em R\$11.800,00, com alta de 11,3% nos últimos 12 meses” (AGRIANUAL, 2015, p. 34).

Esse modo dinâmico do território se desdobra em conflitos, pois o processo de apropriação é um meio de exercer o poder e junto com o poder vem a resistência. A disputa territorial ocorre a partir do movimento de desterritorialização e/ou controle das formas de uso da terra e acesso ao território.

1.3 Territórios em disputa

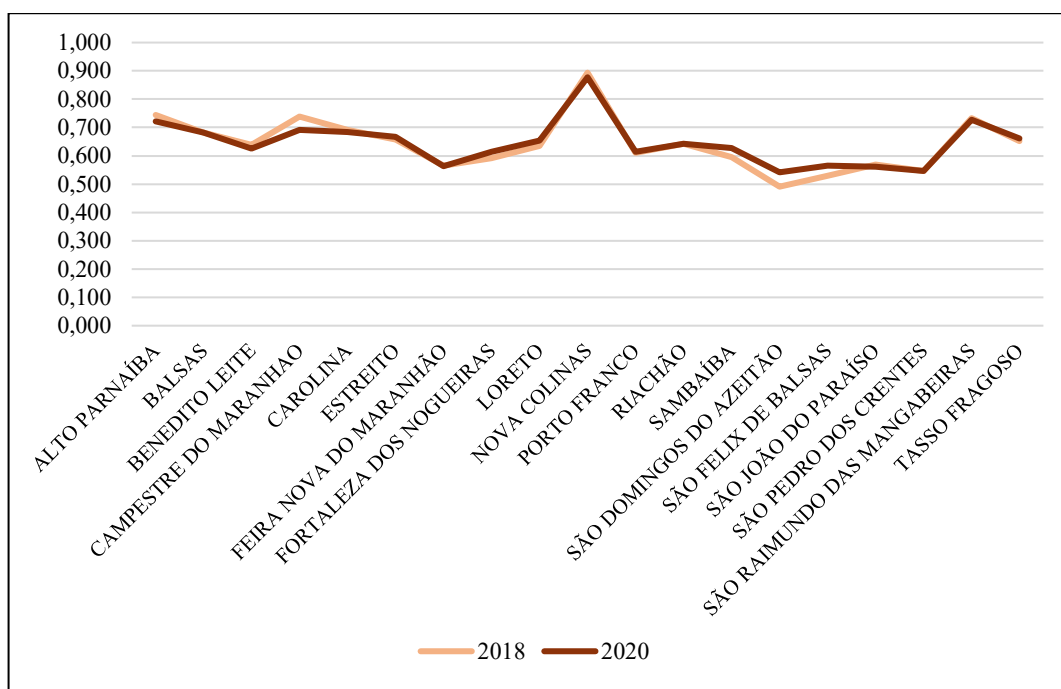
A desigualdade no acesso à terra resulta em inúmeros conflitos, pois se de um lado há o avanço do agronegócio, do outro, ocorre a expropriação de grupos do campo e da floresta. O território então, resulta de um movimento contraditório, sendo espaço de luta por grupos hegemônicos e não hegemônicos onde “o poder só existe porque há relações, e estas, em sua maioria, ocorrem de maneira assimétrica” (Bortolin; Souza, 2020, p.48).

Sobre o poder, Raffestin (1993) aponta que nas relações que se estabelecem existe um processo de confronto, já que as forças se dispõem em dois polos, criando um campo de poder. As disputas de poder entre agronegócio e campesinato tem rebatimento direto no aumento da violência no campo, o movimento é claro: conforme há um avanço do agronegócio – incorporando novas terras, seja de maneira legal ou ilegal – o índice de violência cresce.

Para Nóbrega (2021), a luta camponesa não se apresenta apenas nos conflitos pela terra, ela possui caráter revolucionário pois os camponeses se recusam a aceitar a ordem vigente. Essa ordem se estrutura sobre o trabalho escravo, o desmatamento, a contaminação do solo e águas por agrotóxicos e de uma lógica que não incorpora uma relação que não seja de obtenção de lucro.

Os dados plasmados no Gráfico 6, mostram o aumento da concentração fundiária entre 2018 e 2020 dos municípios da mesorregião sul maranhense. Balsas, Feira Nova do Maranhão e São Pedro dos Crentes mantiveram o mesmo índice entre os anos analisados. O que pode explicar esta estabilidade é a consolidação do agronegócio nestes municípios e a expansão de áreas agricultáveis nos demais. Enquanto isso, Estreito, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Porto Franco, São Domingos do Azeitão, São Felix de Balsas e Tasso Fragoso tiveram um aumento na concentração do território, com destaque para o município de São Felix de Balsas, que de 0,529 em 2018 foi para 0,566 em 2020.

Gráfico 6: Mesorregião sul maranhense – Índice de Gini por municípios (2018 e 2020)



Fonte: DATALUTA (2017). Org. Autora (2023).

As áreas agricultáveis do município de São Félix de Balsas vêm sendo impactada pela expansão monocultora nos últimos anos. Em 2001, de acordo com dados do IBGE (2023), o município produzia arroz (1.520 ha); cana-de-açúcar (2 ha); feijão (150 há); mandioca (20 ha); melancia (2 ha) e milho (630 ha), mas em 2021, ao passo que a cultura do arroz diminuiu para 1.230 ha, o milho expandiu sua área para 1.465 hectares e a soja passou a ocupar as paisagens, somando 4.788 hectares.

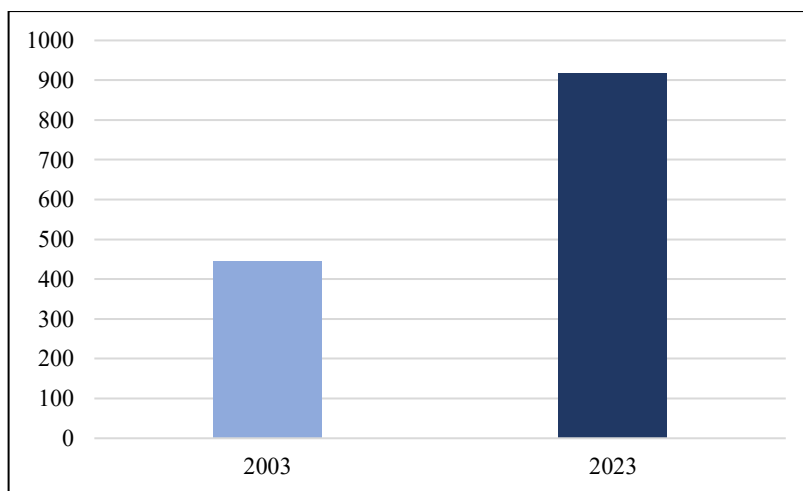
O aumento de *commodities* não é algo exclusivo de São Felix de Balsas, pois há um aumento em toda mesorregião sul maranhense. Os dados da Tabela 2 mostram as culturas produzidas na mesorregião em 2001 e 2021 e chama a atenção para o aumento da área de algodão, cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo que juntas abarcaram 1.074.675 hectares, ou seja, 97% da área agricultável produz culturas de exportação. Apesar do aumento expressivo da cultura do feijão, o arroz perdeu mais de 10.000 hectares de área produzida. A mandioca, fava e melancia também perderam espaço.

Tabela 2: Mesorregião sul maranhense – área plantada em hectares (2001 e 2021)

Cultura	2001	2021
Abacaxi	167	2
Algodão	2.278	25.924
Amendoim	0	6
Arroz	43.865	11.880
Cana-de-açúcar	15.693	25.546
Fava	43	33
Feijão	3.113	14.429
Mandioca	3.235	2.626
Melancia	128	27
Milho	27.894	320.859
Soja	209.868	692.346
Sorgo	0	10.000
Tomate	13	8

Fonte: IBGE/SIDRA (2023). Org: Autora (2023).

O avanço do agronegócio não é percebido apenas pelo aumento das áreas de monoculturas, mas se expressa também nos conflitos. À medida que as cercas do agronegócio avançam sobre o território, os conflitos se tornam resultados desse processo. Os dados apresentados no Gráfico 7 apresentam um aumento de mais de 50% no número de famílias envolvidas em conflito por terra.

Gráfico 7: Mesorregião sul maranhense – Número de famílias em conflito por terra (2003 e 2023)

Fonte: CPT (2003, 2023). Org. SANTOS (2023).

Nos últimos anos, a origem da maior parte das pessoas resgatadas em trabalho escravo é do estado do Maranhão. Os baixos índices socioeconômicos do estado impulsionam as migrações de trabalhadores e trabalhadoras, entre 2003 e 2021 foram 8.636 maranhenses

resgatados. O agronegócio é o que menos emprega no campo brasileiro, com o avanço tecnológico, a mão de obra humana foi reduzida. Dialeticamente, este setor da economia tem os maiores índices de trabalho escravo. Na mesorregião sul maranhense, 33 pessoas foram resgatadas no município de Balsas em 2003, já no ano de 2023, 12 pessoas foram resgatadas entre os municípios de Balsas, Estreito, Porto Franco, São Felix de Balsas e São Raimundo das Mangabeiras (CPT, 2003 e 2023). A concentração de terras e o trabalho escravo são processos inerentes, pois como identificamos anteriormente, Estreito, Porto Franco e São Felix de Balsas, estão entre os municípios que tiveram uma elevação no índice de Gini.

Tais processos estão relacionados com a expansão da fronteira agrícola do cerrado e consequentemente, o aumento das empresas do agronegócio, sobretudo de capital estrangeiro, conforme Quadro 3. O Maranhão, inserido no contexto de expansão da fronteira agrícola, tem visto o acréscimo na territorialização de empresas nos municípios, como é o caso de Porto Franco, que possui um Distrito Agroindustrial (DIAPF), que segundo o Governo do Estado do Maranhão (2024), foi criado com o objetivo de otimizar a vocação agrícola da região, garantindo processamento de grãos, produção de ração, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas.

Quadro 3: Maranhão – Territorialização de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais (2013-2018)

EMPRESA	ORIGEM DO CAPITAL	USO DO SOLO
Amaggi & LD Commodities S.A.	Brasil*	Grãos
Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Argentina; EUA	Grãos e Mercado de Terras
Cargill Agrícola S.A.	EUA	Cana-de-açúcar e grãos
Cevital	Argélia	Grãos
CHS Inc.	EUA	Grãos
Insolo Agroindustrial S.A.	Brasil*; EUA	Algodão e Grãos
Atvos	Brasil*; EUA; Japão; Reino Unido	Cana-de-açúcar
Radar S.A.	Brasil*	Mercado de terras
SLC Agrícola S.A.	Brasil*	Algodão e Grãos
SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas	Japão	Café
Sollus Capital	Argentina; EUA	Mercado de terras
Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA)	EUA; Alemanha; Suécia; Países Baixos	Cana-de-açúcar, frutas, grãos e mercado de terras
Bunge Alimentos S.A.	EUA	Grãos
Adm Do Brasil Ltda	EUA	Grãos
Agrex do Brasil S.A.	Argentina; Japão	Grãos
* Empresas de origem brasileira com a presença de capital estrangeiro		

Fonte: DATALUTA (2018). Org.: Autora (2023).

O Quadro 3 mostra as empresas do agronegócio com presença de capital estrangeiro territorializadas no estado do Maranhão. A maior parte dessas empresas atuam no setor de grãos, o que também explica o avanço da soja e do milho como apontamos em dados apresentados anteriormente. Empresas que atuam no mercado de terras tem sido cada vez mais presentes, pois como parte do Maranhão insere-se na recente fronteira agrícola do cerrado, estas empresas buscam terras de menor valor (Frederico, 2016).

Ao passo que o agronegócio avança, a resistência camponesa se faz presente. “Assim como uma planta possui a habilidade de sobreviver e de se reproduzir após altas doses de veneno, essa classe social também possui a capacidade de se reinventar e se recriar diante das opressões e da tática do capital” (Nobrega, 2021, p. 46).

O campo brasileiro, portanto, se movimenta de maneira paradoxal, sendo os territórios resultado de diferentes forças. Adiante, discutiremos as formas de resistência que também são

mutáveis à medida que o capitalismo avança e se reorganiza, pois apesar das investidas do agronegócio, camponeses permanecem cultivando alimentos e reproduzindo suas culturas, por isso, a luta não é pela terra e sim pelo território, pelo direito de continuar (re)existindo.

SEÇÃO II

PENSAR OS TERRITÓRIOS: Da apropriação a resistência

*“Não adianta inventar outros caminhos
Porque jamais vão conseguir nos convencer
Capitalismo nunca foi de quem trabalha
Nossos direitos só a luta faz valer
Capitalismo nunca foi de quem trabalha
Nossos direitos só a luta faz valer”
(Zé Pinto – Só a luta faz vencer).*

A questão agrária é parte inerente ao campo, seja a partir de uma análise macro ou micro, pois está presente desde o desenvolvimento da sociedade, tornando-se complexa devido à incorporação de novos e antigos sujeitos e às ações políticas que a envolve. No sul do Maranhão, com a expansão da fronteira agrícola, o modelo de desenvolvimento do agronegócio torna-se cada vez mais predominante. Entretanto, esse modelo revela sua contraditoriedade ao aprofundar as desigualdades sociais, privilegiando um número reduzido de agentes que detêm os meios de produção, grandes extensões de terra e acesso à tecnologia.

Dessa forma, se anteriormente foram compreendidas as relações e os conceitos que permeiam o território, nesta seção busca-se analisar a questão agrária maranhense, com ênfase naquela que se configura no sul do estado do Maranhão. Isso porque entendemos que a questão agrária é intrínseca ao território, já que este é uma "síntese contraditória, como efeito material da luta de classes" (Felicio, 2006, p. 24), produzindo conflitualidade.

Verifica-se que, apesar do modelo hegemônico que se apresenta predominante no campo, outros modelos de desenvolvimento que não se baseiam em políticas neoliberais são possíveis. No entanto, evidencia-se que esses modelos alternativos só se concretizam a partir de um processo de luta contínua, necessária para resistir às diversas investidas do capitalismo.

2.1 O Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário na compreensão do campo brasileiro

O desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no campo, é um caminho cheio de contradições (Graziano da Silva, 1980) e demonstra o caráter desigual a qual o campo brasileiro vem sendo inserido ao longo da história. Há um importante processo de modificação da agricultura (Graziano da Silva, 1980) que se reflete, sobretudo, na estrutura social do campesinato.

A compreensão da questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas pela amplitude e complexidade dos problemas e das possíveis leituras com diferentes paradigmas. Neste contexto compreendemos os processos dos diferentes fins e recriações do campesinato analisando a expansão do capitalismo na agricultura (Felicio, 2011, p. 16).

Nas ciências, as diferentes leituras de mundo desenvolvem diferentes paradigmas que não se apresentam como verdades absolutas, pois, a produção do conhecimento é diversa e captura parte da realidade. Nesta tese, buscamos compreender a questão agrária através das contradições do desenvolvimento capitalista, pois, ao passo que se expande debruçado nas tecnologias e na abertura de novas fronteiras, gera pobreza e fome às populações que historicamente se viram a margem desse processo. Ainda, essas populações, de maneira controversa, podem se integrar ou não ao sistema, criando e recriando novas formas de vida.

Para tanto, é necessário discutirmos a questão agrária à luz do campesinato e do agronegócio apoiados sob dois paradigmas, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Destacamos que ambos os paradigmas buscam compreender o que vem ocorrendo com o campo, sobretudo o papel do campesinato nesse processo. Logo, não podemos cair no maniqueísmo, pois ambos paradigmas dão base para novos diálogos dentro da ciência.

O PCA entende que o único caminho para o camponês é sua metamorfose em agricultor familiar ou sua destruição, já que o camponês, caso não se integre ao processo moderno de desenvolvimento, teria como destino as cidades e o trabalho assalariado. Portanto, a existência desse camponês – que passa a ser agricultor familiar – está condicionada a integração ao sistema capitalista, compreendendo que este é o único modelo de desenvolvimento possível para o campo.

Primeiramente, como discutimos na seção anterior, neste trabalho, o camponês e o agricultor familiar são sujeitos que partem da mesma base do trabalho, a família. Entretanto, os processos de reprodução desses sujeitos se estabelecem de forma distinta dentro do sistema capitalista, embora ambos possam ser marginalizados.

Há ainda, uma politização e apropriação do termo agricultor familiar pelo sistema capitalista, em mais uma tentativa de negar a existência do campesinato e o seu processo histórico de resistência. Afinal, mesmo que integrado ao sistema capitalista, o agricultor familiar/camponês continua pertencendo a camada dos excluídos do campo.

A integração do camponês é sua subordinação ao capital, pois, partindo do sistema capitalista, o processo de integração não é uma escolha e sim condição imposta. Em alguns casos, o camponês abandona parte de sua cultura e de seu modo de vida, deixando de produzir para alimentar seu núcleo familiar, para produzir em função das exigências do mercado – com uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e culturas que não fazem parte de seu ambiente natural – se afastando da soberania alimentar.

Ao falarmos que a integração do camponês é uma condição imposta, é porque este pode almejar fazer parte do sistema porque constantemente é alimentado com discursos alienantes, discursos esses que podem, inclusive, apontar o seu fim, caso não se integre ao sistema. As próprias políticas públicas podem colaborar para a integração forçada quando são pensadas e executadas dentro da lógica neoliberal.

Na seção anterior, destacamos que o agronegócio se apropria de diversos discursos, buscando criar uma falsa impressão de integração. Falsa pois, sua integração, está condicionada a uma subordinação, onde acaba sendo novamente uma peça da reprodução do capital, o trabalho desempenhado continua sendo explorado. Isso faz parte da lógica avassaladora do mercado que cerca o camponês, mas que paradoxalmente cria as resistências.

O fato de uma parte dos autores do PCA reconhecer a existência da agricultura familiar no capitalismo é um grande avanço do ponto de vista teórico. Entretanto, essa é uma visão linear da realidade, que compreende o capitalismo enquanto único modelo de desenvolvimento da agricultura (Origuéla, 2019, p.120)

É no movimento de resistência que o PQA se apresenta, demonstrando que não há um desaparecimento do campesinato ou, sua metamorfose em agricultor familiar ao se integrar ao sistema capitalista, mas sua recriação através das lutas, “luta para sobreviver, unindo-se pelo controle de seus meios de produção como a terra, a água e os recursos naturais, dos quais são expropriados” (Felicio, 2011, p. 18).

Para esse paradigma, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa (Felicio, 2006, p.19).

Portanto, há um movimento duplo, onde parte do campesinato acaba sendo engolido pelo sistema, seja se sucumbindo a ele, ou sendo desterritorializado, pois não possuem condições para permanecer na terra. Outra parte se reproduz em frentes de resistências. Essa resistência se apresenta de diversas formas, seja nas ocupações de terra, seja através da reforma agrária ou da produção que priorize a alimentação do núcleo familiar, da comunidade em respeito à natureza baseada nos princípios da agroecologia.

Por isso, a questão agrária e o território devem ser compreendidos de maneira interligada já que a questão agrária é (re)definida pela territorialização de diferentes sujeitos e estes possuem diferentes formas de se reproduzir. Assim, ao passo que o território é ocupado e pelos mais variados sujeitos, novas problemáticas se inserem na questão agrária.

De acordo com Felicio (2006, p.25), “a unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua” o que demonstra a capacidade do campesinato de resistir, porque a resistência ocorre de maneira coletiva. Em entrevista de campo realizada no Projeto de Assentamento (PA) Serafim, localizado no município de Estreito-MA, a entrevistada D – assentada e responsável pelo lote – garante que ali não se passa fome, primeiro porque há terra para produzir e criar animais e quando falta algo, o companheiro do lote vizinho ou de outro lote do PA sempre partilha o que tem produzido.

Se falta a carne de gado que não criamos, alguém que cria sempre vem e deixa um pedaço. Aqui no assentamento é assim, um vai ajudando o outro com o pouco que produz, ninguém passa fome porque o vizinho não deixa (Entrevistada D, 2023).

Figura 1– Estreito (MA): Produção do lote S-2 no assentamento Serafim



Fonte: Autora (2023).

É a partir de falas e vivências como da assentada, que compreendemos que é possível modelos de desenvolvimento que fogem a lógica capitalista, e que a resistência faz parte do campesinato, pois a “realidade é construída e transformada cotidianamente pelos sujeitos sociais, assim como os espaços e os territórios” (Origuéla, 2019, p.122). Portanto, essa tese está desenhada a partir do PQA, pois assim como Felício (2011), Vinha (2013) e Origuéla (2019), entendemos que, é a partir da luta do campesinato que há um processo de transformação da sociedade, no enfrentamento do capitalismo.

Por isso, as resistências no campo brasileiro se apresentam também à medida que o capitalismo avança, as contradições e complexidade se tornam mais latentes. Uma pesquisa realizada no quarto trimestre de 2023 pelo IBGE, aponta que a insegurança alimentar moderada e grave acometem 12,7% das áreas rurais comparada aos 8,9% das áreas urbanas. Ou seja, o lugar que em tese, se produz alimentos, é onde as pessoas passam mais fome, embora haja particularidades.

Portanto, entendemos que o campesinato é construído e reconstruído, não pela sua integração ao sistema capitalista, mas por sua luta política, que torna possível sua própria permanência neste grupo social, capaz de organizar e integrar novas atividades que os fazem permanecer em seus territórios apesar das investidas do capital.

2.2 A diversidade dos aspectos físicos, econômicos e sociais do Maranhão

Na Geografia, compreendemos os aspectos naturais e sociais de maneira correlacionada, em que as atividades humanas, sobretudo no mundo técnico-científico-informacional¹⁰, interferem diretamente na paisagem natural, pois quanto maior a técnica, maiores são as modificações na natureza. A sociedade se transforma, as relações mudam e com elas o mundo do trabalho. É assim que devemos compreender as questões do mundo, pois elas se modificam no espaço e no tempo.

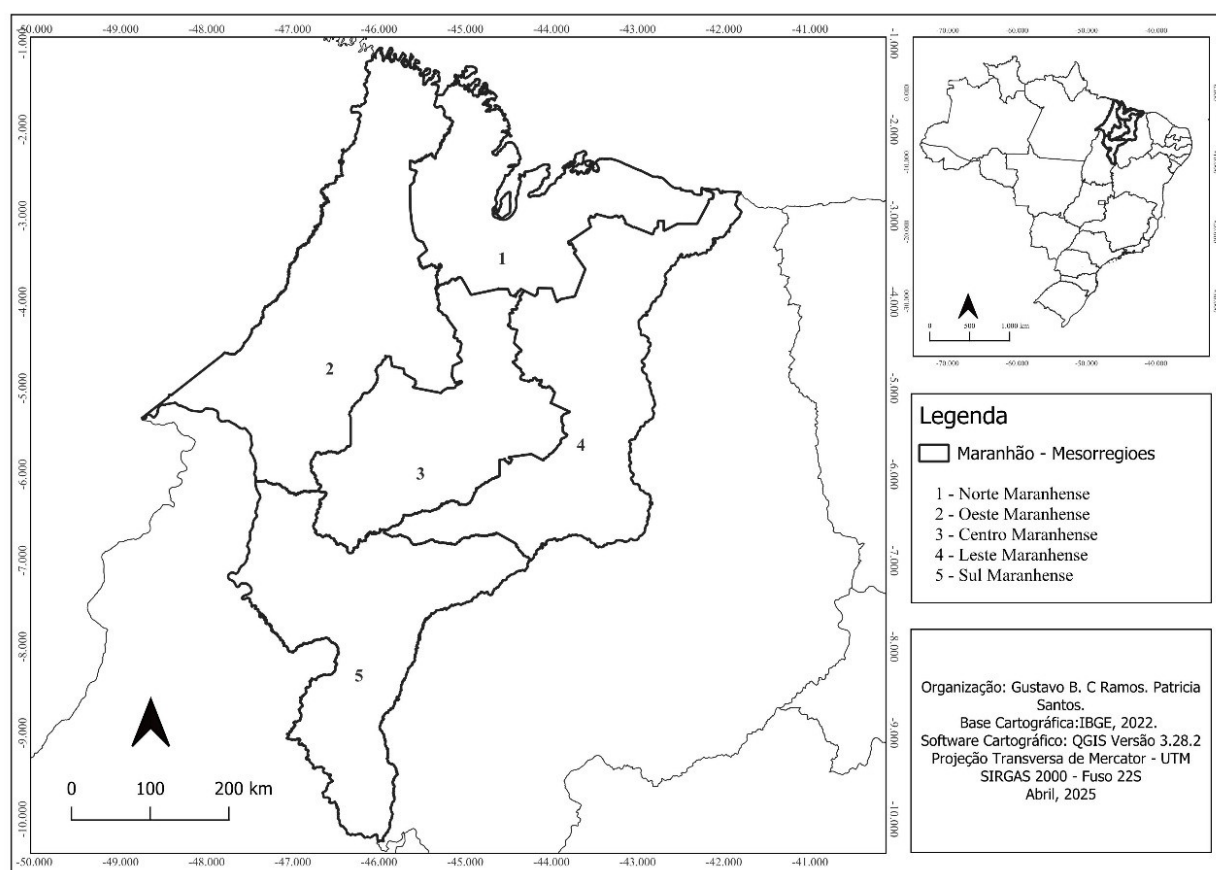
Antes de adentrarmos na questão agrária maranhense, é fundamental apresentar os aspectos edafoclimáticos do estado, bem como suas características econômicas e sociais, pois a diversidade da paisagem natural do Maranhão além de ter propiciado o avanço do agronegócio, tem sido alterada por ele. Os indicadores mostram que apesar do estado ter recebido grandes projetos de “desenvolvimento” nas últimas décadas, os índices sociais estão entre os piores do país.

¹⁰ O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. [...] é a nova cara do espaço e do tempo (Santos, 2013, p. 41).

O Estado do Maranhão, localizado na região nordeste brasileira é o 8º em extensão territorial e apresenta uma área de 329.651,496 km², com população total de 6.775.152, onde 36% vivem em áreas rurais, sendo o estado brasileiro com maior índice de pessoas vivendo no campo (IBGE, 2022).

Conforme demonstrado no Mapa 1, e de acordo com a classificação do IBGE (1990), o Maranhão é dividido em cinco mesorregiões: Norte Maranhense, Oeste Maranhense, Leste Maranhense, Centro Maranhense e Sul Maranhense. No subitem seguinte, centralizamos nossas discussões na mesorregião sul, já que ela se apresenta como recorte espacial nesta tese.

Mapa 1 - Maranhão: localização do estado com as mesorregiões



O estado apresenta grande diversidade edafoclimática, sendo composto por três biomas: Cerrado (64,1%), Amazônia (34,8%) e Caatinga (1,1%) (EMBRAPA, 2016). A diversidade de biomas inclui áreas de ecótonos¹¹. Assim, a paisagem do Maranhão é diversa e complexa, pois, dentro de um mesmo bioma, pode coexistir variações significativas. O sul do estado, por exemplo, ora apresenta áreas típicas do Cerrado, ora vegetações características do bioma

¹¹ São áreas de transição em que apresentam características de dois ou mais biomas.

Amazônico, além da Mata dos Cocais. Dos 217 municípios que compõem o estado, 135 estão localizados em regiões de domínio do bioma Cerrado.

O relevo do Estado do Maranhão é dividido em duas grandes unidades morfológicas: Planície e Planaltos (Feitosa, 2006).

A extensa planície do norte maranhense corresponde aos terrenos com amplitudes altimétricas inferiores a 200 m, que penetram para o interior acompanhando os vales dos rios. As áreas mais expressivas localizam-se nos vales inferiores de todos os rios que banham terras do Estado do Maranhão. No vale do rio Tocantins, ocorre associada aos principais afluentes da margem direita entre os municípios de Imperatriz e Estreito (Feitosa, 2006, p. 3).

O estado possui predominantemente baixas altitudes, cerca de 70% do território possui altitudes menores que 200 metros. Apesar da planície atingir o sul do estado, é na região centro-sul que se concentra áreas mais elevadas, com altitudes de 200 a 800 metros que “subdivide-se nas seguintes unidades geomorfológicas: Pediplano Central, Planalto Oriental, Planalto Ocidental, Depressão do Balsas e Planalto Meridional” (Feitosa, 2006, p. 9).

O Maranhão ainda apresenta uma grande rede de drenagem, em que a maioria se faz no sentido Sul-Norte, onde os rios independentes se dirigem ao oceano Atlântico. Ao todo, o estado tem 12 bacias hidrográficas: Parnaíba, Tocantins, Gurupi, Litoral Ocidental, Ilhas Maranhenses, Mearim, Itapecuru, Munim, Turiaçu, Maracaçumé, Preguiças e Peria (NUGEO, 2009).

Apesar das condições naturais que se apresentam no estado, o processo de desenvolvimento seletivo resulta em baixos indicadores sociais. Dados do Índice de Desenvolvimento Humano de 2021, apontam que o estado possui o menor indicador entre os estados brasileiros, com 0,679, além de apresentar o menor Rendimento Domiciliar Per Capita, de R\$ 814,00 (IBGE, 2022). Na Tabela 3, apresentamos um panorama do IDH do Brasil, do Maranhão e dos municípios abarcados por essa pesquisa. Com exceção do município de Porto Franco, Estreito e São João do Paraíso apresentam dados abaixo do próprio estado, ambos ainda estão muito abaixo do IDH brasileiro.

Tabela 3– Índice de Desenvolvimento Humano (2010, 2021) ¹²

Território	IDH
Brasil	0,754
Maranhão	0,676
Estreito	0,659
Porto Franco	0,684
São João do Paraíso	0,609

Fonte: SIDRA/IBGE (2024). Org.: Autora (2024).

De acordo com estudos divulgados em 2022, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), o Maranhão é o segundo estado da região Nordeste com o maior número de pessoas vivendo em situação de fome, cerca de 2,1 milhões. No entanto, ao olharmos os dados de insegurança alimentar moderada e grave nos domicílios com menores de 10 anos, o estado aparece em primeiro lugar em relação aos demais estados brasileiros, com 63,3%.

Nesta tese, nos apropriamos dos conceitos de insegurança e soberania alimentar, pois eles nos ajudam a compreender com maior amplitude a alimentação. Desta forma, é necessário explicar como compreendemos cada conceito neste trabalho e como eles se articulam com as questões trabalhadas. O primeiro, é um termo utilizado por organizações como a ONU e pelos Estados para designar a redução na quantidade e qualidade dos alimentos, bem como a falta deles por um ou mais dias. A insegurança alimentar está restrita a dimensão do consumo, ou seja, à frequência e à quantidade: quanto você come, quando você come e o que você come.

O Ministério da Saúde apresenta uma escala que mede, de maneira quantitativa, a insegurança alimentar. A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) avalia a percepção da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros a partir de quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

A primeira categoria se refere ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente pelos moradores do domicílio. A segunda ocorre quando há comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade adequada. A terceira categoria é identificada quando há alterações nos padrões usuais da alimentação, juntamente com a restrição na quantidade de alimentos entre os adultos. Já a quarta categoria ocorre quando há ruptura do padrão alimentar, com comprometimento da qualidade e

¹² O IDH do Brasil e Maranhão referem-se ao ano de 2021, dado mais atualizado no IBGE. Entretanto, o IDH de Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso referem-se ao ano de 2010, tendo em vista que não há nenhum dado sobre o IDH atualizado pelo órgão após 2010.

redução da quantidade de alimentos para todos os membros da família, incluindo adultos e crianças.

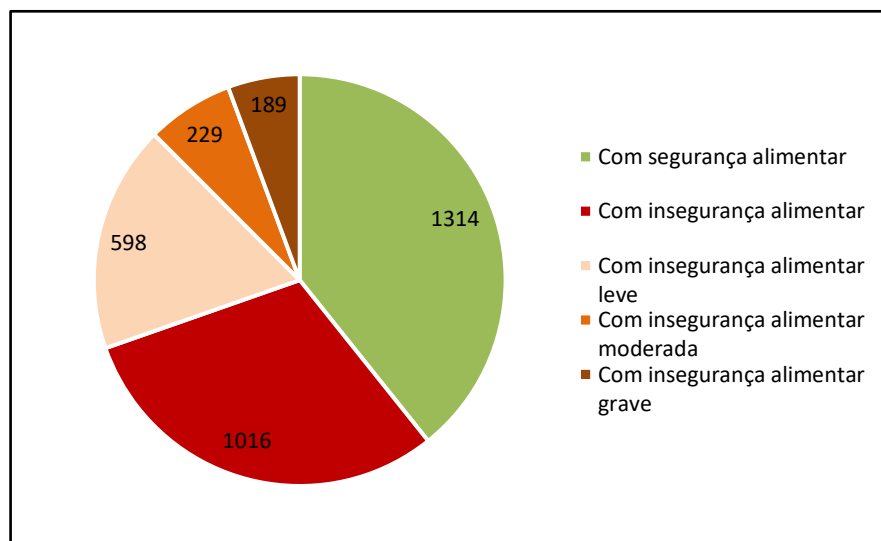
Para Marchiori (2023, n.p.), a insegurança alimentar grave e a fome dizem a mesma coisa: “a privação de alimentos que ocorre como uma perversa rotina.” No entanto, não podemos igualar a fome e insegurança alimentar, pois, como apresenta Ribeiro Júnior (2015), por vezes, a insegurança alimentar pode mascarar o quadro de fome, pois para aqueles que tem fome, não há opção. Desenvolveremos com maior profundidade essa questão na seção seguinte.

Por isso, também trazemos o conceito de soberania alimentar. Além de pensar na quantidade e na qualidade dos alimentos, é necessário considerar a dimensão da produção, do trabalho e da natureza, ou seja, como esses alimentos são produzidos.

Em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, a Via Campesina trouxe o debate do conceito de soberania alimentar, destacando como as políticas neoliberais têm priorizado o comércio internacional, e não a alimentação da população mundial. A soberania alimentar ultrapassa as dimensões abarcadas pelo conceito de segurança alimentar, pois envolve o direito de escolha, tanto dos camponeses de decidirem o que produzir, quanto o direito dos consumidores de decidirem o que, como e por quem os alimentos são produzidos. Nas discussões das seções seguintes, retomaremos esses conceitos e como eles se relacionam com os modelos de desenvolvimento e sistemas alimentares.

Em 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Anual, 4º trimestre (IBGE), coletou dados de 2.330 domicílios no Maranhão, deste total, 43,6% apresentam algum grau de insegurança alimentar, sendo 58,8% de grau leve e 18,6% grave, conforme indica o Gráfico 8.

Gráfico 8: Maranhão – Número de domicílios em segurança e insegurança alimentar (2023)

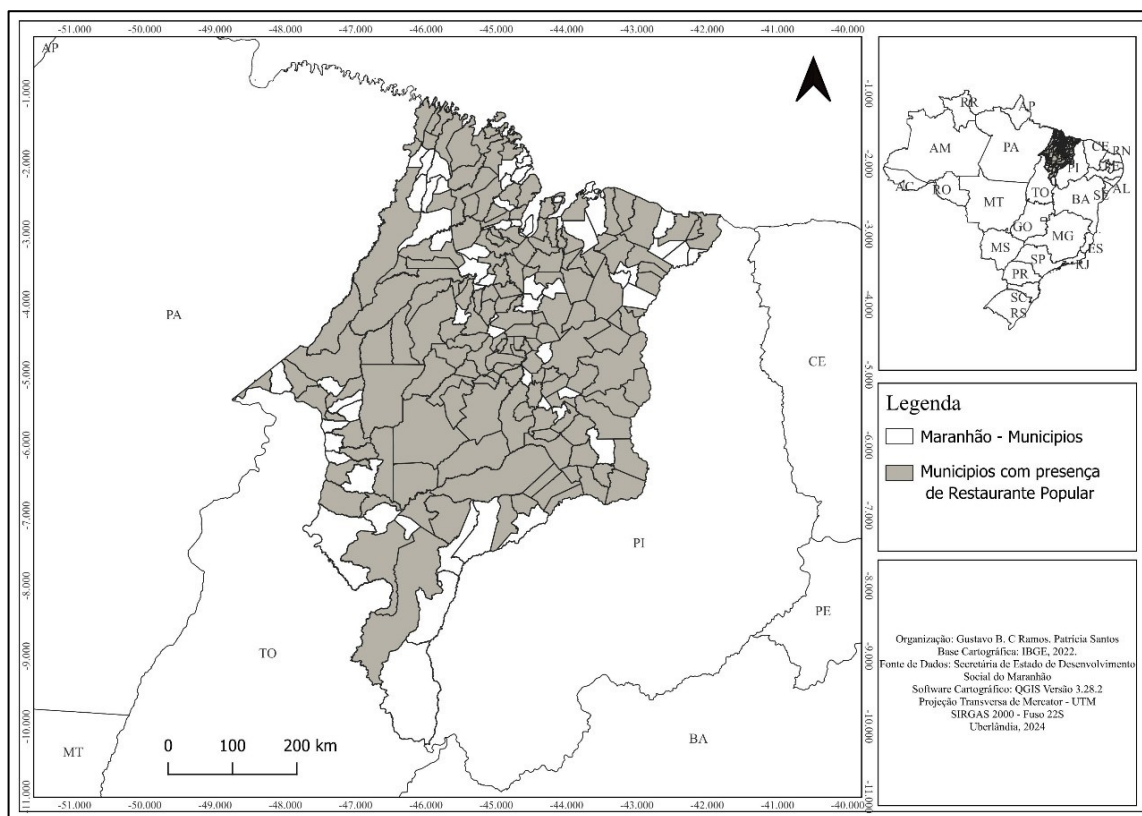


Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2024).

Apesar das inúmeras pesquisas sobre a temática, dos esforços de organizações governamentais e não governamentais para coletar dados da insegurança alimentar, nota-se que ainda temos uma lacuna ao observá-los por recortes menores, como macro e microrregiões, ou até mesmo através de municípios e sua divisão entre urbano e rural. Os dados que temos apresentado estão em escala regional, por isso, pesquisas como essa tornam-se importantes, pois podem revelar dados em micro escala.

Ainda assim, os dados apresentados revelam que a fome e a baixa renda caminham juntas. Desta forma, uma das políticas implementadas pelo Governo do Estado do Maranhão, que vai de encontro com as políticas a nível federal, é a abertura de Restaurantes Populares. Estes têm por objetivo, ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda, por um preço acessível de R\$ 1,00, integrado a Rede Operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Governo do Maranhão, 2024). O Mapa 2 identifica os municípios com a presença de restaurante popular, onde verifica-se que grande parte do estado possui a presença destes restaurantes. Em números absolutos, a capital São Luís, concentra a maior quantidade de restaurantes, cerca de 16 unidades, seguida por São José de Ribamar e Imperatriz, com 3 unidades em cada cidade.

Mapa 2– Maranhão: Municípios com a presença de restaurantes populares em funcionamento (2024)



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (2024). Org.: Ramos; Santos (2024).

O restaurante popular é uma política que colabora para um maior acesso a alimentação adequada, visto que, a alimentação se tornou mercadoria e com a alta no preço dos alimentos e a expulsão de camponeses de seus territórios, nos últimos anos, as famílias brasileiras têm comido menos e/ou inserido em sua alimentação produtos pobres nutricionalmente.

Entretanto, apesar da importância dessa política, vemos a necessidade de outras políticas para também garantir o acesso a alimentação, pois os restaurantes populares não funcionam aos feriados e domingos e o acesso da população rural a eles torna-se mais desafiador. Assim, é preciso em primeiro passo, garantir a produção de alimentos, principalmente aqueles que fazem parte da cultura alimentar local e estes, são produzidos majoritariamente pela agricultura camponesa, logo, faz-se necessário garantir a permanências desses sujeitos em seu território.

Apesar das diversas características geoambientais que permitiram o desenvolvimento de atividades econômicas, que vão desde a pesca, turismo, extrativismo, agropecuária, etc. o estado foi um dos últimos a serem atingidos pelo capitalismo moderno (Sodré, 2022) com a instalação de grandes projetos. Um projeto importante para o uso pelo agronegócio e mineração é o Porto do Itaqui, que integra o Complexo Portuário de São Luís, composto por agentes

públicos e privados e está entre um dos principais portos do Brasil na movimentação de graneis sólidos e líquidos. O Porto tem papel fundamental no escoamento de grãos produzidos no estado e em outras regiões brasileiras. As operações do Porto do Itaqui iniciaram em 1972, entretanto, desde o século XVIII o local já servia de área de comercialização.

Historicamente, as cadeias que concentram grande parte do volume de cargas movimentadas pelo porto público do Maranhão são o escoamento de grãos – principalmente a exportação de soja e milho – e a recepção de produtos petrolíferos – importação de diesel e gasolina e de fertilizantes (Porto do Itaqui, 2023, n.p).

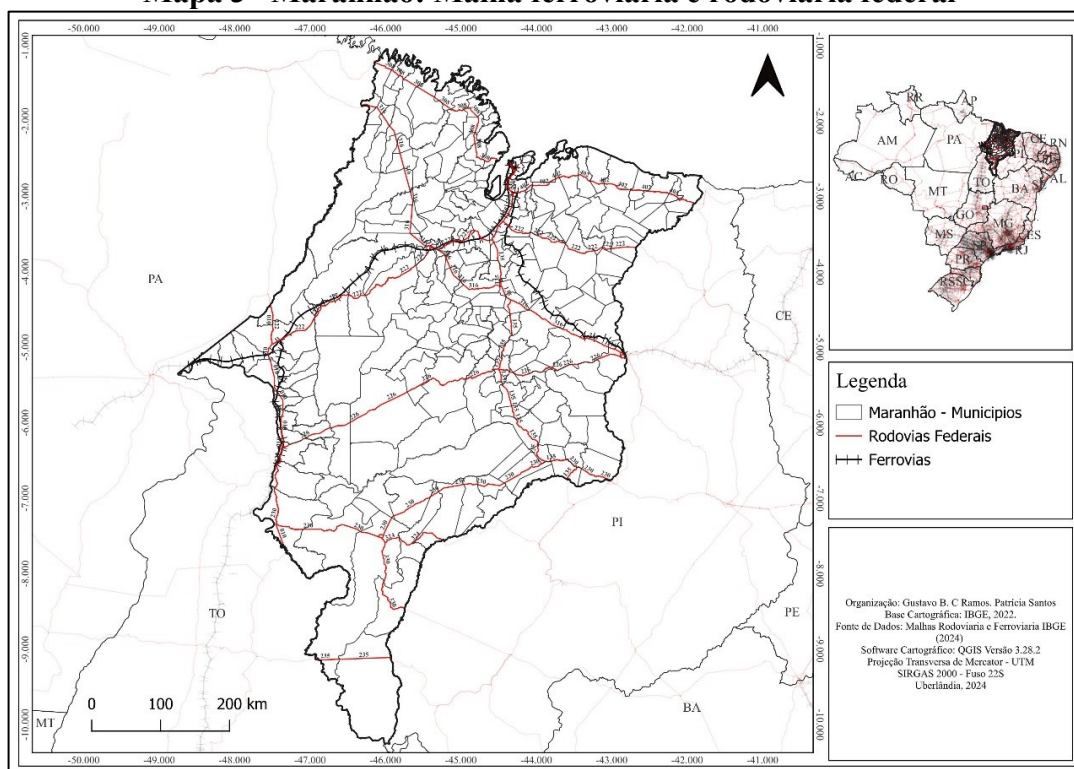
Segundo relatório divulgado pelo Porto do Itaqui, o ano de 2022 movimentou o maior volume de cargas da história do Porto, sendo a soja, o principal produto movimentado, seguido pelos fertilizantes e milho, conforme aponta a Tabela 4. Chamamos a atenção para os quatro principais produtos movimentados no Porto, ligados ao agronegócio, setor que têm ganhando espaço significativo nas políticas públicas e nos investimentos privados no Brasil e também no território maranhense.

Tabela 4– Porto do Itaqui: Movimentação de cargas sólidas (1º semestre de 2022)

TIPO DE PRODUTO	VOLUME TOTAL (T.)
Soja	8.121.271
Fertilizantes	1.500.932
Milho	1.050.979
Celulose	812.680
Cobre	346.149
Ferro Gusa	244.423
Carvão	141.138
Manganês	131.461
Clinker	94.455
Farelo de Soja	46.699
Calcário	39.971
Antracita	33.182
Trigo	30.094
Arroz	23.886

Fonte: Porto do Itaqui (2023). Org.: Autora (2023).

Os produtos movimentados no Porto do Itaqui chegam até o Complexo principalmente através das ferrovias Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Norte-Sul. Para além do transporte de minérios, essas ferrovias foram construídas para o escoamento agropecuário. Ainda, o Maranhão tem como importantes rodovias federais que cortam o estado: a BR-010, BR-135, BR-222, BR-226, BR-230 e BR-316, também ilustradas no Mapa 3.

Mapa 3– Maranhão: Malha ferroviária e rodoviária federal

Fonte: IBGE (2024). Org.: Ramos; Santos (2024).

A ferrovia Carajás foi idealizada e construída no cenário da ditadura militar (1964-1985), em que os megaprojetos que prometiam o desenvolvimento geravam contradições ao passo em que crescia as repressões, torturas e mortes daqueles que se opunham ao regime ditatorial. Inaugurada em 1985, com aproximadamente 900 km de extensão, a Estrada de Ferro Carajás era operada pela antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997 e que hoje recebe o nome de Vale S.A.

Atualmente, a Vale S.A. opera na EFC, transportando minério de ferro, ferro-gusa, manganês, cobre, combustíveis e carvão. Além disso, também atua no transporte de passageiros (Vale S.A., 2023). Entretanto, por meio de acordo com a Valor Logística Integrada (VLI), que tem em sua composição acionária a Vale S.A., o grupo Mitsui, Brookfield e o Fundo de Investimento FI-FGTS (administrado pela Caixa Econômica Federal e que aplica recursos do trabalhador em projetos de infraestrutura), na ferrovia ainda se transporta grãos e celulose (VLI, 2023).

O Projeto Grande Carajás não apenas previa a construção da Estrada de Ferro que ligaria o Porto do Itaqui às províncias minerais da Serra dos Carajás, no estado do Pará, mas também tinha como objetivo a construção de outras infraestruturas básicas como: “seis rodovias, sendo as principais a Transamazônica e a Belém-Brasília. Uma hidrelétrica (a de

Tucuruí) para fornecer quatro milhões de quilowatt. E uma hidrelétrica que chegaria abrir a navegação ao longo de dois mil quilômetros” (Benatti, 1997, n.p.).

Além da exploração de minério e implantação de infraestruturas, o projeto visava a formação de um setor agropecuário (Benatti, 1997) pois este era um dos setores prioritários do II Plano Nacional de Desenvolvimento promovido pelo governo militar na década de 1980. De acordo com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a EFC corta mais de cem comunidades, incluindo terras indígenas e quilombolas, assentamentos de reforma agrária e 22 unidades de conservação. Essas vias de circulação elevaram o preço das terras, pois são fundamentais para qualquer setor produtivo, assim, outros setores como do agronegócio, se beneficiam diretamente e indiretamente, já que as empresas e produtores com maior renda investem em áreas mais próximas a essas vias.

Outro projeto iniciado na década de 1980 e que também influencia nos aspectos sociais e econômicos do Maranhão, é a Ferrovia Norte-Sul. As obras iniciaram por trechos a partir da EFC de Açailândia (MA) em direção à cidade de Porto Franco (MA). Este trecho foi inaugurado em 1996 e o projeto previa a construção de 1.150 km que ligaria o município de Açailândia a Anápolis (GO), entretanto, com os inúmeros atrasos, paralisações e modificações, somente em 2023, houve a conclusão da obra ligando o Porto do Itaqui ao de Santos, em São Paulo.

Depois de mais de 30 anos, a Ferrovia Norte-Sul vai se tornar realidade e permitir a aceleração do desenvolvimento da região Centro-Oeste, fundamental para a agropecuária. Com a inauguração do Terminal da Rumo de Rio Verde (GO) (...) a ferrovia completa 2.257 quilômetros e atravessa quatro regiões (Governo Federal, 2023, n.p.).

Assim como na EFC, a VLI, por meio de subconcessão com a Vale S.A., opera no trecho entre Porto Franco (MA) e Porto Nacional (TO). Ainda, no município de Porto Franco, localiza-se um dos terminais com maior movimentação de cargas e que apresenta grande capacidade de armazenagem de grãos em função da presença de empresas como a ADM, Bunge, Cargill e Agrex. “A produção processada e transportada origina-se, na sua maior fração, do Sul do Maranhão, nos municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão, Alto Parnaíba e Carolina” (Castilho; Arrais, 2017, p. 219). Geograficamente, Porto Franco encontra-se estrategicamente localizada, pois é o entroncamento da ferrovia Norte-Sul, onde a soja produzida em Balsas e demais municípios ao entorno chegam através de caminhões, transferida para o modal ferroviário na Estrada de Ferro 151 (EF-151) seguindo até Açailândia que se conecta com a EFC, sendo levada até o Porto do Itaqui.

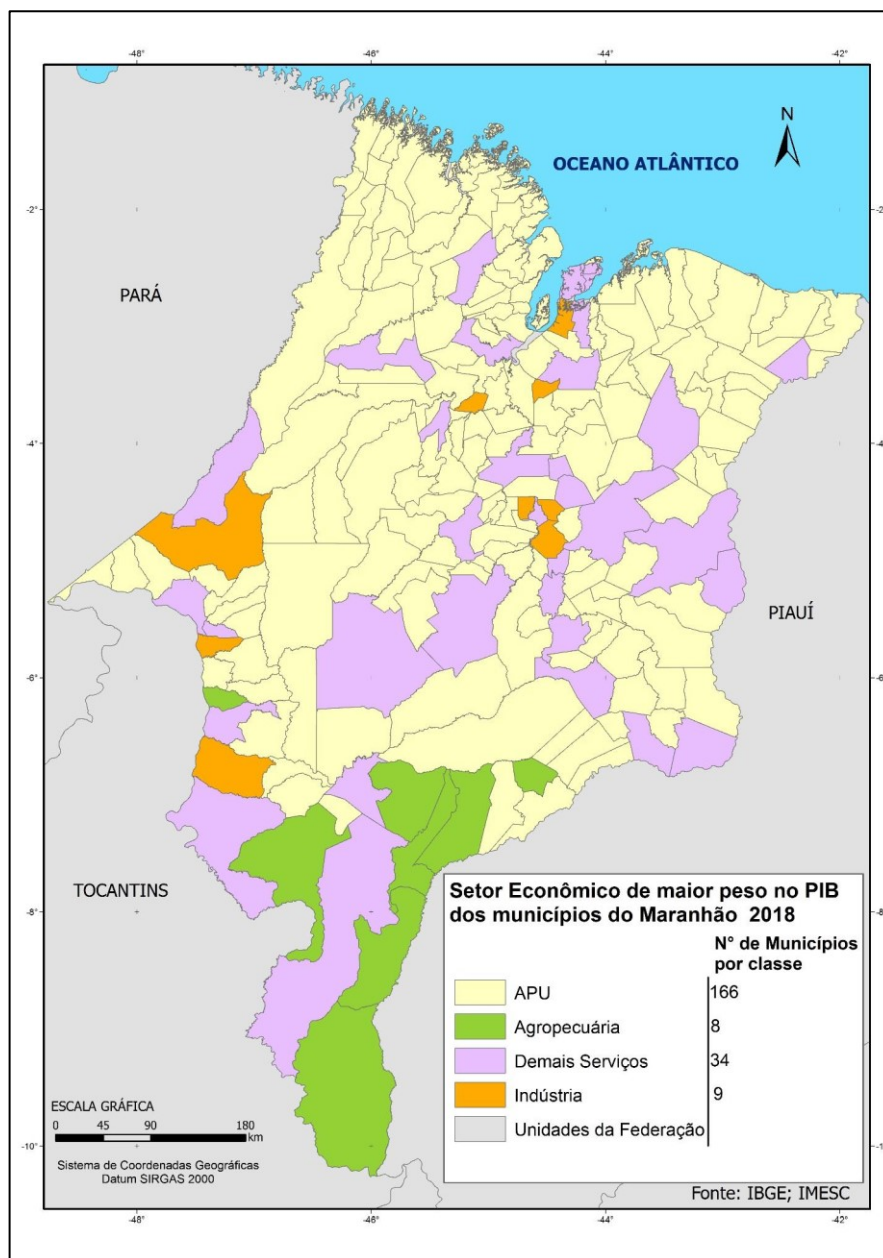
O Maranhão também recebe fluxos em função da rodovia Belém-Brasília, que se configura entre os municípios de Carolina (MA) e Belém (PA). Inaugurado o primeiro trecho na década de 1960, o motivo da rodovia era interligar o Brasil de Norte a Sul, já que a capital, Brasília, estaria no centro do país, sendo a nova Marcha para o Oeste que visava ainda a implementação posterior de projetos de infraestrutura, agropecuários e de extração mineral.

O projeto previa que a rodovia cortasse o cerrado e a floresta amazônica, ligando o Distrito Federal e os atuais estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, com 2.772 quilômetros de extensão. Compõe-se por um conjunto de rodovias federais em que as obras foram “finalizadas” anos depois no governo ditatorial de Médici (Governo Federal, 2021).

A construção dessas infraestruturas trouxe uma nova dinâmica territorial, já que alteraram não apenas o fluxo de mercadorias como também o de pessoas, e isso, influencia diretamente na economia. De acordo com o IMESC (2020), o Produto Interno Bruto (PIB) maranhense alcançou o valor de R\$ 98,179 bilhões em 2018, o que representou um crescimento real de 2,9% em relação a 2017 e manteve a participação de 1,4% no PIB do país.

A Figura 2 apresenta os setores de maior peso econômico entre os municípios maranhenses no ano de 2018. Verifica-se que o setor terciário representa a maior participação no PIB, com 72,5%, seguido pelo setor secundário, com 18,5%, cuja presença industrial se localiza pontualmente no norte, oeste e centro do estado. O setor primário, por sua vez, representa 8,9% e se concentra principalmente no sul.

Figura 2– Maranhão: Setores econômicos de maior importância nos municípios (2018)



Fonte: IMESC (2018).

A capital São Luís, representa o maior PIB, cerca de 34,23%, tendo o comércio como a atividade mais dinâmica. Além disso, é o município que apresenta a maior fatia de contribuição na indústria. Imperatriz é o segundo maior peso na indústria do Maranhão e no PIB, com 7,26%. O terceiro maior PIB do estado é representado por Balsas, com 3,52%, onde o grande *player* econômico é a agropecuária, essencialmente a produção de soja.

Ressaltamos que os números representados pelo PIB dos municípios não podem ser utilizados como único parâmetro para analisar as desigualdades de determinado espaço, pois não há distribuição igualitária do valor produzido. Nas últimas décadas, os investimentos em infraestruturas que o Maranhão recebeu, movimentaram o setor econômico, mas disfarçado

pelo discurso do desenvolvimento que beneficiaria toda a população (Castillo, 2007), no entanto, nota-se que o desenvolvimento ocorre de maneira seletiva e concentrada, já que as empresas são as maiores beneficiadas e detêm poder na produção, extração, armazenamento e escoamento dos produtos.

O Maranhão assim como outros estados das regiões Nordeste e Norte do Brasil, é exemplo da seletividade do capital estatal. A expansão agrícola no sul maranhense, apesar de recente, em comparação a áreas consolidadas do agronegócio, como nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, foram planejadas estrategicamente desde a década de 1980. Ainda, os baixos índices de desenvolvimento que assolam o estado, são resultado da política de desenvolvimento excludente. Os investimentos nas obras de infraestrutura de transporte promovidas pelo Governo Federal, modificam e continuam a modificar a dinâmica territorial de todo estado. As políticas estaduais, também refletem o Maranhão agrário atual.

No estado, constata-se que a transformação na paisagem natural ocorre de forma gradual. As áreas originalmente ocupadas pelo Cerrado têm sido progressivamente substituídas por vastas extensões de monoculturas, como soja, milho, eucalipto e pastagens. Essa última, representou uma das primeiras formas de atividades de grande impacto na paisagem. Assentamentos rurais, áreas indígenas e povos do sertão¹³ têm sido progressivamente desterritorializados em nome de um modelo de desenvolvimento que não beneficia a todos. Para Castillo (2007), no atual contexto de globalização, essas porções do território além de reunirem características fisiográficas e geoeconômicas particulares, ainda se tornam mais aptas a receber essas mudanças de forma menos resistentes “constituindo condições geográficas ideais para a política das grandes empresas, para além do processamento industrial e da comercialização” (Castillo, 2007, p. 23).

2.3 A expansão da fronteira agrícola e seus desdobramentos

O Maranhão que nos últimos anos tem registrado um forte avanço do agronegócio, evidencia que tais investimentos e o processo de expansão agropecuária não são obra do acaso. Mesmo antes da delimitação da região conhecida como MATOPIBA – acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, as políticas, inclusive as voltadas para infraestrutura, já previam o avanço da agropecuária.

¹³ No sul maranhense é comum ouvir “povos do sertão” ou “sertão”, fazendo alusão ao campo e aqueles sujeitos que ali vivem.

(...) o acesso à informação antecipada é uma das formas de atuação do mercado para a obtenção de maiores lucros. Logo, as rodovias e ferrovias configuram-se como redes sociotécnicas (Santos, 2002), por serem objetos geográficos que possibilitam a conexão de diferentes porções do território, e sobretudo por serem fixos que expressam relações de poder, pois colaboram para a estruturação e no próprio ordenamento do território. (...) o próprio Estado cria para a viabilização do território para o mercado, especialmente para a atuação de grandes corporações, representadas tanto pelas que dinamizam a circulação da produção ou por aquelas que estão desenvolvendo estratégias de ganho a partir da indução de um lucrativo mercado de terras na região (Sousa; Pereira, 2019, p. 37-38).

Por um lado, parte do estado se insere na agricultura moderna globalizada, integrada a nova fronteira agrícola do cerrado, com participação significativa na produção de soja e na logística de exportação de *commodities*. Por outro lado, a outra parte se apresenta como um dos estados com maior número de assentamentos rurais, mas que em sua maior parte, tem dificuldade no acesso a crédito e tecnologia.

Não descolado da questão agrária brasileira, o Maranhão apresenta uma elevada concentração de terras, mas também uma diversidade de territórios, abrangendo desde a especialização na produção de soja até o extrativismo do coco babaçu e a fabricação de farinha de mandioca, empregando técnicas transmitidas de geração em geração.

O retrato da questão agrária atual é reflexo do passado, e as ações políticas que o Maranhão vivenciou, tanto em nível federal quanto estadual, moldaram a realidade do espaço agrário maranhense. As importantes obras voltadas para o escoamento do agronegócio impactaram o estado de forma seletiva, assim como as políticas de acesso à terra. Se para o Brasil a Lei de Terras de 1850 formalizou o latifúndio, no Maranhão, a Lei nº 2.279, de 17 de junho de 1969, mais conhecida pelos movimentos sociais como a “Lei Sarney de Terras”, perpetuou as desigualdades sociais no campo e na cidade.

O governo Sarney foi marcado pela construção de grandes obras públicas e intensos conflitos fundiários, embalados pelos ventos do desenvolvimentismo econômico da ditadura militar e pela modernização conservadora da agricultura. O chamado “milagre econômico maranhense” do governo Sarney, não diminuiu os índices de pobreza do estado, um dos piores do Brasil. A grande ação para modernizar o setor agrário maranhense foi a aprovação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras. A partir daí, os contornos próprios e específicos da questão agrária maranhense foram insuflados, acelerando e legitimando a grilagem, a violência no campo e a concentração fundiária (Amaral Neto, 2019, p. 4).

As terras “livres” do Maranhão foram incorporadas ao modelo de propriedade capitalista, e por serem terras muito baratas, acabaram sendo anunciadas e compradas por proprietários capitalizados e grandes empresas que financiavam créditos em bancos estatais. Com o objetivo de adquirir uma quantidade maior de áreas, essas empresas abriram outras empresas de fachada, chegando a comprar propriedades de até 100 mil hectares (Amaral Neto, 2019).

O Governo do Estado do Maranhão criou diversos órgãos para atuar em projetos de colonização, como a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), em 1971; a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), em 1979; a Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), em 1980; e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Entre esses órgãos, destaca-se o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), que permanece em atividade. Embora esses órgãos tenham sido criados com o objetivo de complementar as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na prática, acabaram contribuindo para a concentração fundiária, a grilagem de terras e o êxodo rural, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980.

Dos 2.100.000 hectares administradas pela COMARCO 300.000 seriam destinadas à dez mil famílias camponesas e o restante seria vendido às grandes empresas, que deveriam modernizar o setor agrário utilizando, para isso, mão de obra barata de milhares de trabalhadores rurais sem-terra (Amaral Neto, 2019, p. 6-7).

As políticas que deveriam atender a desconcentração fundiária, foram apropriadas pelas grandes empresas, e com a legitimidade do Estado aumentou as desigualdades no campo. Mas, como este é um movimento contraditório, ao passo que se avançava a incorporação de terras, estratégias de luta e figuras importantes ganham força, tendo rebatimento direto no aumento de conflitos no campo.

Nesse contexto, destaca-se uma das maiores lideranças da luta pela terra no Maranhão, Manoel da Conceição. Mané da Conceição, como era conhecido, foi um camponês que lutou contra a ditadura militar e pelos direitos dos povos do campo e da floresta. Juntamente com outros companheiros, fundou o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomos no Maranhão. Apesar de ter sido perseguido pelo regime militar¹⁴, continuou atuando na luta pela terra e pelos trabalhadores do campo. Na década de 1980, criou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), que teve papel importante no processo de retomada de terras

¹⁴ Ver trajetória completa em Conceição, M. da. [Entrevista concedida a] **outros tempos**, vol. 10, n. 16, 2013, p.304-307. ISSN:1808-8031 e documentário **Minha perna, minha classe (2023)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQV0hdX-83g>.

e ocupações que futuramente se tornariam assentamentos de reforma agrária, como é o caso da fazenda Nossa Senhora Aparecida e Bom Jesus, no município de Estreito (MA).

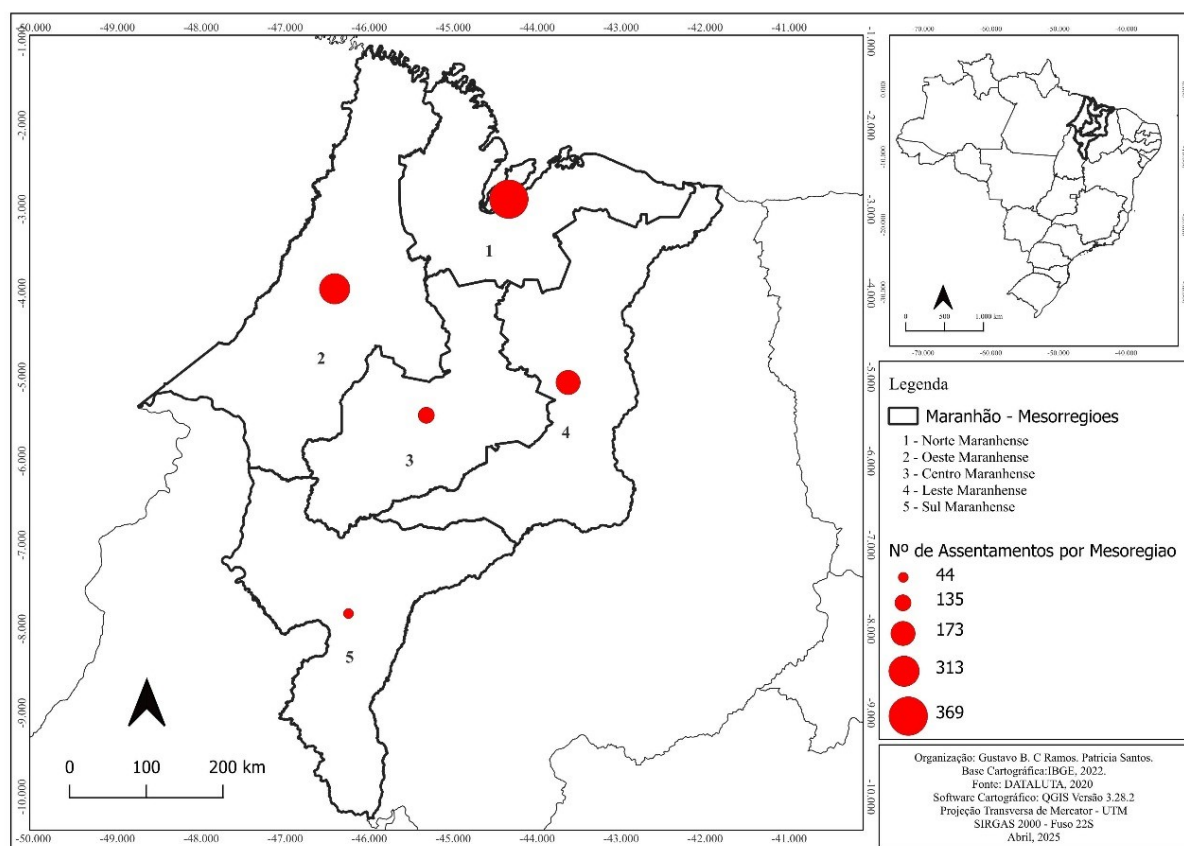
Ainda na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a atuar no Maranhão. Em entrevista realizada com uma das lideranças do MST no estado e referência na mesorregião sul maranhense, a Entrevistada A destaca que atualmente existem mais de 40 pessoas que compõem a direção estadual do movimento. Essa direção está organizada em representações regionais e setores específicos, como educação, saúde, comunicação, direitos humanos, frente de massas, produção, entre outros.

Ainda de acordo com a Entrevistada citada anteriormente, a atuação do MST no sul maranhense se estende até o município de Estreito. Embora tenham sido realizadas articulações em municípios como Balsas e Carolina, o movimento não conseguiu estabelecer bases sólidas de representação nesses locais, onde não há nenhum assentamento formado a partir da luta direta do movimento. Apesar disso, outros núcleos de resistência surgem, mesmo não estando ligados a consolidados movimentos de luta pela terra, pois “o campo vive em guerra. Por isso, há a necessidade de travar novas batalhas e de retomar as antigas; daí vem também a força da resistência da classe trabalhadora do campo” (Nóbrega, 2021, p. 181).

Apesar da política concentradora dos projetos de colonização, a mobilização de camponeses e trabalhadores do campo foram responsáveis pela criação de vários assentamentos de reforma agrária. Entre 1985 e 2006 foram criados 545 PAs do INCRA, 252 do ITERMA e 88 de outras instituições”, que assentou mais de 121 mil famílias em mais de 4, 2 milhões de hectares (Santos, 2010, p. 26).

O Maranhão é o estado com o maior número de assentamentos de reforma agrária do Brasil. Segundo o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território (DATALUTA, 2020), são 1.035 assentamentos somando uma área de aproximadamente 4.751.080 hectares, com capacidade de assentar 148.070 famílias. Conforme elucida o Mapa 4, estes projetos de assentamentos estão presentes de norte a sul do estado, mas com maior expressividade em no norte e oeste maranhense.

Mapa 4– Maranhão: Distribuição dos assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA (2020)

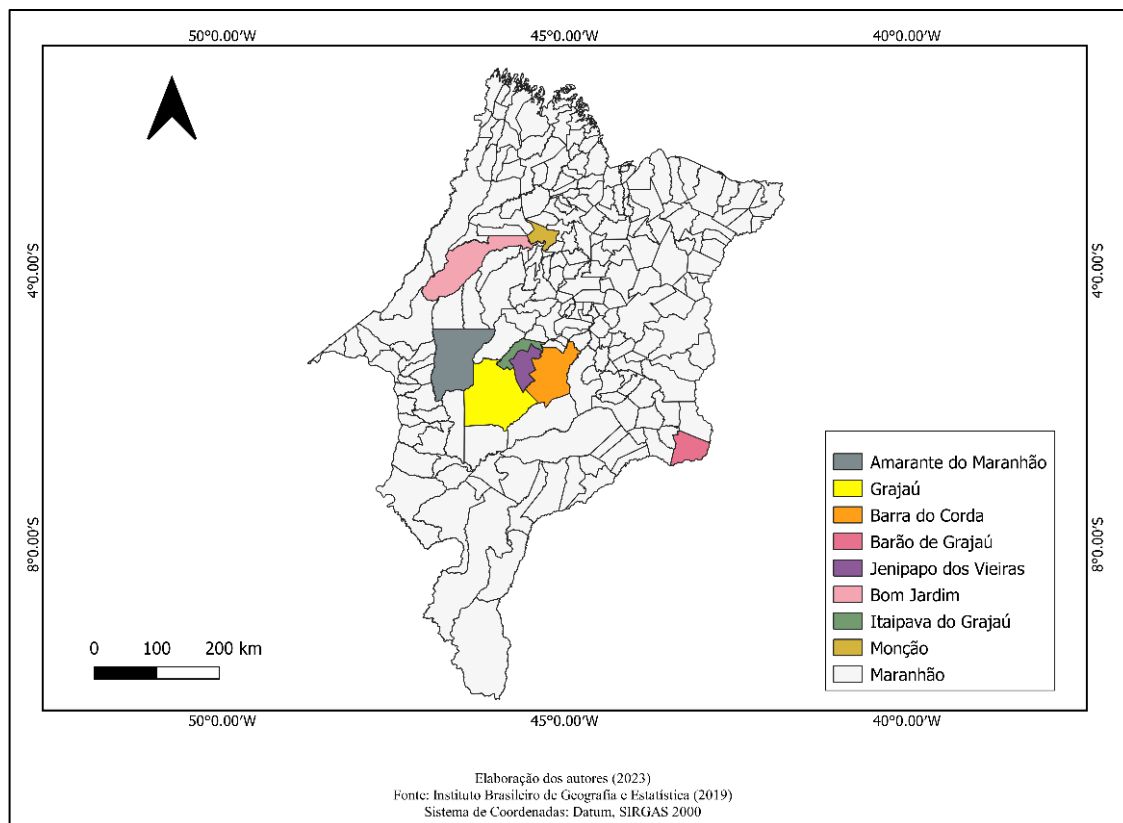


Fonte: DATALUTA (2020). Org.: Ramos; Santos (2025).

A maioria dos Projetos de Assentamentos do INCRA existentes, cerca de 617, foi implementada entre 2000 e 2017. Nos anos mais recentes (2018 a 2022), o cenário político brasileiro não favoreceu a criação e a implementação de novos projetos de assentamento. Nesse período, as políticas de reforma agrária, assim como outras voltadas ao campesinato e à segurança alimentar, permaneceram estagnadas.

Além dos assentamentos de reforma agrária, se destacam no Maranhão a diversidade de povos indígenas, sendo mais de dez etnias presentes no estado: *Ka'apor*, *Guajá*, *Tenete'hara*, *Timbira*, *Krenyê*, *Kanela*, *Krikati*, *Gamella*, *Tremembé*, *Kairú Kariri*, *Tupinambá* e *Anapuru Muypurá*. Essas três últimas estão em processo de retomada das identidades e reorganização. Como ilustrado no Mapa 5, as Terras Indígenas já demarcadas se concentram, em sua maioria, na porção central do estado, distribuídas em 8 municípios, com mais de 20 TIs.

Mapa 5– Maranhão: Distribuição das Terras Indígenas demarcadas (2023)



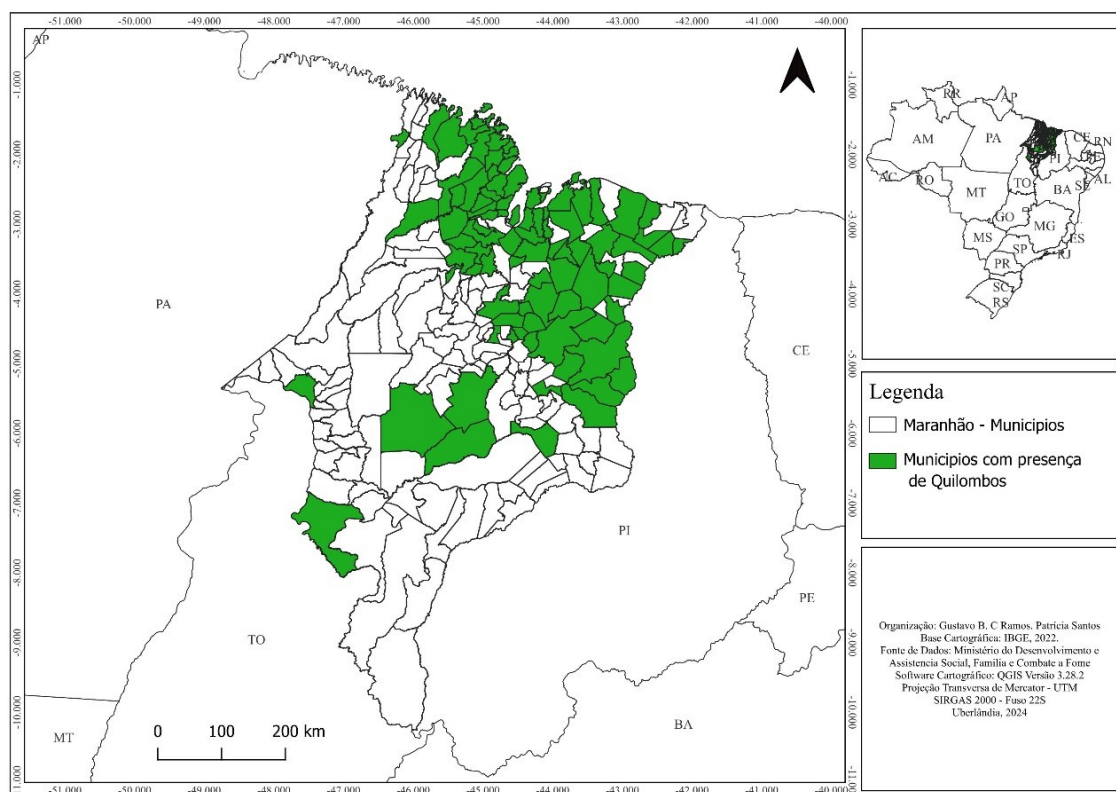
Fonte: IBGE (2019). Org.: Ramos; Santos (2023).

Até o século XIX, os povos *Timbira*,¹⁵ que ocupavam territórios onde hoje se localiza a mesorregião sul maranhense, ao longo do rio Tocantins, sofreram com o processo de desterritorialização em virtude do processo de colonização e ocupação da pecuária. Desta forma, esses povos que se estabeleceram do outro lado do rio, no território que hoje pertence ao estado do Tocantins.

As comunidades remanescentes de quilombos também são expressivas no espaço agrário maranhense, são 551 comunidades autodeclaradas quilombolas, mas apenas 271 estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares. De acordo com o Mapa 6, os quilombos concentram-se nas mesorregiões norte e leste maranhense.

¹⁵ Os povos denominados *Timbira*, pertencem a família linguística Jê, estão territorializados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Atualmente são representados pelos povos *Apinayé*, *Krahô*, *Krikati*, *Gavião Pykobjê*, *Gavião Parkatejê*, *Canela Apanjekra*, *Canela Ramkokamekra*, *Krepynkatejê*, *Krênjê* (CTI, 2024).

Mapa 6 - Maranhão: Distribuição das comunidades remanescentes de quilombos certificadas (2024)



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (2024). Org.: Ramos; Santos (2024).

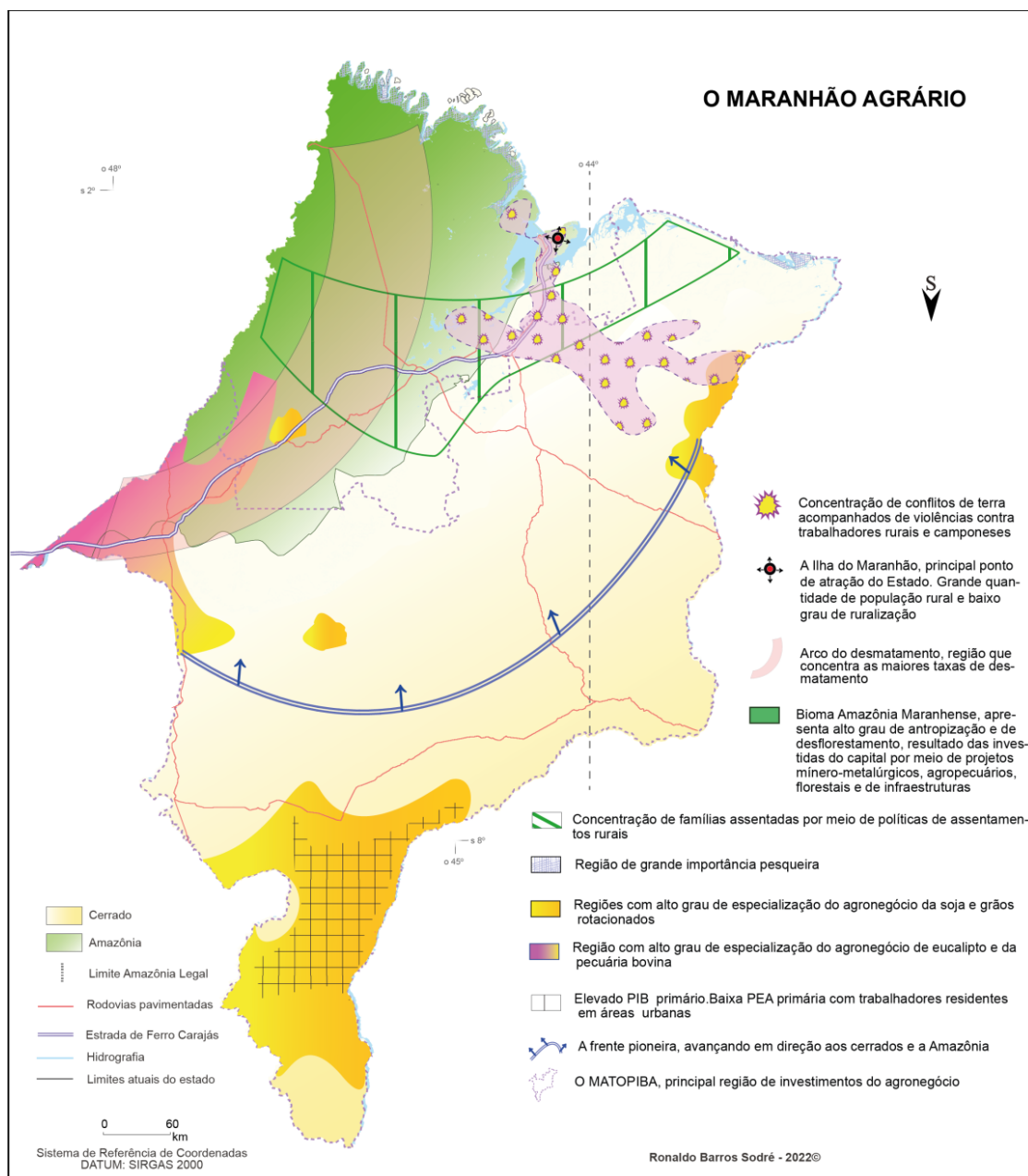
O espaço agrário maranhense é diverso e complexo, pois as diferentes frentes de ocupação do território produziram identidades próprias. Todos os povos que constituem o campo do Maranhão sofreram e continuam sofrendo com o processo de T-D-R, principalmente com o aprofundamento do capitalismo no campo a partir da inserção do Maranhão no espaço estratégico de avanço do agronegócio.

Nos últimos anos, houve uma redução no número de estabelecimentos agropecuários no Maranhão. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, havia 299.546 estabelecimentos agropecuários no estado, número que caiu para 219.765 no levantamento de 2017. Em 2006, a agricultura familiar ocupava uma área de 5.492.768 hectares, enquanto a agricultura não familiar abrangia 7.765.495 hectares. Embora o Censo Agropecuário de 2017 tenha adotado uma nova metodologia, observa-se que a maior parte das propriedades no Maranhão está concentrada em médias e grandes áreas.

Com o objetivo de oferecer uma leitura atual e didática sobre a questão agrária maranhense, Sodré (2022) apresenta o “Maranhão Agrário” utilizando mapas de modelização gráfica. Esses mapas "conseguem ser melhor adaptados para simbolizar a organização espacial, são sint ticos e possuem forte eficácia demonstrativa" (Théry, 2004, *apud* Sodré, 2022, p. 278).

A Figura 3 apresenta, de forma sintética, as principais questões que se manifestam no campo maranhense, incluindo as atividades produtivas, o arco do desmatamento, as áreas de maior intensidade de conflitos, entre outros elementos que fazem parte da questão agrária da região.

Figura 3 – Maranhão Agrário



Fonte: Sodré (2022).

No oeste, sul e parte do leste do estado, predomina a especialização produtiva do agronegócio, ao sul e leste, como já mencionamos anteriormente, a soja e outros grãos ganham destaque, enquanto no oeste do estado, a pecuária bovina divide espaço com o extrativismo. A Figura 4 ainda destaca a extensão do MATOPIBA, e não por acaso, é justamente dentro deste limite que ocorre a especialização de atividades produtivas do agronegócio.

A especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de condições particulares (serviços, armazenamento, terminais, comércio, centros de pesquisa e informação) numa determinada porção do território gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção. Diante da internacionalização dos mercados e das finanças (e também dos custos e parâmetros produtivos), a competitividade regional torna-se obrigatória. No caso dos países periféricos, essa competitividade recai principalmente sobre a produção de *commodities* agrícolas (ou minerais) (Castillo, 2007, p. 23).

Todo movimento de implementação de políticas nas últimas décadas, especialmente na região sul maranhense, já indicavam os rumos dos projetos para o campo nessa região. Desta forma, a mesorregião sul, inserida no bioma cerrado, se revela como “uma região problemática, que apresenta também, como origem dos conflitos agrários, as políticas de colonização e os incentivos agropecuários realizados pelos governos militares (Nóbrega, 2021, p. 57).

Apesar de os movimentos em torno do MATOPIBA ocorrerem desde a década de 1970, foi a partir dos 1990 que começaram a provocar mudanças significativas na estrutura produtiva. Em 2015, o Estado brasileiro formalizou esse recorte como uma região, por meio do Decreto nº 8.447, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. A definição dessa área baseou-se em estudos do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que utilizou critérios:

do quadro natural (biomas, cobertura vegetal, clima, geologia, relevo, pedologia, hidrografia, recursos minerais e energéticos), quadro agrário (unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos agrários), quadro socioeconômico (estabelecimentos agropecuários – área e renda, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, população total, rural e urbana, Produto Interno Bruto – PIB), e infraestrutura (energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias e porto) (GITE, 2015a) (Souza; Pereira, 2019, p. 33).

A consolidação da região do MATOPIBA se transformou numa das mais promissoras para a produção de grãos do país, cujo modelo agrícola, além das velhas características já conhecidas desde a Revolução Verde, como extensas monoculturas e uso intensivo de insumos e agrotóxicos, representam um alto grau de maquinário com uso de tecnologias de precisão, sustentado por serviços especializados na área agrônoma, jurídica, informacional e logística.

A presença de empresas nacionais e transnacionais e do capital financeiro fazem parte da nova dinâmica do agronegócio globalizado que se acentua na região. Essas empresas não

atuam somente na produção, mas em toda a cadeia produtiva. Para Castillo e Botelho (2021), são essas características, em diferentes combinações e intensidades, alavancam os níveis de competitividade possibilitando a participação no mercado mundial.

A consolidação de regiões produtivas é reflexo da financeirização da agricultura. As áreas produtivas ou as de projeção futura, são estrategicamente estabelecidas e que dentro de um contexto neoliberal, se estabelece políticas que favoreçam e impulsionem o desenvolvimento dessas regiões.

Delimitar um espaço como o MATOPIBA, favorece o financiamento para o desenvolvimento que o capital almeja para a região. Em 2023, um novo decreto estabeleceu um novo Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para o MATOPIBA. O decreto de Nº 11.767, de 1º de novembro de 2023 orienta programas, projetos e ações federais relativos às atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais a serem implementados na região, e a expectativa é que ocorra a expansão da área plantada, somando 11 milhões de hectares até 2033 (Canal Rural, 2023).

As políticas de desenvolvimento para o MATOPIBA já têm refletido, há pelo menos uma década, nas mudanças no espaço agrário da mesorregião sul maranhense. Assim como a soja, a produção de eucalipto tem crescido. Em 2001, os dados não mostravam uma participação significativa da silvicultura na produção da região, mas em 2021 o eucalipto resultou em 1.638 toneladas de carvão vegetal, 15.268 metros cúbicos de lenha e 138.792 metros cúbicos de madeira em tora para papel e celulose (IBGE, 2023).

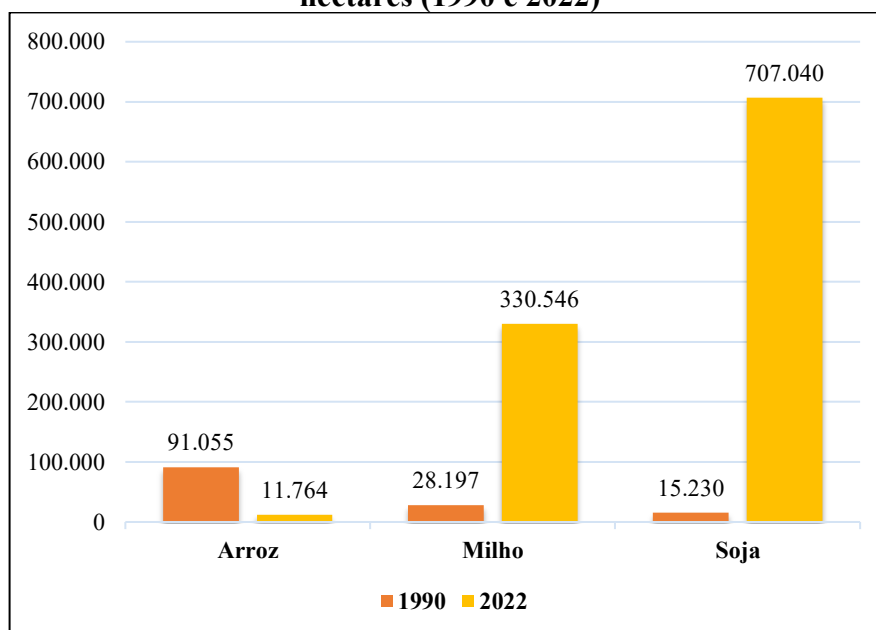
Apesar de tradicionalmente ser uma região ocupada pela pecuária, o número de bovinos e galináceos, revela a continuidade do crescimento dessa atividade. Em 2001, havia 580.194 bovinos, enquanto que em 2022, o número de cabeças era de 1.367.853. Já os galináceos, em 2001, era de 655.670 no total, em 2022 o número triplicou, chegando a 2.030.272 (Pesquisa da Pecuária Municipal – IBGE, 2023).

A valorização no preço das terras também é um reflexo dessa nova dinâmica imposta no MATOPIBA. Souza e Pereira (2019), destacam a valorização de terras no Tocantins, especialmente em localidades próximas à BR-153 – que integra a rodovia Belém-Brasília – e em outras vias com potencial de expansão. Nesse contexto, empresas como a Radar S/A adquiriram terras nos municípios de Balsas (MA) e Santa Filomena (PI) para assegurar a valorização dessas propriedades ao longo do tempo. A compra de terras, portanto, não se limita à produção, mas também se configura como uma estratégia de especulação praticada pelos agentes para acumulação de capital.

A especialização produtiva nos países periféricos tem modificado significativamente a cultura alimentar mundial. Isso ocorre porque esses países se posicionam na competitividade global como grandes exportadores de produtos primários. Como consequência, há uma redução na variedade de espécies destinadas à alimentação, enquanto culturas como soja, milho, cana-de-açúcar e algodão ganham cada vez mais destaque nas áreas agricultáveis e na valorização no mercado mundial.

Parafraseando Eduardo Galeano, o agronegócio globalizado multiplica as bocas, mas não os pães, pois a fome e os altos índices de insegurança alimentar permanecem apesar do aumento da produtividade. O Gráfico 9 mostra a drástica diminuição da produção de arroz, enquanto soja e milho aumentaram vertiginosamente.

Gráfico 9– Mesorregião sul maranhense: Área plantada de arroz, milho e soja em hectares (1990 e 2022)



Fonte: IBGE/SIDRA (2023). Org: Autora (2023).

O arroz, base da dieta maranhense e dos brasileiros é importante cultura na alimentação, mas que ao longo dos anos, teve sua produção diminuída. Lemos (2015), aponta que a decadência na produção de arroz sintetiza a decadência pelo qual a agricultura tem passado.

Entre 1940 e início da década de 1980, o Maranhão apresentou trajetória com tendência ascendente na produção de arroz, feijão, mandioca e milho, cultivados predominantemente por agricultores familiares. Esses produtos sempre foram cultivados principalmente em consórcios, sem proporção fixa entre as culturas, para o autoconsumo e a geração de excedentes de rendas. Nas décadas de 1960, 1970 e no início da de 1980, o Maranhão estava entre os três maiores produtores de arroz do Brasil (Agrianual, 1940-2012). A posição foi perdida em

meados da década de 1980 e, na de 1990, o estado passou a ser importador líquido desse cereal, principal item da dieta dos maranhenses de todos os estratos sociais (Lemos, 2015, p. 27).

Se as áreas de *commodities* têm substituído as áreas de culturas alimentares, essas não estão sendo utilizadas apenas para alimentar o gado chinês – como é o caso da soja – e/ou na produção de agrocombustíveis. Estão sendo usadas também para “alimentar” a população brasileira. De acordo com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS USP), o consumo de ultraprocessados aumentou 1,02 pontos percentuais (pp) de 2008–2009 a 2017–2018 sendo este aumento mais expressivo entre negros, indígenas e população em áreas rurais.

De acordo com o Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014), os ultraprocessados são produtos elaborados e processados por grandes indústrias, ricos em sal, óleos, gorduras e substâncias artificiais de uso exclusivamente industrial. A soja é um dos ingredientes mais comuns nestes produtos, pois é adicionada como proteína. Da mesma forma, o milho também é empregado, do qual se extrai a farinha para a produção de salgadinhos.

O avanço do agronegócio não modifica apenas o mundo do trabalho, mas também interfere na alimentação. Uma das características das áreas de sua expansão é a diminuição de áreas destinadas à produção de alimentos regionais tradicionais. Outra questão fundamental, tem relação com os efeitos de suas práticas para a biodiversidade alimentar, com a introdução de sementes geneticamente modificadas. Entretanto, a responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao agronegócio, pois ele representa apenas um elo dentro do sistema alimentar.

O capitalismo promove cada vez mais a monocultura. Aqui, não nos referimos apenas à produção agrícola, mas a monocultura da mente (Vandana Shiva, 2013), que nos impede de perceber como somos continuamente conduzidos a uma homogeneidade, a um padrão. Nesse contexto, o modelo agrícola adotado no Brasil, do qual o sul do Maranhão é um exemplo, tem impacto direto na soberania alimentar. Nossos sistemas agroalimentares já não nos permitem escolher o que comeremos, pois o que chega aos nossos pratos não resulta de uma escolha, mas da ausência dela.

Assim, a luta não é apenas pela terra, mas também pela possibilidade de escolher: escolher o que produzir e como produzir. Pensar essa questão a partir da produção nos assentamentos de reforma agrária apresenta-se como um caminho possível.

SEÇÃO III

SISTEMAS ALIMENTARES: A Produção da Comida e a Produção da Fome

*“Ainda que não tenham se dado conta,
somos o que comemos”
(Vandana Shiva, 2013).*

Até aqui, destacamos que o Brasil e o Maranhão possuem uma estrutura agrária desigual e complexa e que, ao longo de décadas, essa desigualdade se expressa no acesso à terra, nas tecnologias, na produção agrícola e alimentação. Ainda, discutimos essas desigualdades a partir de duas categorias políticas: o agronegócio e o campesinato. As categorias, duais em seu modo de produção e reprodução, expressam nos territórios as diversas formas de relacionamento com a terra e a natureza, desdobrando em conflitos.

Após uma primeira aproximação, é necessário discutir como estes sujeitos estão associados aos sistemas alimentares, pois, um dos objetivos de nossa investigação, é discutir a alimentação e como o agronegócio têm refletido e atuado sobre a mesma. Ao final da seção anterior, destacamos que toda conta do aprofundamento das desigualdades no atual período não deve ser analisada somente a partir dos efeitos provocados pelo agronegócio, mas sim de das questões que envolvem a alimentação, embora sistemas alimentares associados a essa categoria, aprofundam as desigualdades. Portanto, é necessário compreender a coexistência dos sistemas alimentares e conflitos decorrentes de suas contradições.

3.1 Os sistemas alimentares: uma abordagem multiescalar

Historicamente, a alimentação se apresenta como um desafio e como um fenômeno multifatorial, pois envolve fatores biológicos – ela traz energia ao nosso corpo –, fatores culturais – é também um rito, possui especificidades regionais – e fatores sociais – traz pertencimento a determinados grupos, desenvolve relações afetivas, cria identidades e também um *status* social. A relação com a alimentação sempre esteve profundamente vinculada à natureza, em um movimento relacionado à própria constituição das sociedades, desde o extrativismo e das primeiras técnicas da agricultura, em que algumas etnias e grupos, por meio das observações astronômicas, identificavam que através dos astros era possível compreender

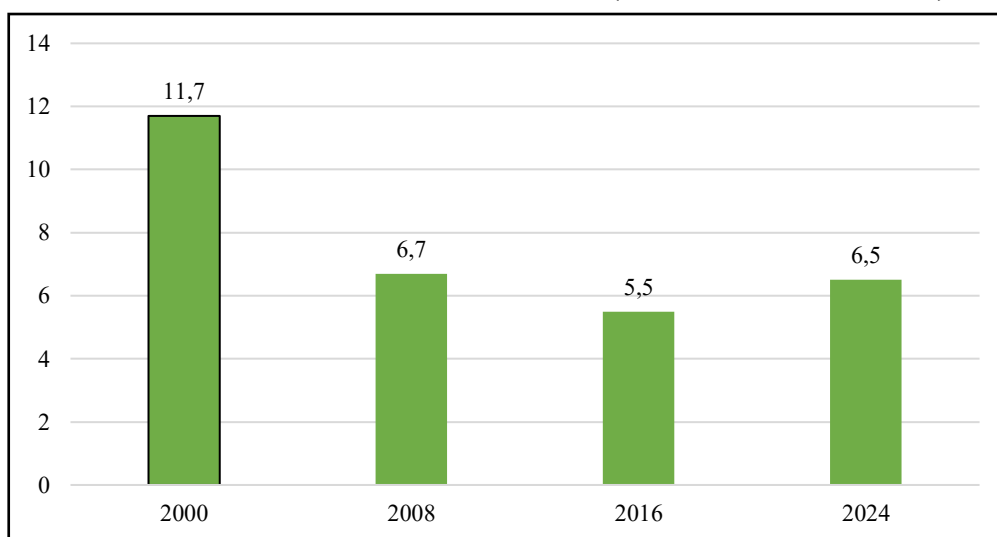
o melhor momento para plantar e colher. Ou até mesmo pelo consumo de determinados alimentos em rituais, como ocorre na festa da “Menina Moça” realizada pelo povo *Tentehara*¹⁶.

A alimentação é um processo histórico e de grande importância, inclusive se constitui como um direito universal – conforme estabelece o artigo 25, inciso 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que declara que: "todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação" (ONU, 1948), apesar disso, esse direito vem sendo negado.

Para Ziegler (2013), o direito à alimentação é o mais constantemente violado. Em 2023, mais de 700 milhões de pessoas no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), estavam em situação de fome.

O Global Hunger Index (GHI), é uma ferramenta para medir e rastrear a fome de forma abrangente em níveis global, regional e nacional, baseada em quatro indicadores: subnutrição, atrofia infantil, mortalidade infantil e desnutrição aguda. O Brasil ocupa a 33ª posição dos 127 países com dados suficientes para calcular a pontuação em 2024, o nível de fome do Brasil é baixo. Entretanto, conforme Gráfico 10, a pontuação do GHI para o Brasil, nota-se que após 2000, houve uma queda, entretanto, após 2016, os índices voltaram a subir.

Gráfico 10– Brasil: Pontuação do GHI (2000, 2008, 2016 e 2024)



Fonte: Global Hunger Index, 2024. Org.: Santos, 2025.

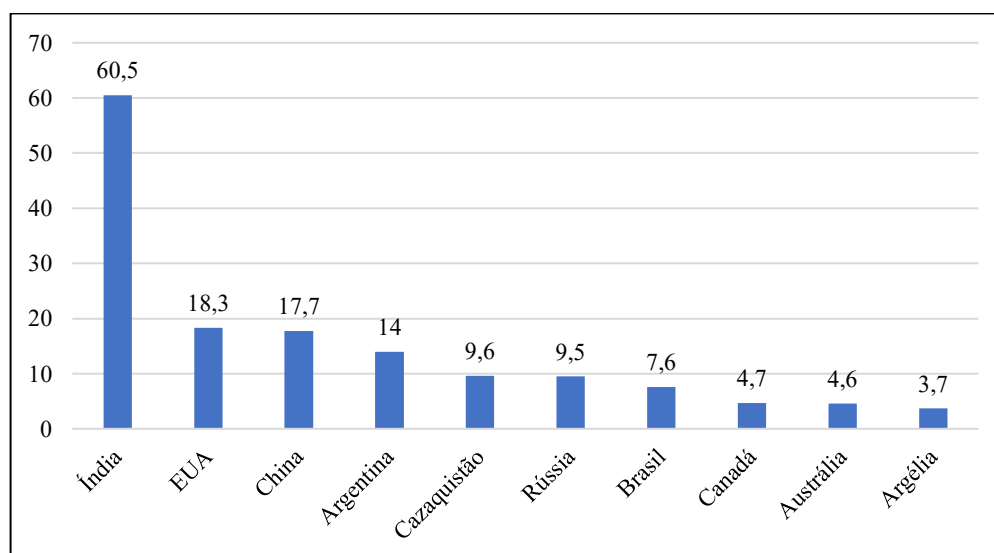
¹⁶ Ver em ZANNONI, C. **Conflito e Coesão o Dinamismo Tenetehara**. Editora: Cimi, 1999 e GUAJAJARA, A. de S. S. **Narrativas dos Tuxetx sobre a história e cultura do povo Tenetehar/Guajajara: fortalecimento para a identidade cultural**. 2023. 140 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

Estabelecido como um dos direitos universais na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, a garantia à alimentação está presente indiretamente no documento mais importante do Brasil, a Constituição Federal de 1988. A “Carta Magna” traz o tema indiretamente por meio da garantia de direitos sociais e da promoção da dignidade humana, como em seu artigo 7º que reconhece o direito à alimentação como um direito social, ao lado, por exemplo, da saúde, educação e da moradia. Dessa forma, o direito a alimentação se apresenta como uma das principais pautas dos governos e organizações de todo o mundo, sendo uma questão fundamental da atualidade.

No campo da academia, o debate a respeito da produção de alimentos relacionado à população é clássico. O teórico Thomas Malthus (1766-1864), por exemplo, desenvolveu uma teoria sobre o crescimento populacional e a produção de alimentos, chegando a afirmar, naquele momento, que a produção de alimentos não acompanharia o crescimento populacional. Porém, a evolução tecnológica possibilitou o desenvolvimento e a expansão da agropecuária e o aumento da produtividade, mesmo em pequenas áreas. Dessa forma, a questão fundamental não está ligada à produção, mas ao acesso e a distribuição dos alimentos, ou seja, está vinculado a lógica de produção desigual.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através de relatório realizado pela Agência Espacial Norte-Americana (NASA) e do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) em 2017, com exceção da Índia, os dez maiores países – em extensão territorial – utilizam uma pequena porcentagem de área cultivada em relação a sua área total (Gráfico 11).

Gráfico 11– Percentual das áreas cultivadas em relação à área dos dez maiores países em extensão territorial



Fonte: EMBRAPA, 2017. Org.: Santos, 2025.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), afirma que o mundo tem alimentos suficientes para alimentar toda a população, logo, o problema não é matemático. A fome, na verdade, está associada ao acesso aos alimentos, já que “a comida é hoje um grande negócio” (Arnaiz, 2005, p. 148). Assim, “os que têm dinheiro se alimentam, e os que não têm podem morrer de fome” (Arnaiz, 2005, p. 151).

A fome faz parte de uma estrutura política, social e econômica desigual (Castro, 2008; Ziegler, 2013) e dentro do sistema capitalista, a desigualdade é processo inexorável, assim, a fome é uma estratégia geopolítica, é fonte de poder, que se apresenta de maneira desproporcional entre grandes corporações e governos. Sob o modelo neoliberal, o que não falta é colocar os lucros acima das necessidades e o que “falta, sobretudo, é a vontade dos Estados” (Ziegler, 2013, p. 326). Portanto, há toda uma estrutura que resulta na fome e a fome, por sua vez, pode se apresentar de diversas formas como identificou Josué de Castro, pois ela não é uniforme, mas varia de acordo com fatores regionais e históricos.

Para Vernon (2007), o fenômeno da fome enquanto um problema para toda humanidade não é uma construção antiga, ao contrário. Há cerca de 200 anos atrás, a fome era um processo natural, algo que não tinha como evitar, vista até mesmo, como necessária.

Naquela época, a fome era vista como uma coisa boa e necessária: ela ensinava aos preguiçosos e indigentes a disciplina moral do trabalho; ela os ensinava como entrar na modernidade enquanto indivíduos industriais, capazes de competir em uma economia de mercado e sustentar suas famílias (Vernon, 2007, n.p.).

Como dito anteriormente, a fome não é meramente uma questão matemática. Houve um avanço na produção de grãos, carnes, cereais e frutas, os avanços técnicos científicos não permitiram somente o aumento da produtividade, mas que várias regiões pudessem ter acesso a sementes e variados tipos de alimentos. Entretanto, a globalização também impôs novas problemáticas para a questão alimentar, como a concentração da produção e distribuição em poucas empresas – multinacionais – que intensificam a especialização por meio de redes comerciais, promovendo a internacionalização da alimentação e a padronização dos alimentos, a diminuição de variedades, sobretudo em âmbito local e regional.

A falta de acesso aos alimentos, portanto, a fome, ou o acesso aos variados tipos de alimentos está fortemente relacionada aos sistemas e regimes alimentares, que cada vez mais se estruturam com base nas exigências capitalistas que orienta a produção agrícola. McMichael (2016) argumenta que esses regimes não apenas moldam práticas alimentares, mas também reproduzem desigualdades globais, impactos ambientais e crises alimentares.

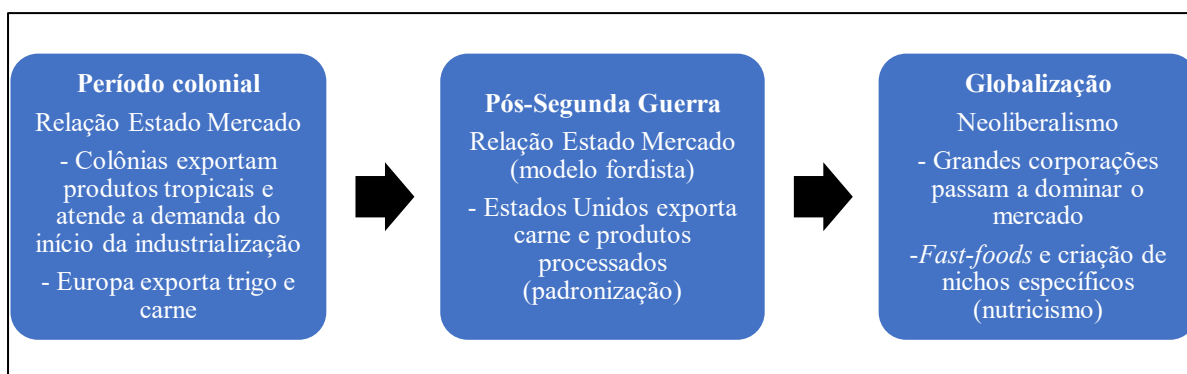
Portanto, a questão central é: aquilo que comemos é resultado de uma escolha nossa? O que comemos é parte de uma construção e que não necessariamente está ligada apenas à nossa cultura ou à nossa região. Trata-se de uma construção influenciada pelo processo industrial, econômico e midiático. Como um país com o clima do Brasil passou a consumir salmão, um peixe de águas frias encontrado em países como Noruega, Canadá e Alasca? Ou então, como passamos a consumir tanta proteína animal, colocando-a como parte indispensável de nossa alimentação?

McMichael (2016) apresenta a necessidade de discutirmos os regimes alimentares, pois se trata de um projeto que se modificou de acordo com as relações de ordem mundial e do comércio agroalimentar. Além disso, segundo o autor, essa discussão deve partir da conscientização de produtores e consumidores sobre o alcance global que o sistema alimentar atingiu no século XXI.

No entanto, é importante resgatarmos algumas mudanças anteriores ao século XXI. Nota-se que o desenvolvimento capitalista marca profundamente os hábitos alimentares da população, estabelecendo novos regimes alimentares. De acordo com Silva (2022), regime alimentar vem da ideia de disciplina dos hábitos, onde supõe um padrão na comensalidade, seja a partir da privação de certos alimentos ou de seu consumo regular.

Buscando compreender a história política do capitalismo a partir do viés da alimentação, Friedmann e McMichael (1989), estabeleceram três períodos de regimes alimentares, que resultaram na inter-relação entre dietas alimentares e os fenômenos de ordem econômica e política a nível global, conforme visualizado na Figura 4. Para estes autores, as relações capitalistas resultaram em um sistema alimentar, em que o regime alimentar se modificou de maneira significativa a partir da sociedade urbano-industrial.

Figura 4- Características dos Regimes Alimentares



Fonte: Friedmann; McMichael (1989). Org.: Santos (2024).

O primeiro regime destacado pelos autores, marca o período de dominação das metrópoles sobre as colônias, centrado nas importações de produtos tropicais e exportação de trigo e carne pela Europa. A acelerada industrialização resultou no crescimento da demanda por produtos agrícolas, a qual, a própria agricultura europeia não conseguia atender a essa demanda. Assim, a Inglaterra impôs o livre comércio, em que as colônias já não eram mais obrigadas a vender apenas às suas metrópoles, esse processo foi uma estratégia para que não houvesse aumento nos salários e preços das matérias-primas, provocando também mudanças agrícolas nas colônias e ex-colônias.

Nós concebemos a formação dos Estados-Nação no século dezenove como um processo sistêmico, no qual os estados coloniais jogaram um papel chave. Exportando produtos agrícolas temperados competitivos com a agricultura europeia, os estados coloniais independentes: (i) abasteceram o crescente proletariado europeu com gêneros alimentares básicos, e (ii) tornaram-se a base de um novo tipo de comércio dentro de uma nova ordem nacional, paralelamente à inter-relação colonial por meio da qual as metrópoles administravam diretamente as exportações da agricultura tropical (Friedmann; McMichael, 1989 apud Ramos; Storel Junior, 2001, p. 2-3).

O segundo regime alimentar tem como precursor os Estados Unidos, iniciado no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a agricultura passou a se tornar ainda mais integrada à indústria. Houve um avanço na produção de alimentos processados e duráveis, em que os países de capitalismo mais avançado passaram a exportar alimentos para os países periféricos em escalas que ultrapassaram as importações de produtos tropicais por esses últimos.

O sucesso dessas exportações não ocorreu apenas devido ao barateamento dos produtos em função da modernização da agricultura nos países de capitalismo avançado, mas também por meio de programas de ajuda alimentar humanitária, que deslocaram e destruíram os mercados tradicionais da agricultura nos países periféricos, intensificando o processo de dependência de importação de alimentos (Ramos; Storel Junior, 2001). A fome e as soluções para combatê-la tornaram-se excelentes mercados, e as exportações de cereais, como o trigo, para os países periféricos acabaram sendo altamente lucrativas.

(...) O programa “Alimentos para a Paz”, desenvolvido pelos Estados Unidos, foi apresentado como uma forma de melhorar a alimentação do brasileiro. O trigo e o leite em pó foram doados à população na década de 50. Na realidade, percebeu-se que para os Estados Unidos era importante encontrar um escoamento de sua produção excedente, pois do contrário os preços baixariam. Além disso, este programa “obteve o

desejado efeito de aumentar enormemente os mercados comerciais norte-americanos para o exterior” (Bleil, 1998, p.18).

Vale ressaltar que as exportações, não se davam apenas pelo produto *in natura*, mas com ele já tratado pelo processo industrial. O trigo chegou e se firmou nas dietas de países periféricos, principalmente na forma de farinha branca, que é um produto processado, possuindo poucos nutrientes em relação a seu produto base. Típicos produtos locais passaram a ser rejeitados pelos consumidores, pois o alimento também faz parte de um *status* social.

(...) a alimentação foi empobrecida já que trigo branco carece de nutrientes encontrados no milho e na mandioca. Num país onde a fome ainda é um sério problema de saúde pública, isso veio agravar a situação de grande parte da população. Além disso, o consumidor paga mais. O preço de um pão francês, por exemplo, é proporcionalmente maior que o do mingau de fubá. É interessante observar que já se sugeriu introduzir o milho no preparo do pão comercializado, pois o preço poderia ser reduzido. Entretanto parcelas da população foram absolutamente contrárias a esta medida. Defendiam o trigo sem saber o quanto ele é recente na história alimentar do país (Bleil, 1998, p.18).

Segundo Ramos; Storel Junior (2001), o segundo regime alimentar, tinha como característica o modelo fordista de produção – padronização e homogeneização dos produtos para mercados em massa –, fato que persiste ainda hoje. A carne foi outro produto que marcou a hegemonia estadunidense no segundo regime alimentar, pois já era um alimento característico da alimentação nos Estados Unidos que se disseminou pelo mundo, principalmente nos países ocidentais.

A carne tem um peso tão forte na cultura alimentar dos Estados Unidos que criou-se a expressão “Religião do Grande Bife Americano”. A carne, principalmente o bife, carrega um enorme status: é símbolo de poder econômico. Para Frances M. Lappé a carne, ao lado da Coca-Cola e do jeans, constitui símbolo do estilo de vida americano, imitado em todos os cantos do planeta. No imaginário coletivo das classes médias urbanas, a carne as aproxima do mundo moderno. Em contrapartida, o consumo de cereais diminuiu internacionalmente, vistos como remanescentes de um mundo que muitos querem esquecer, o mundo das vilas e aldeias (Bleil, 1998, p. 8).

Nota-se que, os regimes alimentares que se estabelecem, não apenas influenciam novos hábitos alimentares, estilos de vida e desenvolvimentos de mercados, mas estão intrinsecamente relacionados ao modelo de produção. O primeiro e segundo regime alimentar, propostos por

Friedmann; McMichael (1989), estavam associados a uma forte proteção estatal abastecendo uma relação entre Estado e mercado, o que não aparece no terceiro regime alimentar.

O terceiro regime alimentar destacado, perde essa característica do Estado intervindo e controlando o comércio mundial da agricultura, e quem passa a exercer esse papel são as corporações, no período pós década de 1980. No terceiro regime, o mercado agroalimentar recebeu forte influência do neoliberalismo, com concentração de capitais e que apesar de permanecer a homogeneidade da produção, passa a se criar um mercado com nichos específicos.

(...) poderemos caracterizar o terceiro regime alimentar, como aquele em que a globalização financeira estendeu-se ao âmbito da produção, tornando os capitais do sistema agroalimentar livres das regulações dos estados-nacionais para incluir ou excluir localidades, matérias-primas e mão-de-obra, de acordo com sua conveniência (Ramos; Storel Junior, 2001, p.4).

Estes mercados, apoiados no desenvolvimento da vida urbano-industrial, na financeirização da economia e agricultura e no encurtamento do tempo-espaço (Harvey, 1992), visavam as comidas rápidas disseminadas pelas redes de *fast-food*, ou o que Polain (2004) chamou de McDonalldização dos costumes. Com o *boom* das comidas rápidas e aumento de doenças associadas a elas, os estilos de vida mais “saudáveis” também ganharam espaço nas dietas e claro, no mercado. No entanto, esses alimentos e produtos não se baseavam na variedade regional e em alimentos *in natura*, mas naqueles alimentos apontados pela indústria e mídia como as alternativas para enfrentar ou prevenir essas doenças, como os ricos em ômega 3, à exemplo do salmão.

O fenômeno da globalização foi fundamental para disseminar esses hábitos e impor novos padrões, no entanto a globalização atinge ao mundo todo, mas não a todos os lugares nem a todas as pessoas da mesma forma, muitos desses alimentos ficaram condicionados ao acesso de uma camada de maior renda da população. Enquanto outros produtos, desenvolvidos pela indústria, como é o caso dos ultraprocessados, foram direcionados a população de menor renda.

A expansão do mercado de certos alimentos apresenta um paradoxo, pois coloca em risco tanto a biodiversidade quanto a alimentação da população local que tradicionalmente consome esses produtos. A quinoa, por exemplo, é um grão originário da região dos Andes, foi

essencial na alimentação dos incas e, até hoje, base alimentar das populações dessa região. Bolívia e Peru são os principais produtores.

Em 2012, a FAO destacou a quinoa como o grão mais nutritivo, apresentando-o como uma alternativa à insegurança alimentar. No ano seguinte, em 2013, o Programa das Nações Unidas declarou o "Ano Internacional da Quinoa", com o objetivo de

popularizar uma semente de suporte à vida que pode ajudar a promover a segurança alimentar e a erradicação da pobreza, acabar com a desnutrição e estimular a biodiversidade em apoio à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). É também uma forma de um reconhecimento aos povos indígenas que preservaram a quinoa através do conhecimento e práticas tradicionais passadas através dos tempos (FAO, 2013, n.p.).

Entretanto, com a onda dos alimentos super nutritivos e saudáveis, a popularização da quinoa passou a afastar o grão da alimentação de seus produtores. Uma reportagem do jornal *El País*, publicada em dezembro de 2013, apontou a alta que o grão teve, levando produtores bolivianos a usarem a renda que obtinham através da venda da quinoa para comprar outros grãos.

O sucesso mundial do grão não é necessariamente uma boa notícia para os consumidores locais, que poderiam perder um ingrediente essencial das suas dietas e se ver forçados a consumir produtos mais baratos, mas menos nutritivos. Nas ruas de La Paz é frequente escutar queixas sobre o preço em que a quinoa está. Enquanto há dez anos um quilo do produto custava \$0.16, agora custa 10 vezes mais, aproximadamente \$1.15 (*El País*, 2013, n.p.).

Em 2018, o governo do estado do Maranhão, em parceria com a empresa Ambev, lançou a cerveja Magnífica, produzida a partir da mandioca. O projeto tem como objetivo fomentar a agricultura familiar local. Como resultado, muitos produtores passaram a investir no cultivo da mandioca para fornecê-la à empresa e, assim, obter renda¹⁷.

No entanto, duas questões problemáticas passaram a envolver o projeto segundo produtores. A primeira é que a mandioca é a base da farinha e de outros derivados amplamente consumidos na alimentação da população maranhense, que acabaram perdendo espaço para o fornecimento para a Ambev. A segunda é que, para a produção da cerveja, são necessárias

¹⁷ Associação brasileira dos produtores de amido de mandioca. **Cerveja feita de mandioca vira fonte de renda para agricultores do Maranhão.** Disponível em: <https://abam.com.br/cerveja-feita-de-mandioca-vira-fonte-de-renda-para-agricultores-do-maranhao/>. Acesso em: dezembro de 2024.

variedades específicas de mandioca, o que tem levado à redução da diversidade desse cultivo – somente no Brasil, já foram catalogadas mais de 4 mil variedades.

Mais uma vez, nos deparamos com um paradoxo, uma política importante para o fortalecimento de pequenos produtores acaba gerando impactos negativos na biodiversidade do produto base e na alimentação local.

Por isso, a ideia de regimes alimentares também nos leva a compreender sob quais sistemas alimentares eles estão atrelados. Compreendemos que não há um único sistema alimentar, mas sim, uma pluralidade destes e que coexistem. Mais do que pensar um sistema de maneira linear, o sistema alimentar pode ser multiescalar (Maluf, 2021), “multifuncionais, multifatoriais e multiator” (Sabourin, *et al.*, 2022, p.15-16).

As abordagens conceituais e metodológicas variam em perspectivas globais e integradas ou sistêmicas a respeito do conceito de sistema alimentar. Nesta tese, definimos que o sistema alimentar diz respeito ao conjunto de atividades que integram a alimentação – produção, transporte, estocagem, processamento, distribuição, preparo e consumo – sendo então todos os processos envolvidos, que no fim, permitem ao homem se alimentar e que conecta produtores e consumidores (Malassis, 1994; Goodman e Watts, 1997; Rastoin e Gherzi, 2010; Fanzo e Davis, 2021). Ainda, o sistema alimentar é complexo e determinado “por fluxos interdependentes entre seus componentes, cuja evolução envolve complementos, conflitos e contradições (...) que não funcionam harmoniosamente” (Maluf, 2021, p. 01, tradução nossa).

Desta forma, como há um conjunto de elementos dentro de um sistema alimentar, qualquer interferência em uma parte resulta na interferência das demais, a qual, as atividades e dinâmicas se desenvolvem de maneiras distintas entre os sistemas alimentares, sobretudo no mundo moderno.

Para Sabourin *et al.* (2022, p. 16), as novas problemáticas que são colocadas à agricultura e à alimentação acabam contribuindo para a requalificação de sistemas alimentares, por isso, “surgiu a necessidade de qualificar ou tipificar as distintas dinâmicas e configurações dos sistemas alimentares”.

A literatura traz uma variedade de nomes e conceitos de sistemas alimentares, principalmente para buscar explicar o cenário atual com o processo de globalização. Os sistemas alimentares podem ser identificados como de mercado, industriais, hegemônicos, modernos, globais, processados e ultraprocessados, alternativos – conhecidos também como tradicionais –, territoriais, sustentáveis ou descentralizados (Sabourin, *et al.*, 2022).

Apesar da conceituação teórico-metodológica de diferentes autores que os denominam, nota-se que há abordagens que se aproximam, enquanto outras se diferenciam e se apresentam

como alternativas à sistemas alimentares já existentes. É também um processo de disputas de narrativas, como vimos em relação aos termos camponês e agricultor familiar e também de território.

Os sistemas alimentares de mercado, industriais, hegemônicos, modernos, globais, processados e ultraprocessados se aproximam no discurso e identificamos que se conectam ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, possuindo aspectos como organização em grande escala, especialização, uso intensivo de insumos, circuitos longos de comercialização e degradação ambiental, a qual, busca atender a um mercado ou criar novos mercados, desta forma, a produção deixa de ser destinada prioritariamente para a alimentação e passa a ser mercadoria, um produto para consumo que se converterá em lucro.

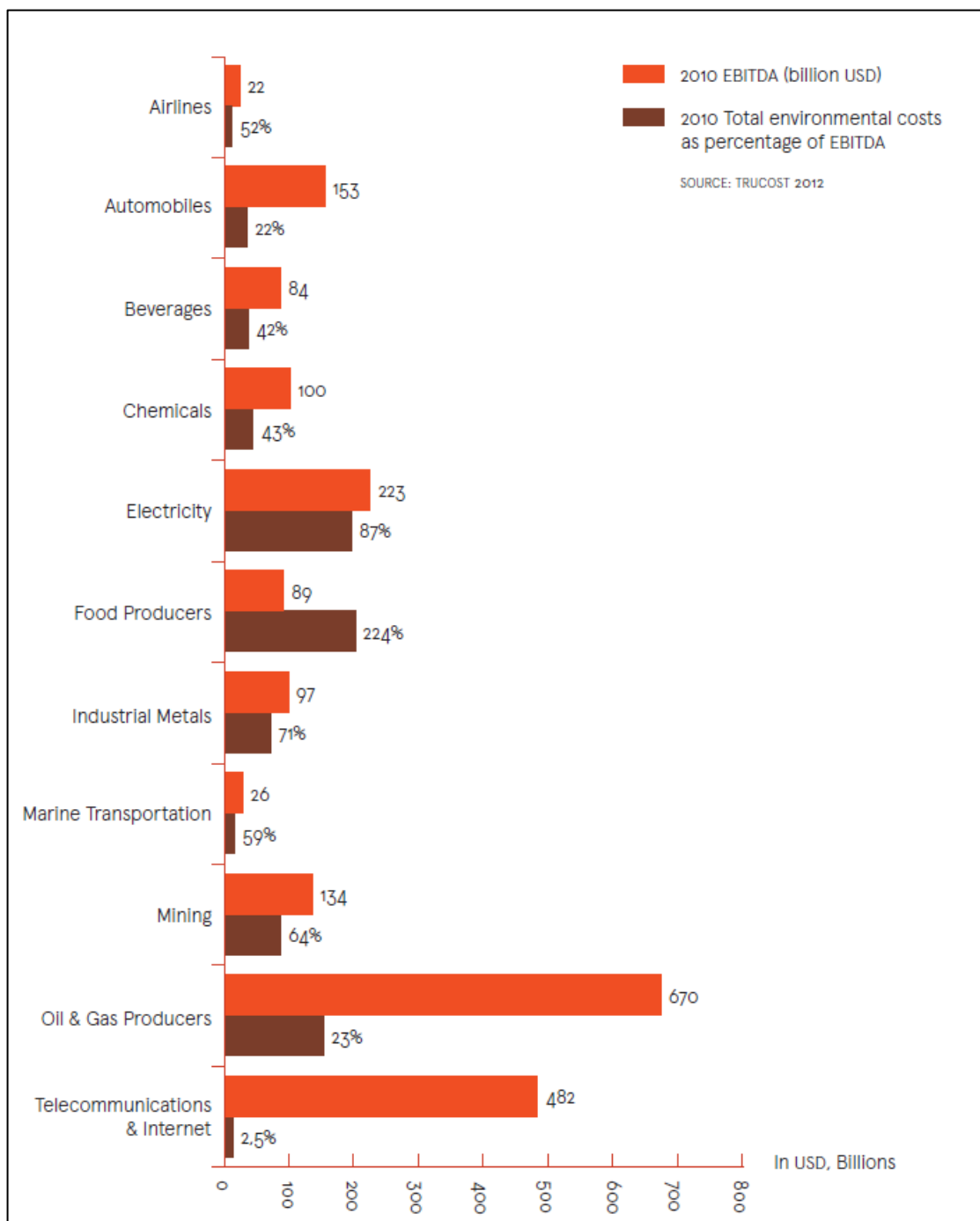
O setor do agronegócio geralmente está associado a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais. Impulsionado nas décadas de 1970/80 com a formação dos complexos agroindustriais e, principalmente, nos 2000 com o *boom* internacional das *commodities*, este setor guarda diferentes formas de agriculturas empresarias, que podem se manifestar, dentre outras, em dinâmicas financeiras e especulativas nacionais ou internacionais; em grandes propriedades que adotam práticas espoliativas dos recursos naturais, associadas à grilagem de terras e conflitos agrários; e, em grandes e médias propriedades, produtoras de commodities e sensíveis às demandas ambientais do mercado internacional (Pompeia, 2021; Bühler; Guibert; Oliveira, 2016). Em que pese esta diversidade, prevalece o uso de práticas agrícolas extensivas ou convencionais intensivas em insumos químicos, que avançam sobre os biomas brasileiros, transformando floresta, paisagens ou pastagens nativas em áreas de produção agrícola (Delgado, 2012). Associada a circuitos longos de produção e consumo, esta produção geralmente está voltada para os mercados internacionais, sem ou com pouca agregação de valor (soja, carnes, cana de açúcar, café, algodão, laranja, etc.), ou para a indústria de alimentos nacional ou multinacional (Sabourin *et al.*, 2022, p.22).

O Gráfico 12 ilustra os impactos desse tipo de sistema alimentar, cujas práticas asseguram o lucro, mas não garantem a segurança alimentar, territorial ou a preservação da biodiversidade. Ao comparar os lucros da produção com os custos ambientais, percebe-se que estes últimos ultrapassam os primeiros, sendo 224% referentes a danos ambientais, como degradação do solo e contaminação da água.

Conforme Abramovay (2018), o setor agroalimentar é o que mais gera lucros para suas empresas, desconsiderando os custos ambientais em suas contas. Segundo o autor: "Se as empresas pagassem pelo uso dos serviços ecossistêmicos de que dependem e que

sistematicamente destroem, elas teriam que interromper suas operações" (Abramovay, 2018, p. 45).

Gráfico 12: Economia Global – Custos ambientais da produção em vários setores da economia (em %) X ganhos das empresas



Fonte: Instituto Ibirapitanga (2018).

Outros sistemas alimentares, como os sustentáveis, tradicionais, territoriais ou descentralizados, surgem como alternativas aos sistemas de caráter mais econômico, ou ao que Polain (2016) define como sistema alimentar claustrofóbico. É importante destacar que

sistemas alimentares tradicionais não se limitam à ausência de tecnologia nem a uma conexão exclusiva com mercados locais e regionais. Eles podem integrar mercados nacionais e internacionais, criando subsistemas alimentares que podem “coexistir, se tornar interdependentes, interagir ou mesmo se hibridizar” (Sabourin et al., 2022, p. 20).

Esses sistemas se aproximam das práticas de agricultores familiares e outras populações tradicionais, e assim como vimos anteriormente, esses sujeitos podem estar mais ou menos integrados ao mercado.

(...) a agricultura familiar pode estar vinculada a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais ou se inserir em sistemas alimentares alternativos, sejam eles sistemas alimentares localizados, sustentáveis ou, mais frequentemente, tradicionais (Schneider, 2006). (...) agricultura familiar reúne práticas agrícolas associadas à produção convencional e ao uso intensivo de insumos; práticas agroecológicas que ganham força a partir das críticas aos modelos convencionais de produção; práticas tradicionais articuladas a modos de vida específicos de comunidades quilombolas, ribeiras, caiçaras, de fundo de pasto, pantaneiras, indígenas etc.; e práticas extrativistas de manejo sustentável. Uma ampla diversidade de alimentos locais e regionais emerge dessas distintas práticas e sistemas de produção, e é destinada aos circuitos curtos ou a dinâmicas nacionais ou internacionais (Sabourin *et al.*, 2022, p.22-23).

Alguns sistemas alimentares podem intensificar, reforçar e até mesmo criar novas problemáticas para o campo e a cidade, sobretudo quando fortalecidos por políticas neoliberais e crises econômicas. Esses problemas envolvem

concentração da terra, a degradação dos recursos ambientais, a depredação da biodiversidade, a violência contra grupos tradicionais, a persistência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, e a reprodução da desigualdade social nos espaços rurais e urbanos. A esses problemas históricos soma-se a emergência de novas problemáticas alimentares e ambientais – como o sobrepeso e obesidade, as mudanças climáticas, a urbanização e as fragilidades no abastecimento alimentar. (Sabourin *et al.*, 2022, p. 26)

Os sistemas alimentares associados ao modelo do agronegócio são os que mais agravam esses problemas. Como vimos anteriormente, embora não se possa atribuir toda a responsabilidade pelas questões relacionadas à fome e diversos outros problemas socioambientais ao agronegócio, é inegável que este está envolvido a uma teia de relações com ligações com grande parte dos problemas, principalmente a questões ambientais e de desigualdade social.

A defesa e o fomento ao agronegócio brasileiro podem colocar em risco não apenas a biodiversidade do país, mas também sua cultura, seja ela relacionada à alimentação ou não. Como afirmou Darcy Ribeiro (apud Bleil, 1998, p. 21), “a maior prova de que a elite não cuida da cultura reside no fato de o Brasil só ter expressão no mundo por meio da sua música e do futebol”. Um país que coloca de lado sua biodiversidade alimentar para produzir commodities destinadas a alimentar o gado europeu ou o rebanho suíno chinês, mantendo-se preso às suas raízes coloniais, enfrenta um problema que é, ao mesmo tempo, da elite brasileira e uma consequência da geopolítica mundial.

Dessa forma, investir em sistemas alimentares alternativos é essencial para garantir “a sustentabilidade das gerações presentes e futuras” (Sabourin *et al.*, 2022, p. 26). No entanto, como veremos no próximo subitem, esse caminho tem sido repleto de desafios.

3.2 A mudança nos hábitos alimentares: a fome não é mais só a falta de alimento

Nossos hábitos alimentares fazem parte de uma construção extremamente complexa. Eles envolvem aspectos culturais – com raízes no período pré-colonial e pós-colonial –, aspectos regionais – influenciados pela disponibilidade natural local –, aspectos midiáticos – como as propagandas das grandes empresas que dominam o setor alimentício nos influenciam – e, sobretudo, questões financeiras.

A alimentação humana transformou-se durante sua história, constituindo a cultura alimentar de diferentes locais, que trouxeram e ainda trazem conexões e repercussões sobre a saúde, o ambiente e a organização das coletividades. Aspectos da cultura alimentar se desenvolveram junto com a própria evolução humana, em que populações se adaptaram a regiões específicas junto com as culturas agrícolas nativas e aquelas trazidas por migrações e rotas comerciais, criando as dietas típicas de cada local (Nilson, 2022, p. 134).

Para Bleil (1998), embora existam inúmeros exemplos que nos levem a acreditar que o consumo alimentar se restringe apenas às questões econômicas, não podemos reduzir uma escolha tão complexa a termos puramente numéricos. No entanto, ao discutir regimes alimentares, percebemos que mudanças significativas nos hábitos alimentares acompanharam o desenvolvimento do capitalismo e, consequentemente, da geopolítica mundial.

Atualmente, sob as políticas neoliberais, o sistema alimentar de mercado está baseado nos produtos ultraprocessados e numa agricultura de poucas variedades e que atende ao mercado internacional. Desta forma, estes produtos tomam o lugar de alimentos tipicamente

regionais e o que comemos ou deixamos de comer torna-se intrinsecamente ligado à questão da renda, ou seja, ao que nosso dinheiro pode ou não comprar. “Se o fabricante aumentou o preço de algum produto, este poderá ser substituído por outro mais barato” (Bleil, 1998, p. 4).

Em *A História da Alimentação no Brasil* (1967), Luís da Câmara Cascudo descreve os alimentos, técnicas e hábitos que influenciaram a alimentação brasileira. Utilizando relatos de Pero Vaz de Caminha, ele aborda os hábitos alimentares indígenas, como o consumo da mandioca, que impressionou os invasores portugueses e as técnicas de moquear. A mandioca, que ficou conhecida como “a rainha do Brasil”, deu origem a dois alimentos inseparáveis na alimentação indígena: a farinha e o beiju, que permanecem até hoje na alimentação desses povos e de outros formados durante o processo de invasão e ocupação do território brasileiro. Para este autor, existem padrões na alimentação “que continuam inarredáveis como acidentes geográficos na espécie geológica” (Cascudo, 1967, p. 4).

Parte da rica cultura alimentar de África também chegou ao Brasil. Para Cascudo (1967, p. 179), apesar de o negro ter vindo “para o Brasil mutilado em sua personalidade psíquica, reduzido à escravidão”, suas tradições milenares, herdadas dos grandes impérios e reinados, resultaram em novas culturas alimentares e de técnicas de preparo e conservação, que ainda são usadas, como secar a carne do gado ou do peixe. Muitas sementes foram trazidas às escondidas, eram formas de manterem-se ligados ao seu território de origem e de resistência, que contribuíram para a alimentação e culinária que aqui se desenvolveu. O feijão, como a espécie andu, foi trazido pelos escravizados, tornando-se um dos principais alimentos dos brasileiros.

Na bagagem dos invasores portugueses chegaram o sal e os temperos, as hortaliças e os legumes, o arroz e várias frutas, como o limão, a laranja, o melão e a melancia. Aqui, decidiram se instalar definitivamente. Por isso, “o português recriou o ambiente familiar, cercado-se dos recursos de curral, quintal e horta, desejando, quanto possível, prolongar o tratamento em que se habituara secularmente” (Cascudo, 1967, p. 266).

Para Bleil (1998, p. 3), “a cultura estabelece o que é comestível, ou seja, a cultura ensina e leva a gostar de todo tipo de comida, dos mais variados sabores, desde a pimenta ao tamarindo”. Assim, a cultura alimentar brasileira e seus hábitos foram formados por uma variedade de influências, sendo concebida localmente, regionalmente e nacionalmente.

Novos gostos surgem, novas comidas e sabores se criam e se recriam, seja por meio das festividades, da disponibilidade ou das resistências, mas também pela artificialidade da indústria. Portanto, a comida carrega uma história e pode trazer uma tradição milenar, que resulta em “certas predileções alimentares que os séculos fizeram hábitos, explicáveis como uma norma de uso e um respeito de herança dos mantimentos de tradição” (Cascudo, 1967, p.

4). Assim, segundo o autor a modificação desses hábitos depende do mesmo processo de formação, o tempo.

O tempo também tem sido elemento importante para pensar a comida, a alimentação e os novos hábitos que tem se desenvolvido. No mundo urbanizado, a produção de alimentos fica cada vez mais distante dos consumidores, pois em circuitos longos de comercialização, o alimento e o produto acabam chegando de forma rápida e em diversos lugares para atender a rotina da sociedade moderna. Essa rotina tem exigido que o acesso aos alimentos seja cada vez mais veloz e fácil, em um único supermercado, por exemplo, conseguimos comprar todos os alimentos que pretendemos consumir, ou ainda, conseguimos ter refeições rápidas fora de casa.

De acordo com Nelson (2022, p. 134), “a cultura alimentar de cada local tem relação direta com seus sistemas alimentares tradicionais, baseados nos alimentos produzidos localmente e em suas formas de preparação e consumo”. Portanto, quanto mais nos distanciamos geograficamente da produção, mais nos distanciaremos de nossa cultura alimentar regional e nos aproximaremos cada vez mais de produtos em nossa alimentação, resultando na mudança dos hábitos alimentares, estes nada saudáveis para o homem e a natureza.

Denominamos como produtos aqueles fabricados pela indústria, de maneira que alteram por completo o sabor e a textura, sendo ricos em açúcar, sal e gordura, nos quais a artificialidade predomina em relação à naturalidade, ou seja, os produtos ultraprocessados. O *Guia Alimentar para a População Brasileira* foi lançado em 2006 e atualizado em 2014, é considerado uma referência para a alimentação no Brasil e no mundo. Foi ele que apresentou as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a população.

O Guia apresenta quatro categorias de alimentos, com definição a partir do tipo de processamento empregado na sua produção: a primeira categoria reúne alimentos *in natura* – derivados diretamente de plantas e de animais – ou minimamente processados – quando os alimentos *in natura* são submetidos a processamento mínimo, como leite pasteurizado ou grãos secos, polidos e empacotados; a segunda categoria refere-se aos óleos, gorduras, sal e açúcar, que são obtidos por processos *in natura* ou minimamente processados, passando por moagem, trituração, refino etc. São utilizados para cozinhar e temperar alimentos; a terceira categoria engloba os alimentos processados, “que são produtos relativamente simples e antigos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar (...) a um alimento *in natura* ou minimamente processado”. As técnicas utilizadas para o preparo desses alimentos assemelham-se a técnicas culinárias, como secagem e fermentação, podendo incluir cozimento e conservação em latas e vidros, mas, de modo geral, “são facilmente reconhecidos como versões modificadas do alimento original”, a exemplo do queijo e do pão; a quarta categoria está associada aos

alimentos ultraprocessados, cuja seu processo modifica integralmente o alimento base (Guia Alimentar, 2014, p. 37).

Apesar de a indústria estar alterando cada vez mais os alimentos, Nilson (2022) alerta para a importância que o processamento de alimentos tem para os seres humanos. Por isso, é necessário que se diferencie a extensão e o propósito desse processamento. Alguns desses processamentos, como vimos, remetem a técnicas ancestrais, as quais são importantes para diversos povos e culturas.

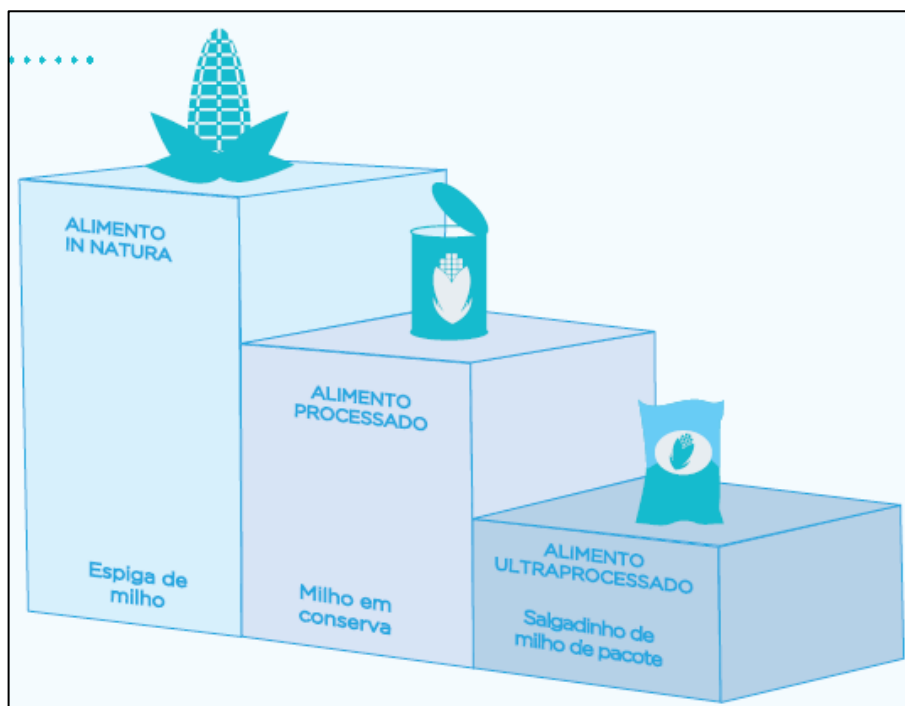
Os doces de frutas, as conservas, os queijos e a farinha de mandioca, por exemplo, são integrados à categoria dos processados e podem ser facilmente encontrados em supermercados, a partir de um processo feito pela indústria, ou também em casas. No sertão maranhense, são encontradas com facilidade as casas de farinha, assim como os doces feitos em tachos de cobre e os queijos curados na madeira na zona rural de Minas Gerais. Esse processamento está intimamente ligado à cultura desses locais, sendo alimentos importantes na construção das identidades locais e regionais.

Os produtos ultraprocessados, fabricados, em geral, por indústrias de grande porte, como o miojo, suco em pó, entre outros, tem em seu processamento a modificação por completo o alimento base, que muitas vezes acaba não sendo reconhecido no produto final, pois

envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. Ingredientes de uso industrial comuns nesses produtos incluem proteínas de soja e do leite, extratos de carnes, substâncias obtidas com o processamento adicional de óleos, gorduras, carboidratos e proteínas, bem como substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e de outras fontes orgânicas como petróleo e carvão. Muitas dessas substâncias sintetizadas atuam como aditivos alimentares cuja função é estender a duração dos alimentos ultraprocessados ou, mais frequentemente, dotá-los de cor, sabor, aroma e textura que os tornem extremamente atraentes. Quando presentes, alimentos *in natura* ou minimamente processados representam proporção reduzida dos ingredientes de produtos ultraprocessados (Guia Alimentar, 2006, p. 39-40).

A Figura 5, ilustra três das quatro categorias, demonstrando que, essa última categoria apresentada, são aqueles itens que não identificamos como alimentos, mas como produtos produzidos artificialmente, que estão cada vez mais presentes na mesa da população brasileira e alterando os hábitos alimentares.

Figura 5– Ilustração da modificação do alimento pela indústria



Fonte: Guia Alimentar, 2014, p. 51.

Para Bleil (1998, p. 8), “estes produtos, inventados pela indústria, são novos ao paladar e aos hábitos. Assim, para facilitar sua aquisição, normalmente a indústria vai se valer de algumas estratégias” como embalagem e propagandas extremamente atraentes. O preço destes produtos também acaba sendo um fator que impulsiona o consumo.

(...) a participação do consumo de alimentos ultraprocessados na energia total da dieta aumentou em 44% entre 2002-2003 até 2017-2018, e representa atualmente cerca de 23% das calorias totais ingeridas pela população acima de 10 anos de idade. No mesmo período, a participação dos alimentos *in natura* e minimamente processados foi reduzida em 7% e a de ingredientes culinários processados, em 14%, deixando clara a substituição gradual pelos alimentos ultraprocessados (Nilson, 2022, p. 138).

A produção destes produtos é conveniente não apenas para a indústria processadora, mas para o setor do agronegócio. A soja transgênica não só alimenta a cadeia animal chinesa e da União Europeia, mas pode ser usada como base para alimentos ultraprocessados destinados a população brasileira e sobretudo a população mais pobre. É um ingrediente cada vez mais presente nesses produtos, pois se constitui em uma fonte barata de gordura e proteína. Por isso, quanto mais o produto se distancia de ingredientes *in natura* e minimamente processados,

quanto mais sintético for, maiores os riscos e impactos para a saúde humana, cultura alimentar tradicional e meio ambiente.

De acordo com Nilson (2022), as evidências científicas demonstram que o consumo de produtos ultraprocessados está diretamente associado ao risco de obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças crônicas não transmissíveis e até depressão. Anualmente no Brasil, 57 mil mortes podem ser atribuíveis ao consumo destes produtos.

Ao observarmos o consumo destes produtos pela população brasileira, notamos que há uma diferença entre as faixas etárias. O relatório do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) de 2019, mostra que em crianças entre 2 e 5 anos, 30% das calorias ingeridas vem de ultraprocessados, enquanto que em adolescentes, adultos e idosos esse percentual foi, respectivamente, 26,7%, 19,5% e 15,1%.

“A publicidade de alimentos ultraprocessados domina os anúncios comerciais de alimentos, frequentemente veicula informações incorretas ou incompletas sobre alimentação e atinge, sobretudo, crianças e jovens” (Guia Alimentar, 2014, p. 117). Esse é o público alvo dessas propagandas, por isso, é importante inserir esse público no preparo e na escolha dos alimentos, pois os hábitos adquiridos na infância e adolescência vão acompanhá-las ao longo da vida.

O relatório publicado pela ACT Promoção da Saúde em 21/11/2024, demonstra que o Brasil perde pelo menos 10 bilhões de reais por ano com mortes e doenças agravadas pela ingestão contínua de ultraprocessados. Esse montante refere-se às perdas econômicas causadas por mortes prematuras de pessoas em idade produtiva, gerando uma baixa no mercado de trabalho, aos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com hospitalizações, medicamentos da farmácia popular e custos com ambulatorios, além de custos previdenciários decorrentes de aposentadorias precoces e licenças médicas causadas por doenças intimamente ligadas ao consumo destes produtos. Essa perda à economia brasileira corresponde a quase 13% do total de créditos destinado a agricultura familiar no Plano Safra de 2023/2024.

A população de baixa renda é a mais atingida pelos ultraprocessados, tanto devido a facilidade ao acesso pelo barateamento desses produtos, quanto por ser a população que tem maior dificuldade na acessibilidade a tratamentos de saúde – apesar do SUS desembolsar um montante em prevenção e tratamentos – o aumento das doenças também gera uma sobrecarga no sistema.

Moratoya *et al.* (2013), afirma que com a globalização e a industrialização, alguns produtos acabaram sendo de difícil acesso para a população de baixa renda, como os doces e *fast-foods*. Entretanto, esta já não é uma afirmativa tão concreta assim, pois a popularização das

redes de *fast-food*, dos produtos ultraprocessados e a propaganda de consumir tais produtos para estar integrado a uma sociedade moderna é bastante presente e famílias de baixa renda estão conseguindo ter mais acesso¹⁸.

Os produtos ultraprocessados como o macarrão instantâneo e achocolatados possuem alíquota zero de PIS/Cofins¹⁹, enquanto o refrigerante e a água mineral possuem a mesma alíquota de IPI²⁰. A salsicha, que vem sendo a substituta da proteína animal no prato dos brasileiros, tem a mesma alíquota de ICMS²¹ do arroz e feijão (Ministério da Saúde, sem ano). Logo, a população de menor renda vai optar pelo produto mais barato na gôndola do mercado, resultando então, no aumento de consumo de ultraprocessados.

A Emenda Constitucional Nº 132, de 2023, alterou o Sistema Tributário Nacional, e em 2024, seguindo a política de tributação, que a priori, objetiva fazer com que aqueles que ganhem menos, paguem menos impostos, o Ministério da Fazenda editou a nova cesta básica nacional, através do Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024. Tomando como base o Guia Alimentar para a População Brasileira e o fortalecimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Política Nacional de Abastecimento Alimentar, conforme Quadro 2, dez grupos de alimentos compõem a cesta básica atualmente.

Quadro 4: Brasil: Grupos de alimentos que compõem a cesta básica após Decreto nº 11.936 de 05 de março de 2024

	Grupo	Categoria
I	Feijões (Leguminosas)	<i>in natura</i> e minimamente processados
II	Cereais	<i>in natura</i> e minimamente processados
III	Raízes e Tubérculos	<i>in natura</i> e minimamente processados
IV	Legumes e Verduras	<i>in natura</i>
V	Frutas	<i>in natura</i>
VI	Castanhas e Nozes (Oleaginosas)	<i>in natura</i> e minimamente processados
VII	Carnes e ovos	<i>in natura</i> e minimamente processados
VIII	Leites e queijos	Minimamente processados e processados
IX	Açúcares, sal, óleos e gorduras	<i>in natura</i> , minimamente processados e ultraprocessado
X	Café, chá, mate e especiarias	Minimamente processados

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), 2024. Org.: Autora, (2024).

¹⁸ Certamente, não podemos generalizar que toda a população de baixa renda tenha acesso às redes de *fast food*, não partimos de uma visão reducionista dessa questão, pois sabemos das desigualdades latentes aprofundadas pela globalização. Muitos produtos disseminados pela globalização ainda estão fora do alcance de uma parcela considerável da população, especialmente ao observamos as desigualdades regionais. Entretanto, nota-se, que dentro da temática que estamos abordando, a classe trabalhadora ativa, beneficiada por políticas de distribuição de renda e residente em médios e grandes centros urbanos, tem consumido cada vez mais, produtos ultraprocessados.

¹⁹ O Programa de Incentivo Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é uma contribuição feita pelas empresas que custeia auxílios trabalhistas e é restituído pelo Imposto de Renda.

²⁰ Imposto sobre produtos industrializados nacionais ou importados e seu valor é repassado ao consumidor final do produto.

²¹ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços cobrado pela circulação da mercadoria, mesmo que o produto não se caracterize como venda.

Um produto presente na composição da cesta básica e que chama bastante atenção, pois não condiz com o recomendado pelo Guia Alimentar é a margarina, este produto está isento de imposto e encontra-se dentro da categoria dos ultraprocessados. Segundo reportagem do *O Joio e o Trigo*, publicada em 18/11/2024, o item foi inserido na lista, segundo o Ministério da Fazenda, sob “a justificativa de que se trata de um item consumido por famílias de baixa renda” (O Joio e o Trigo, 2024, n.p.). Ou seja, as famílias mais pobres, devem continuar consumindo este produto, do qual, contribui para as doenças já citadas anteriormente.

Instituições de ensino, organizações em prol da soberania alimentar e do combate à fome e alimentação saudável, tem constantemente questionado essas medidas, inclusive, durante a alteração do sistema tributário, uma das bandeiras levantadas era de que os produtos ultraprocessados tivessem seus impostos aumentados, numa tentativa de reduzir seu consumo justamente pela população de baixa renda, mas estes permaneceram fora da lista de tributações.

Um grande desafio para o Estado é o *lobby* da indústria contra a alimentação saudável. De acordo com o *Dossiê Big Food 2.0*, realizado pela ACT Promoção da Saúde e Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), a indústria de ultraprocessados utiliza estratégias para fugir de tributações, como as da reforma tributária, pressionam o Estado por benefícios fiscais, burla normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ainda utilizam da publicidade de maneira silenciosa, mas eficaz.

Como para a indústria a vida é secundária, mas o lucro prioritário, ela tem interferido nas políticas públicas, com o objetivo de expandir seu mercado consumidor e aumentar seus lucros. O mercado é sagaz, pois esses produtos são inseridos como “alimentos”, num discurso de combate à fome. O mercado não perde nunca! Se há a alta no preço dos alimentos e uma volatilidade destes, por que não termos produtos que são extremamente baratos para dar a população de baixa renda?

Por isso, pensar na fome neste país não se relaciona apenas a ausência de alimento no prato, mas o tipo de produto que tem chegado para alimentar a população. Portanto, resgatar Josué de Castro nunca foi tão necessário, pois a fome é um conceito extenso e muitas vezes, maquiada pela indústria e pelos dados.

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de “*starvation*”, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno, muito mais frequente e mais grave em suas consequências numéricas, da fome parcial, a chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais,

grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (Castro, 2008, p. 18).

Acrescentamos que, neste país, onde o sistema alimentar moderno tem prevalecido e se fortalecido, as políticas neoliberais influenciam cada vez mais o modo de vida da população. Produzir com veneno e transgenia às custas da destruição do meio ambiente e da alimentação da própria população tornou-se recorrente. Nesse contexto, a fome oculta está intimamente conectada aos ultraprocessados, não apenas por estes não possuírem elementos nutritivos, mas também pelas doenças que seus excessos – de ingredientes nocivos à saúde e de consumo – têm causado. Essa fome do mundo moderno se apresenta como uma das maiores perversidades.

Dessa forma, é importante revelar “as fomes”, pois, de acordo com Ribeiro Júnior (2015, p. 84), a fome deve ser entendida também como a “alienação de todas as práticas alimentares”. Para os famintos ou aqueles que dependem da ajuda do Estado ou de qualquer outra instituição ou pessoa para se alimentar, não há opção, nem mesmo a de decidir como produzir, como adquirir, como preparar ou quais alimentos desejam consumir.

Os hábitos alimentares têm se modificado e revelado problemáticas profundas na saúde e no meio ambiente. Essa mudança se manifesta pelo processo de globalização, pelas formas de produção e pelas desigualdades de renda. Temos percebido que nossas escolhas alimentares não se dão de maneira individual – nunca se deram, na verdade. Entretanto, hoje, essas escolhas estão mais nas mãos das grandes corporações do que nas nossas. Por isso, políticas de promoção da alimentação saudável e de soberania alimentar são fundamentais para frear esse cenário catastrófico.

3.3 Políticas alimentares no Brasil

Como vimos, a alimentação está muito além do que simplesmente adicionar energia para o corpo, ou seja, consumir calorias e nutrientes.

a alimentação conecta os indivíduos a um lugar, a uma comunidade. Ela participa na construção das identidades individuais e coletivas, pois, apesar da mobilidade dos homens e da globalização das dinâmicas socioeconômicas, é necessário sempre ser e sentir pertencimento para agir e ser reconhecido. Os alimentos constituem marcas de identificação essenciais nesse processo: bases sensíveis e memoráveis sobre as quais se constroem nossas diversas formas de habitar o mundo de acordo com diversas modalidades de relação consigo e com os outros” (Ortigue, 1989, n.p. *apud* Sabourin, *et al.*, 2022, p.18).

Ela conecta indivíduos por meio da comensalidade e cria identidades, pois o sujeito é fruto de um processo cultural e social. Portanto, comer é um ato político, já que envolve desde a produção, o preparo e até a quantidade e o que comemos.

A fome é um fenômeno histórico que não surgiu de maneira natural; foi naturalizada e se apresenta sob várias facetas. Por isso, é tão complexa, pois as questões da alimentação também influenciam nas tensões sociais, na política, conflitos e violência.

O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2008, mas isso não esgotou a problemática da fome. Pelo contrário, no processo de naturalização das mazelas do capitalismo, agimos como se ela tivesse desaparecido. Continuamos a fomentar um modelo de produção que agrava o quadro da fome e permitimos que o mercado de ultraprocessados se tornasse cada vez mais presente em nossos pratos.

As políticas públicas e programas se constituem em um paradoxo ao pensarmos na fome em nosso país, podendo agravar ou amenizar esse fenômeno. Quando elaboradas e executadas sob preceitos neoliberais, podem contribuir para o agravamento da fome. Contudo, são as políticas públicas e os programas que podem atenuar os quadros de fome provocados pelo modelo desigual de reprodução capitalista.

Dessa forma, a historiografia da alimentação no Brasil é extensa. Nem mesmo uma tese especificamente dedicada a esse tema seria capaz de esgotar o debate. Assim, apresentaremos os marcos mais significativos e discutiremos as políticas e programas em curso, os quais se relacionam diretamente com os sujeitos centrais desta tese: o campesinato e o agronegócio.

Josué de Castro, como citado anteriormente, é um dos nomes para se pensar a fome no Brasil. Entretanto, segundo Ribeiro Junior (2015), a obra desse autor, desde sua morte, foi praticamente abandonada pela geografia brasileira. Compreendemos que sua obra, publicada há mais de 75 anos, ainda contribui expressivamente para a reflexão sobre as questões alimentares na atualidade. Falar de alimentação sem pensar em Josué de Castro é não compreender a complexidade desse tema. Podemos dizer que foi a partir de seus estudos que a temática da fome ganhou espaço no cenário político. Em 1933, um inquérito sobre as condições de vida da classe operária em Pernambuco promovido por Josué de Castro, estimulou outros estudos além do estado de Pernambuco.

Para Arruda (1997), esses estudos abriram caminhos para pensar a correção dos desequilíbrios regionais e a superação do subdesenvolvimento, como resultado, duas importantes políticas foram criadas, pois estabeleceu-se uma relação entre a alimentação e o salário.

(...) em abril de 1938, com o Decreto-Lei nº 399 foi aprovado o salário mínimo, cujos valores foram fixados em 1º de março de 1940 pelo Decreto-Lei nº 2162, iniciativa que, à época, iria beneficiar 58% da população assalariada. Contemporânea a esse fato marcante foi a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), pelo Decreto-Lei nº 2478, de agosto de 1940, com finalidades mais amplas: propiciar instalações e as condições para a alimentação adequada dos trabalhadores (Arruda, 1997, p.320).

O salário mínimo permanece como importante ferramenta para combater a fome, pois é a “garantia” que o trabalhador possui para conseguir se alimentar, visto que, o Brasil, se torna cada vez mais urbano e para se adquirir alimento, é necessário comprá-lo. Porém, a política de salário mínimo sozinha, não combate à fome e é a garantia de que terá alimentos nutritivos, saudáveis e em quantidades adequadas.

Em 2020, um estudo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), com o apoio do Instituto Ibirapitanga e do Instituto Clima e Sociedade, realizado por Walter Belik, revelou que, mesmo considerando o salário mínimo, as desigualdades no Brasil permanecem profundas. Apenas 2,7% da população brasileira têm uma renda mensal per capita superior a 25 salários mínimos, enquanto a maioria, cerca de 24%, vive com uma renda mensal de até dois salários mínimos.

As famílias com maior renda gastam mais com alimentação em comparação às famílias mais pobres. De acordo com Belik (2020, p. 5), "o gasto médio mensal com alimentação por pessoa – dentro e fora de casa – é de R\$120,86. Já nas famílias com renda acima de 25 salários mínimos, o gasto mensal por pessoa chega a R\$671,45".

O estudo também aponta que o impacto da alimentação no orçamento das famílias de menor renda é significativamente maior, em média, 26% do orçamento familiar é destinado à alimentação, enquanto, para as famílias de maior renda, esse percentual cai para apenas 5%. Assim, quase um quarto do orçamento das famílias de baixa renda é direcionado à alimentação. Considerando outras despesas essenciais, como moradia e transporte, essas famílias acabam consumindo menos alimentos do que o necessário e/ou optando por produtos mais baratos, neste caso, os ultraprocessados.

Durante a década de 1970, o debate sobre a nutrição como alternativa para impulsionar o desenvolvimento ganhou força. Em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o objetivo de colaborar na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, além de elaborar e propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

O INAN também foi responsável por desenvolver outros programas de assistência alimentar voltados prioritariamente para a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino, gestantes, nutrizes, lactentes e crianças de até seis anos. Além disso, o instituto promovia programas de educação nutricional, com foco principal nas famílias de baixa renda. Foi nesse contexto que começou a se desenhar um programa amplamente conhecido atualmente: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA é uma das principais políticas de combate à fome na atualidade. Criado por meio da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, promovendo o acesso a alimentos para reduzir a insegurança alimentar e nutricional. O programa não apenas garante alimentos saudáveis e nutritivos, mas também fortalece a agricultura familiar e encurta o caminho entre a produção e o consumo.

Este programa é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cuja criação representou outro importante marco na garantia do direito à alimentação. A Conab foi instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e atualmente está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), onde desempenha a responsabilidade de

executar estratégias de inclusão social, que são adotadas pelo Governo Federal, com ênfase na geração de emprego e renda. Ela também participa, como órgão executor, de programas e ações governamentais que contribuam para o bem-estar de comunidades que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional (CONAB, 2017, n.p.).

Outro dispositivo de extrema importância para a alimentação no Brasil é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado pelo Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. O Conselho tem como objetivo exercer o controle social e atuar na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar de sua relevância, o Consea passou por várias revogações ao longo dos anos, inclusive sendo extinto durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). Em 1º de janeiro de 2019, sua extinção foi decretada por meio da Medida Provisória nº 870. Governos de ultradireita, alinhados a práticas neoliberais, como o de Jair Bolsonaro, tendem a agravar o problema da fome. Isso ocorre não apenas porque deixam de criar políticas que fortaleçam o direito à alimentação, mas também por dismantelar políticas e programas já existentes.

Um dos programas responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014 foi o Fome Zero. Esse programa integrava outras iniciativas importantes de combate à fome e à pobreza, como o já citado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da criação de Restaurantes Populares, cozinhas comunitárias, o Bolsa Família, o programa Um Milhão de Cisternas e o Luz para Todos.

O Fome Zero também estabeleceu as bases para a criação de legislações que garantissem e ampliassem as ações do programa, como a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O SISAN tem como objetivo implementar políticas, planos, programas e ações voltados para assegurar o direito humano à alimentação adequada, sendo uma iniciativa fundamental no combate à fome no Brasil.

Mais recentemente, por meio do Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023, foi instituída a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), que regula o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. A política estabelece dezoito objetivos:

- I - promover o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos em quantidade suficiente, com qualidade e diversidade, priorizados alimentos *in natura* e minimamente processados, respeitadas as dimensões culturais, sociais e ambientais;
- II - promover o abastecimento descentralizado, popular e que valorize o varejo de pequeno porte, de modo a potencializar a oferta de alimentos adequados e saudáveis, especialmente nos desertos e pântanos alimentares;
- III - promover a estruturação de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, com base na agroecologia e na sociobiodiversidade, incluídos os sistemas agrícolas tradicionais;
- IV - promover a formação de estoques públicos estratégicos, com prioridade à biodiversidade e aos alimentos básicos e de produção da agricultura familiar, nos termos do disposto na Lei nº 11.326, de 2006, e no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
- V - apoiar e fomentar a implantação de unidades de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal destinadas ao fortalecimento dos modos de produção da agricultura familiar, dos povos indígenas, dos povos e das comunidades tradicionais e da produção artesanal;
- VI - ampliar a oferta dos produtos da agricultura familiar nos mercados populares, solidários e privados;
- VII - contribuir para a adequação da manipulação, do transporte e do acondicionamento dos produtos alimentícios;
- VIII - promover os circuitos locais, territoriais e regionais de produção, armazenamento, conservação, processamento, distribuição e comercialização;
- IX - estimular a comercialização direta entre produção e consumo e incentivar práticas alimentares regionais com base na diversidade de espécies alimentícias dos diferentes biomas brasileiros, com prioridade para produtos da agricultura familiar, urbana e periurbana;
- X - aperfeiçoar os mecanismos de aquisições públicas de alimentos e de materiais propagativos;

XI - monitorar a produção, os estoques de alimentos públicos e privados, os custos de produção e de comercialização e os preços dos gêneros alimentícios;

XII - ampliar a disponibilidade de alimentos a preços acessíveis, por meio de iniciativas estruturantes e regulatórias que ajudem a mitigar a volatilidade de preços de alimentos;

XIII - apoiar a ampliação, a modernização e a revitalização das centrais de abastecimento e incentivar a implantação, a revitalização e a integração de equipamentos voltados ao abastecimento alimentar em âmbito estadual, distrital e municipal;

XIV - fomentar a formação de redes solidárias de produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, de modo a fortalecer as iniciativas populares de abastecimento alimentar e os equipamentos de segurança alimentar e nutricional públicos estatais e não estatais;

XV - implementar medidas para a redução de perdas e desperdício de alimentos e para o seu aproveitamento integral, em todo o processo de produção, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo;

XVI - propor políticas de fomento, fiscais, tributárias, regulatórias e creditícias para ampliar a produção e a oferta de alimentação adequada e saudável;

XVII - contribuir para o acesso dos consumidores à informação adequada sobre os alimentos e para a regulação da publicidade e propaganda dos alimentos, com base no Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde e em diretrizes e orientações estabelecidas pelos órgãos competentes; e

XVIII - incentivar a inclusão do planejamento do abastecimento alimentar nos planos diretores municipais, distritais e estaduais (Brasil, Decreto Nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023).

A PNAAB é um marco importante, pois busca combater a fome em sua totalidade, dentro de um sistema alimentar sustentável que garanta a soberania alimentar. Isso inclui práticas que minimizem os impactos ao meio ambiente e assegurem alimentos saudáveis, valorizando a sociobiodiversidade.

As políticas e programas de incentivo à agricultura familiar e de transferência de renda têm se mostrado ferramentas indispensáveis para enfrentar a fome no Brasil. No entanto, é fundamental lembrar que todas essas iniciativas são fruto de lutas e resistências, tanto no campo quanto na cidade. Como destaca Bleil (1998, p. 19): “No Brasil, assim como na maioria dos países não desenvolvidos, as pesquisas sobre o consumo alimentar são escassas” e, na maioria das vezes, apresentam um panorama genérico.

Por isso, a próxima seção desta tese aborda as resistências contra a expansão de um modelo de produção que gera fome, um modelo voraz e silencioso que impacta os assentamentos de reforma agrária em uma região que, por muito tempo, esteve “esquecida”, mas que hoje integra um projeto onde o lucro está acima de qualquer vida.

SEÇÃO IV

PLANTAR, COLHER, COMER E RESISTIR

*“Arroz deu cacho e o feijão floriô
Milho na palha, coração cheio de amor
Povo sem-terra fez a guerra por justiça
Visto que não tem preguiça este povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de enxada
Pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar”*

(Chico César – Floriô).

Até o momento, construímos uma estrutura que evidencia como a alimentação transcende as necessidades biológicas, se envolvendo em uma complexa rede de relações que refletem na questão agrária brasileira. O título desta seção faz referência à obra homônima do estudioso Carlos Rodrigues Brandão, publicada em 1981. O autor aborda questões relacionadas aos hábitos dos camponeses na região de Goiânia, refletindo sobre suas práticas de trabalho, produção e consumo cotidiano de alimentos.

A obra destaca que os camponeses não produzem apenas alimentos, mas também representam a reprodução social das famílias. Dessa forma, compreendemos que comer é revelar-se, e este capítulo explora as potencialidades, fragilidades e resistências dos assentados e assentadas da reforma agrária no sul do Maranhão, frente ao avanço do agronegócio na região, por meio da produção e da alimentação.

Em momentos anteriores, verificou-se que o campo sempre foi um espaço de conflitos e resistências, que se intensificam com o avanço do capitalismo, onde há usos distintos do território. No fenômeno da globalização, esses diferentes usos do território tornam-se mais evidentes, especialmente quando consideramos a produção, que sofre forte influência do mercado mundial. As redes geográficas permitem uma integração que, ao mesmo tempo, é excludente.

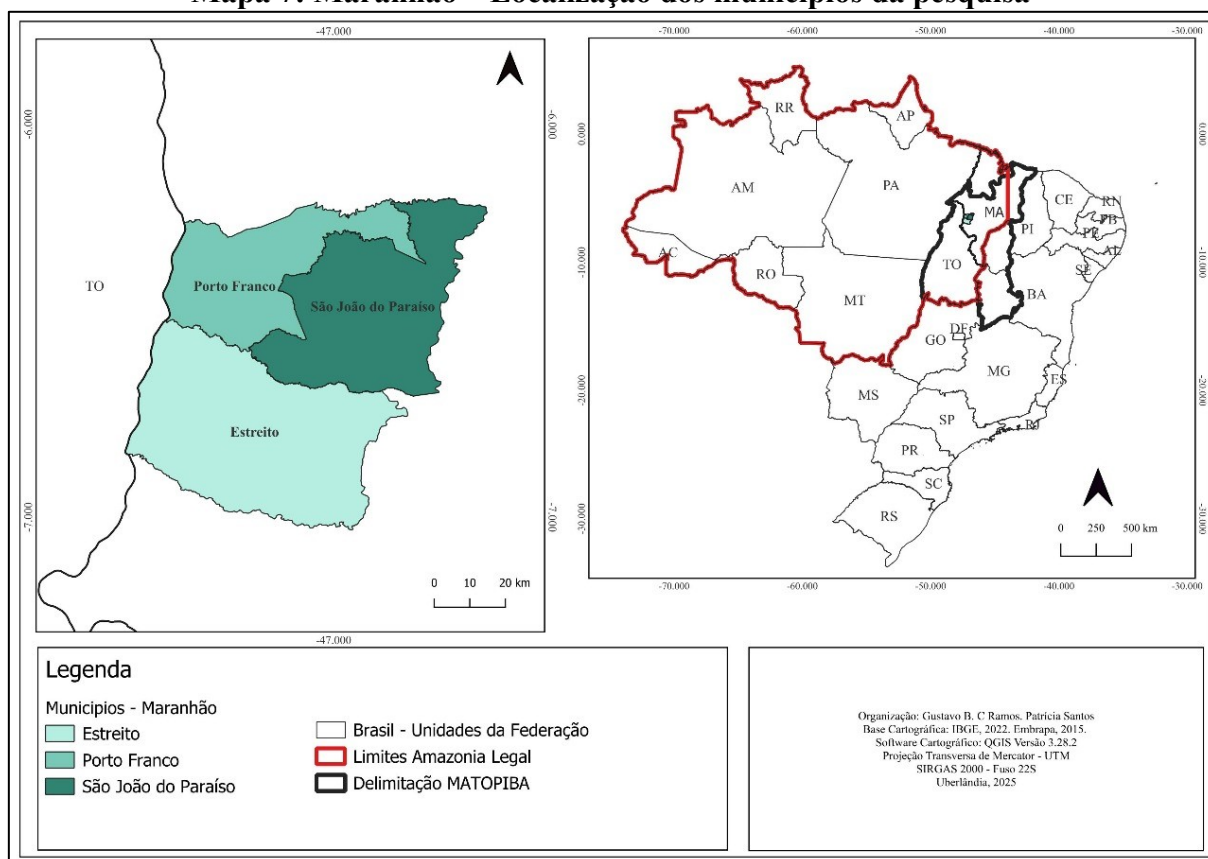
Nesse contexto, observa-se um processo contraditório, ao passo que o global influencia o local, ele não o substitui (Canclini, 1997). Uma das nossas principais indagações nesta pesquisa, além de examinar os impactos do avanço do agronegócio no sul do Maranhão em relação ao uso do território, é analisar os efeitos na alimentação dos assentados. Em outras palavras, esses assentados produzem e consomem o que produzem? Há insegurança alimentar dentro desses assentamentos? Os hábitos alimentares têm se modificando, tendo uma maior

inserção do consumo de ultraprocessados? Afinal, o campesinato não é apenas produtor, mas também consumidor de alimentos.

4.1 Caracterização dos municípios estudados: Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso

Os três municípios aqui apresentados não foram escolhidos aleatoriamente como objetos desta pesquisa. Apesar de suas particularidades, todos estão inseridos na região do MATOPIBA, que, como já elucidamos anteriormente, foi planejada e politicamente arquitetada, se constituindo em uma área de grande interesse para o capital nacional e estrangeiro. Além de integrarem essa região, os municípios se localizam na Amazônia Legal, conforme ilustrado no Mapa 7. Dessa forma, além de estarem em uma área com características naturais de Cerrado e transição, a Amazônia Legal é alvo de particular interesse a nível internacional, tornando-se cada vez mais um espaço marcado por conflitos.

Mapa 7: Maranhão – Localização dos municípios da pesquisa



Fonte: IBGE, 2022; Embrapa, 2015. Org.: Ramos; Santos, 2025.

Em alusão ao canal mais estreito do Rio Tocantins, o município de Estreito possui uma área de 2.718,978 km², onde 9,19 km² é urbanizada contando com apenas 8,9% dos domicílios

com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2019). Localiza-se a uma latitude 06°33'38" sul e a uma longitude 47°27'04" oeste, estando a cerca de 750 km da capital, São Luís. Faz divisa com o estado do Tocantins e integra a mesorregião sul maranhense, bem como a região imediata de Imperatriz.

Cortado pela BR-010 e ferrovia Norte-Sul, o município encontra-se numa localização estratégica, dando acesso aos fluxos de mercadorias e pessoas de norte a sul do país. Apesar da circulação de pessoas e mercadorias influenciada pela sua rede de transportes, após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito²² (UHE), inaugurada em 2012, este fluxo aumentou, recebendo trabalhadores tanto no período de construção da hidrelétrica quanto após o início de seu funcionamento. No Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), a população foi estimada em 33.294 habitantes, destes, 15,63% fazem parte da população ocupada com média salarial mensal de 1,8 salários mínimos.

Em 2021, o PIB per capita do município estava na posição 18º entre os municípios do estado, somando R\$ 26.423,96 (IBGE, 2021). Dentre as atividades econômicas, em ordem de maior influência estão: Indústria, serviços e agropecuária. O peso da indústria na economia do município se dá pela UHE, enquanto que, o setor de serviços, segue uma tendência nacional, com grande relevância para a economia.

O setor agropecuário é diversificado, com atividades que vão desde a pesca até a silvicultura, conforme indicado nas Tabelas 5 (aquicultura), 6 (pecuária), 7, 8 (agricultura) e 9 (extração vegetal e silvicultura).

Tabela 5: Estreito – Produção aquícola em kg (2023)

Espécie	Quantidade	Valor (x 1000) R\$
Pirarucu	1.500	22,50
Tambacu e Tambatinga	81.500	896,50
Tambaqui	20.000	200,00
Tilápia	14.500	181,25

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

²² A UHE faz parte do Consórcio Estreito Energia (CESTE) que administra as atividades de operação e manutenção, bem como as atividades relacionadas a gestão do reservatório, programas ambientais e atendimento a legislação. O CESTE é constituído pelas empresas: Engie, Vale, Alcoa e InterCement.

Tabela 6: Estreito – Produção pecuária em cabeças (2023)

Rebanho	Quantidade
Bovino	189.558
Caprino	423
Equino	2.656
Galináceo	374.407
Ovino	2.744
Suíno	2.498

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Tabela 7: Estreito – Produção agrícola lavouras temporárias (2017)

Culturas temporárias	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Abacaxi	10	4
Abóbora, moranga, jerimum	13	4
Amendoim	21	12
Arroz	428	394
Cana-de-açúcar	4	1
Fava	107	36
Feijão**	256	93
Mandioca (aipim, macaxeira)	272	184
Melancia	16	10
Melão	1	*
Milho	555	1.434
Soja	1	*
Sorgo	1	*
Tomate	1	*

*Sem informação no Censo Agropecuário 2017

**Feijão de cor e feijão fradinho

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 8: Estreito – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017)

Culturas permanentes	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Acerola	1	*
Banana	41	19
Caju	1	*
Coco-da-Baía	1	*
Cupuaçu	1	*
Limão	1	*
Mamão	1	*
Maracujá	2	*

*Sem informação no Censo Agropecuário 2017

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 9: Estreito – Produção extração vegetal e silvicultura (2023)

Tipo de Produção	Quantidade
Carvão vegetal	16*
Eucalipto	6.811**
*Em toneladas **Em hectares	

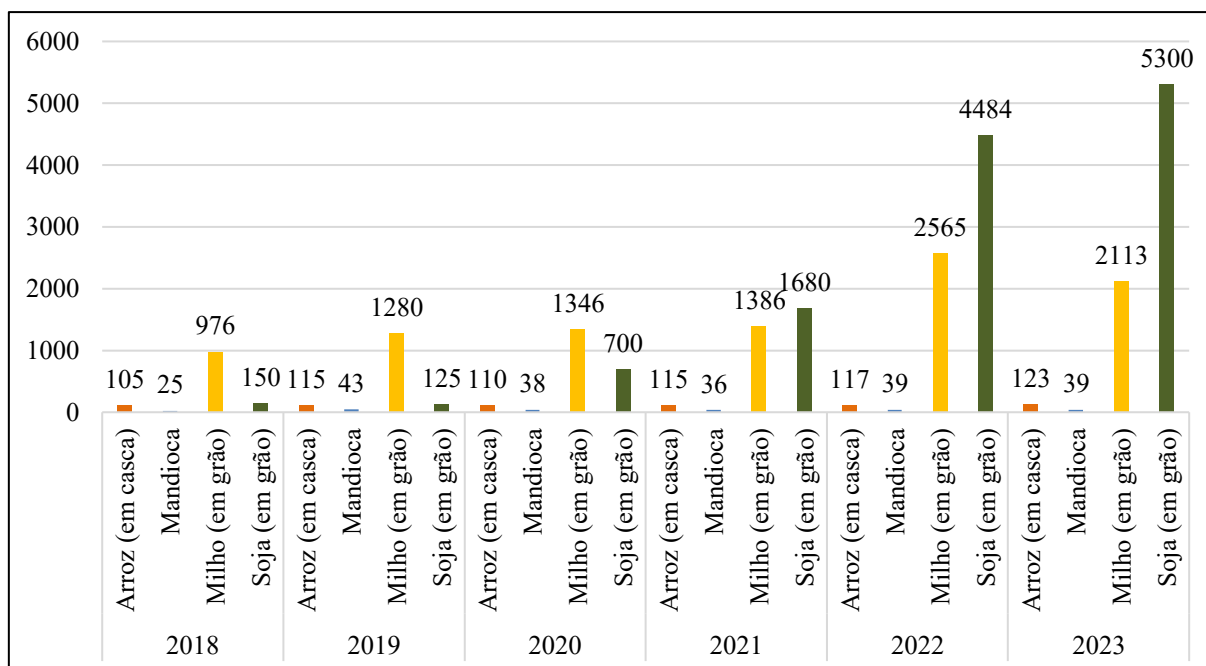
Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

A pesca é uma atividade tradicional na região, tendo em vista a enorme diversidade de peixes que abriga a bacia do Rio Tocantins. Entretanto, pesquisas demonstram que a construção da UHE gerou impactos ambientais (Massoli; Borges, 2014, Machado, 2019 e Pereira; Santos e Targa, 2023) refletindo, inclusive, na disponibilidade de algumas espécies que deixaram de ser consumidas pela população local, devido sua escassez. Neste sentido, outras espécies de reprodução em criatórios, a exemplo do tambaqui, tilápia e tambatinga ganharam espaço no mercado e na alimentação da população.

A Tabela 6 evidencia a relevância histórica da pecuária, com destaque para a bovinocultura, na estrutura produtiva da mesorregião sul maranhense. Dos 170.684 hectares ocupados pelos 1.327 estabelecimentos agropecuários no município de Estreito, 80.277 hectares (equivalente a 47,03% da área total) eram destinados às pastagens, abrangendo tanto as pastagens naturais quanto as plantadas, estas últimas em condições boas ou degradadas (Censo Agropecuário, 2017).

No que tange à agricultura, 3.392 hectares estão ocupados por lavouras temporárias e permanentes. A Tabela 7 demonstra a predominância do milho no uso do solo, representando 42,27% da área total destinada às lavouras (Censo Agropecuário, 2017). Embora o Censo Agropecuário de 2017 não apresente dados específicos sobre a área colhida de soja, as informações da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) indicam que, em 2017, foram colhidas 62 hectares dessa cultura. Conforme evidenciado no Gráfico 13, a soja vem registrando um crescimento significativo nos últimos anos, superando, inclusive, a área cultivada de milho. Por outro lado, o arroz, que ocupava a segunda posição em termos de área cultivada, vem perdendo espaço na área colhida.

Gráfico 13: Estreito – Área colhida (hectares) de arroz, mandioca, milho e soja (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023)



Fonte: PAM/IBGE, 2018,2019,2020,2021,2022 e 2023. Org.: Autora, 2024.

O Sul Maranhense não se configura como uma região de expressividade no cultivo de frutas, conforme evidenciado na Tabela 8. No entanto, o cultivo de banana vem ganhando relevância, se destacando como a principal atividade agrícola no município de São João do Paraíso, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. Adiante, será possível observar que, embora a fruticultura não ocupe um lugar de destaque na comercialização, ela desempenha um papel significativo nos quintais dos assentamentos, sendo consumida especialmente na forma de sucos.

A silvicultura no município de Estreito tem se consolidado como uma atividade de grande impacto no uso do solo. Essa expansão está diretamente associada à atuação da Suzano, uma multinacional brasileira que se destaca como a maior produtora de celulose do mundo e uma das principais fabricantes de papel da América Latina (Suzano, 2024). A empresa possui sua maior fábrica de celulose em Imperatriz-MA e, como discutido na seção II, o cultivo de eucalipto faz parte do conjunto de monoculturas presentes no MATOPIBA. Segundo Alves e Nóbrega (2018), essa atividade tem sido um dos principais fatores para remoção de florestas nativas no Maranhão e se configura entre as práticas que mais contribuem para a perda de vegetação natural no território brasileiro.

A presença do eucalipto é visível desde às margens da BR-010, especialmente no trecho entre a divisa do município de Porto Franco e Estreito, se estendendo até o município de

Carolina-MA. Quanto mais nos aproximamos do principal município Polo da Chapada das Mesas²³ (Carolina), a paisagem torna-se cada vez mais dominada por essa monocultura. Esse cenário também está presente nas estradas que dão acesso aos assentamentos de reforma agrária pesquisados, como no assentamento Serafim, conforme visualizado na Figura 6.

Figura 6: Estreito – Presença de eucalipto no trecho da MA-138 que dá acesso ao PA Serafim



Fonte: Autora (2023)

Com o intuito de caracterizar o espaço agrário dos municípios estudados para além do uso do solo, apresentamos dados relevantes para nossa pesquisa do Censo Agropecuário de 2017. No município de Estreito, dos 170.684 hectares ocupados por estabelecimentos agropecuários, a maior parte (102.062 hectares) pertence a produtores individuais, enquanto 2.552 hectares estão sob posse de concessionários ou assentados que aguardam titulação definitiva.

Destacamos cinco aspectos centrais para compreender o perfil desses estabelecimentos: escolarização, idade dos produtores, tipo de mão de obra, mecanização e acesso a financiamentos. Em relação à escolaridade, 352 estabelecimentos agropecuários em Estreito, são geridos por produtores que nunca frequentaram a escola, 428 por aqueles que concluíram apenas o Ensino Fundamental regular e 131 por produtores com Ensino Médio regular. Quanto à idade, a maioria dos estabelecimentos (343) pertence a produtores na faixa etária de 45 a 55

²³ O Parque Nacional da Chapada das Mesas abrange os municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no sul maranhense, protege 159.953,78 hectares de Cerrado e foi instituído em 2005 através de mobilização popular, sobretudo dos moradores de Carolina em função do avanço do agronegócio na região.

anos. O número de produtores idosos (65 anos ou mais) é expressivo, totalizando 335 estabelecimentos, superando a faixa etária mais jovem (menos de 25 a 35 anos), que corresponde a apenas 106 estabelecimentos.

No que se refere à mão de obra, o total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do município soma 4.243 indivíduos, dos quais aproximadamente 77,18% possuem laços de parentesco com o produtor. A mecanização, por sua vez, é baixa, onde apenas 12,05% dos estabelecimentos contam com tratores, implementos ou máquinas agrícolas. Quanto ao acesso a financiamentos, a grande maioria dos estabelecimentos (1.043) não obteve qualquer tipo de financiamento. Dos 284 que acessaram alguma fonte de crédito, o Pronaf se destaca, em 131 estabelecimentos beneficiados, enquanto 10 acessaram a linha de crédito do Pronamp.

Em relação à caracterização do município de Porto Franco, observamos tanto convergências quanto particularidades em relação ao contexto regional. Também localizado às margens do Rio Tocantins, seu processo de povoamento teve início com a ocupação de agricultores vindos da margem esquerda do rio, especificamente do povoado de Boa Vista, atual município de Tocantinópolis-TO. Situado nas coordenadas 6° 20' 16" Sul e 47° 23' 56" Oeste, Porto Franco está cerca de 736 km da capital São Luís. Atualmente, o município possui uma área territorial de 1.421,011 km², dos quais 6,44 km² correspondem à área urbanizada. No entanto, apenas 3,1% dos domicílios contam com serviço de esgotamento sanitário (IBGE, 2019). Em 2022, sua população era de 23.903 habitantes, com 3.445 pessoas economicamente ocupadas e um salário médio mensal de 2,3 salários mínimos (IBGE, 2022).

O Rio Tocantins desempenhou um papel central no processo histórico de ocupação e desenvolvimento do município, principalmente devido aos fluxos de mercadorias que circulavam ao longo dos trechos do rio. Contudo, a partir da construção da BR-010, a expansão da área urbana passou a se orientar em direção ao eixo da rodovia Belém-Brasília, conhecido localmente como "entroncamento". Além disso, a Ferrovia Norte-Sul, que corta o município, tem sido um fator relevante na intensificação dos fluxos de capital e de pessoas.

Em 2021, o PIB per capita de Porto Franco era de R\$ 42.237,94, posicionando-o como o 8º maior entre os 217 municípios do estado. Dentro da região geográfica imediata de Imperatriz, à qual pertence, Porto Franco ocupa a 1ª posição em termos de PIB per capita. A economia do município de baseia-se no setor de Serviços, Indústria e Agropecuária. O peso da indústria na economia está relacionado ao Distrito Agroindustrial que o município possui, conforme mencionamos na Seção I. A criação do DIAPF ajudou na aceleração do fluxo de capitais e mercadorias, principalmente *commodities* como a soja e o milho, pois está

estrategicamente localizado na BR-226 que, por sua vez, se conecta a BR-010, além de ser cortada pela FNS, onde a VLI opera com o Terminal Integrador (TIPF), conforme mostrado na Figura 7. O DIAPF recebe soja, milho e minério de ferro que é escoado especialmente através do Porto do Itaqui.

Figura 7: Porto Franco – Delimitação do Distrito Agroindustrial (2025)



Fonte: Google Earth Pro (2025). Org.: Autora (2025).

No contexto do espaço agrário de Porto Franco, o Censo Agropecuário de 2017 revela a existência de 953 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de 107.943 hectares. Desse total, 860 estabelecimentos são de proprietários(as) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente, 28 são de concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva, 8 são arrendatários, e os demais se dividem entre parceiros, comodatários e ocupantes. A diversidade produtiva do espaço agrário de Porto Franco é detalhada nas Tabelas 10, 11, 12, 13 e 14.

Tabela 10: Porto Franco – Produção aquícola em kg (2023)

Espécie	Quantidade	Valor (x 1000) R\$
Tambacu e Tambatinga	3.500	38,50
Tambaqui	16.500	173,25

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Tabela 11: Porto Franco – Produção pecuária em cabeças (2023)

Rebanho	Quantidade
Bovino	139.189
Bubalino	49
Caprino	521
Equino	2.481
Galináceo	52.434
Ovino	3.475
Suíno	7.748

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Tabela 12: Porto Franco – Produção agrícola lavouras temporárias (2017)

Culturas temporárias	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Abacaxi	1	*
Abóbora, moranga, jerimum	22	18
Amendoim	12	5
Arroz	260	185
Cana-de-açúcar	7	48
Fava	57	13
Feijão**	185	59
Mandioca (aipim, macaxeira)	171	86
Melancia	24	90
Melão	3	*
Milho	353	596

*Sem informação no Censo Agropecuário 2017

**Feijão de cor, feijão fradinho e feijão verde

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 13: Porto Franco – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017)

Culturas permanentes	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Acerola	1	*
Banana	29	127
Caju	2	*
Dendê (coco)	1	*
Goiaba	1	*
Limão	1	*
Mamão	4	2
Maracujá	2	*

*Sem informação no Censo Agropecuário 2017

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 14: Porto Franco – Produção extração vegetal e silvicultura (2023)

Tipo de Produção	Quantidade
Carvão vegetal	85*
Eucalipto	487**

*Em toneladas **Em hectares

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

A produção aquícola tem pouca expressividade no município, enquanto a bovinocultura se destaca como uma atividade tradicional, com áreas destinadas a pastagens (naturais, plantadas em boas condições ou em más condições) ocupando 70.716 hectares. A agricultura, por sua vez, abrange 4.023 hectares, distribuídos entre lavouras permanentes e temporárias, com destaque para o cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca. Conforme mencionamos anteriormente, essa região não se caracteriza como produtora de frutas e, novamente, a banana ganha destaque entre as lavouras permanentes.

Os dados mais recentes do PAM-IBGE (2023), indicam que a área colhida de soja foi de 673 hectares, e a cultura só aparece na busca de dados no município de Porto Franco a partir do ano de 2021. Enquanto a de milho atingiu 670 hectares em 2023. Em contraste, as áreas colhidas de arroz (22 hectares), feijão (31 hectares) e mandioca (31 hectares) apresentaram redução em comparação com períodos anteriores. Nota-se que grande parte da soja esmagada no DAIPF é proveniente de outros municípios. Porto Franco se apresenta como um importante entroncamento no recebimento da soja produzida no MATOPIBA. Além de receber grãos advindos de importantes municípios produtores no estado, como Balsas, recebe a soja produzida no Tocantins e Bahia, através das rodovias e que depois são transportadas até o Porto do Itaqui pela FNS (Brugnera; Dalchiavon, 2017).

Assim como em Estreito, Porto Franco integra a rota do eucalipto. Em 2023, segundo a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS-IBGE), o município produziu 204.249 toneladas de carvão vegetal de eucalipto, 20.612 m³ de lenha de eucalipto, 3.798.255 m³ de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, e 1.400 m³ de madeira em tora de eucalipto para outras finalidades. Esses dados reforçam a importância que a silvicultura tem na região.

Quanto ao perfil dos produtores rurais, a baixa escolaridade destaca-se como uma característica marcante: em 164 estabelecimentos, os produtores nunca frequentaram a escola, ou seja, quase 18% dos estabelecimentos. Em relação à faixa etária, a maioria dos produtores está na faixa dos 45 aos 55 anos, presente em 258 estabelecimentos, seguida pela faixa de 55 a 65 anos, com 238 estabelecimentos, e pela faixa de 65 a 75 anos, com 168 estabelecimentos, revelando um envelhecimento dos produtores rurais no espaço agrário de Porto Franco. Além disso, observa-se que a maior parte da mão de obra ocupada no campo possui algum grau de parentesco com o produtor, reforçando o caráter familiar da produção.

No que se refere ao uso de tratores, implementos e máquinas agrícolas, constata-se um baixo nível de mecanização, uma vez que apenas 158 dos 953 estabelecimentos possuem algum tipo de maquinário. O acesso a financiamentos e empréstimos também é limitado entre os

produtores, onde apenas 18 estabelecimentos acessaram o Pronaf, 2 obtiveram recursos do Pronamp, e 8 acessaram outros programas de financiamento, seja em nível federal, estadual ou municipal (Censo Agropecuário, 2017).

Por fim, apresentamos alguns dados que visam caracterizar o espaço agrário de São João do Paraíso. Embora não esteja localizado às margens do Rio Tocantins, o município situa-se às margens do Rio Lajeado, onde existiam prósperas fazendas, como a São João de um lado, e a São Sebastião, do outro lado do rio. A fertilidade das terras, propícias tanto para a lavoura quanto para a criação de gado, foi determinante no processo de ocupação que deu origem ao município. Atualmente, São João do Paraíso limita-se com os municípios de Estreito, Porto Franco, Lajeado Novo, Sítio Novo e São Pedro dos Crentes, ficando a cerca de 777 km da capital São Luís.

Com uma área territorial de 2.052,328 km², dos quais apenas 3 km² correspondem à área urbanizada. O município popularmente chamado de "Paraíso" pela população local, possui 9.904 habitantes, onde apenas 2,6% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2022), refletindo assim como os outros dois municípios apresentados, um dos grandes gargalos do Maranhão, que é a infraestrutura básica.

No que se refere à economia, o setor de serviços é o de maior expressividade no PIB municipal, seguido pela agropecuária. A indústria, por sua vez, tem uma participação bastante reduzida, representando apenas 2,5% da economia local. Em 2021, o PIB per capita do município era de R\$ 13.516,41 (IBGE, 2021), com uma população ocupada de 1.057 pessoas. Em comparação com outros municípios do estado, São João do Paraíso ocupa a 43ª posição no ranking de PIB per capita e a 8ª posição dentro da região geográfica imediata de Imperatriz, à qual pertence.

A agropecuária, que corresponde a aproximadamente 32,87% do PIB municipal, tem na pecuária bovina e no cultivo de bananas suas atividades de maior expressividade, seguidas pelo milho e pelo arroz, conforme evidenciado nas Tabelas 16, 17 e 18. A produção aquícola se apresenta mais significativa na criação de tambacu e tambatinga, afinal, o consumo de peixes nessa região não é algo marcante na alimentação da população.

Assim como observado nos demais municípios já mencionados, o arroz teve sua área reduzida, ocupando apenas 21 hectares em 2023 (PAM-IBGE, 2023). Além disso, os dados do IBGE indicam que a sojicultura surgiu timidamente no município em 2021, com apenas 5 hectares de área colhida, mas em 2023 expandiu-se significativamente, alcançando 950 hectares (PAM-IBGE, 2023). Por outro lado, o milho também perdeu espaço, com uma área colhida de apenas 175 hectares no mesmo ano (PAM-IBGE, 2023).

Conforme a Tabela 18, a banana é a única cultura permanente presente nos dados do Censo Agropecuário de 2017 que vem passando por um processo contínuo de expansão. Em 2023, a área colhida de banana atingiu 1.050 hectares. Essa produção se apresenta tão significativa que, segundo os moradores de São João do Paraíso, "lá ninguém compra banana", dada a sua abundância.

Tabela 15: São João do Paraíso – Produção aquícola em kg (2023)

Espécie	Quantidade	Valor (x 1000) R\$
Pirarucu	200	3,60
Tambacu e Tambatinga	28.000	280
Tambaqui	11.200	121,97

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Tabela 16: São João do Paraíso – Produção pecuária em cabeças (2023)

Rebanho	Quantidade
Bovino	178.779
Bubalino	11
Caprino	471
Equino	3.467
Galináceo	86.311
Ovino	4.006
Suíno	8.530

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Tabela 17: São João do Paraíso – Produção agrícola lavouras temporárias (2017)

Culturas temporárias	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Abóbora, moranga, jerimum	15	17
Amendoim	2	*
Arroz	381	559
Fava	76	21
Feijão**	229	81
Mandioca (aipim, macaxeira)	88	62
Melancia	11	16
Milho	390	547
Tomate	1	*

*Sem informação no Censo Agropecuário 2017

**Feijão de cor, feijão fradinho e feijão verde

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 18: São João do Paraíso – Produção agrícola lavouras permanentes em estabelecimentos com 50 pés ou mais (2017)

Culturas permanentes	Nº de estabelecimentos	Área colhida (ha)
Banana	29	565

Fonte: IBGE (2017). Org.: Autora (2025).

Tabela 19: São João do Paraíso – Produção extração vegetal e silvicultura (2023)

Tipo de Produção	Quantidade
Carvão vegetal	347*
Eucalipto	3.478**
*Em toneladas	**Em hectares

Fonte: IBGE (2023). Org.: Autora (2025).

Conforme destacamos, São João do Paraíso faz fronteira com Estreito, e é nessa área limítrofe que se observa uma presença considerável da produção de eucalipto, como evidenciado na Tabela 19. Dentre todos os cultivos, o eucalipto assume um papel de destaque no município.

Os 1.058 estabelecimentos agropecuários do município ocupam uma área total de 140.111 hectares. Desses estabelecimentos, 1.034 são de produtores na condição de proprietários, incluindo coproprietários de terras tituladas coletivamente; 13 são de concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva; 2 são arrendatários; 6 são parceiros; e 3 são comodatários (Censo Agropecuário, 2017).

A baixa escolaridade também persiste no perfil dos produtores desse município, pois em 129 estabelecimentos, os produtores nunca frequentaram a escola, e em 401 estabelecimentos, os produtores concluíram apenas o Ensino Fundamental. Essas duas categorias representam quase 50% do total de estabelecimentos. Predomina a faixa etária de 45 a 55 anos entre os produtores, mas, diferentemente de Estreito e Porto Franco, o número de estabelecimentos com produtores acima de 75 anos não supera o número daqueles com idade entre 25 e 35 anos.

Na grande maioria dos estabelecimentos, o pessoal ocupado possui laços de parentesco com o produtor. A mecanização, por sua vez, ainda é incipiente, visto que, apenas 70 estabelecimentos possuem tratores, 16 contam com semeadeiras/plantadeiras, 1 com colheitadeiras e 6 com adubadeiras ou distribuidoras de calcário.

Apenas 21,7% dos estabelecimentos de São João do Paraíso tiveram acesso a financiamentos ou empréstimos. Desses, 50 acessaram o Pronaf, 1 o Pronamp e 11 outros programas, de nível federal, estadual ou municipal.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE apresentados revelam características e limitações comuns aos produtores e estabelecimentos dos três municípios analisados. Apesar da diversidade de culturas temporárias, as *commodities* predominam na área colhida, com destaque para o eucalipto, que tem avançado na região, assim como a soja. No entanto, a pecuária ainda mantém um papel relevante. Verifica-se também o predomínio da mão de obra

familiar, enquanto os dados sobre acesso a maquinário e financiamento evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos produtores em termos de modernização e acesso a políticas de crédito. Há ainda, um envelhecimento da população que pode também estar condicionado a essas dificuldades na modernização e acesso à financiamentos. Esses fatores impactam diretamente a dinâmica produtiva do espaço agrário, pois com o avanço do agronegócio, produtores de menor escolaridade, maior faixa etária e sem recursos financeiros, ficam mais vulneráveis a esse processo.

4.2 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no sul maranhense: construção de lutas e resistências

A Reforma Agrária é uma política territorial que visa à distribuição de terras a camponeses, promovendo um processo de democratização do acesso à propriedade da terra. No entanto, a implementação dessa política no Brasil enfrenta significativos obstáculos. Se, no passado, a luta se concentrava principalmente contra o latifúndio, atualmente, o foco passou a ser o enfrentamento ao agronegócio. Este setor não apenas se beneficia de políticas estatais de crédito e financiamento, mas também se consolidou institucionalmente por meio da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, como apontado na seção I deste trabalho.

A ocupação de terras é a principal forma de luta pela terra, engendrada principalmente através dos movimentos socioterritoriais como o MST, pois

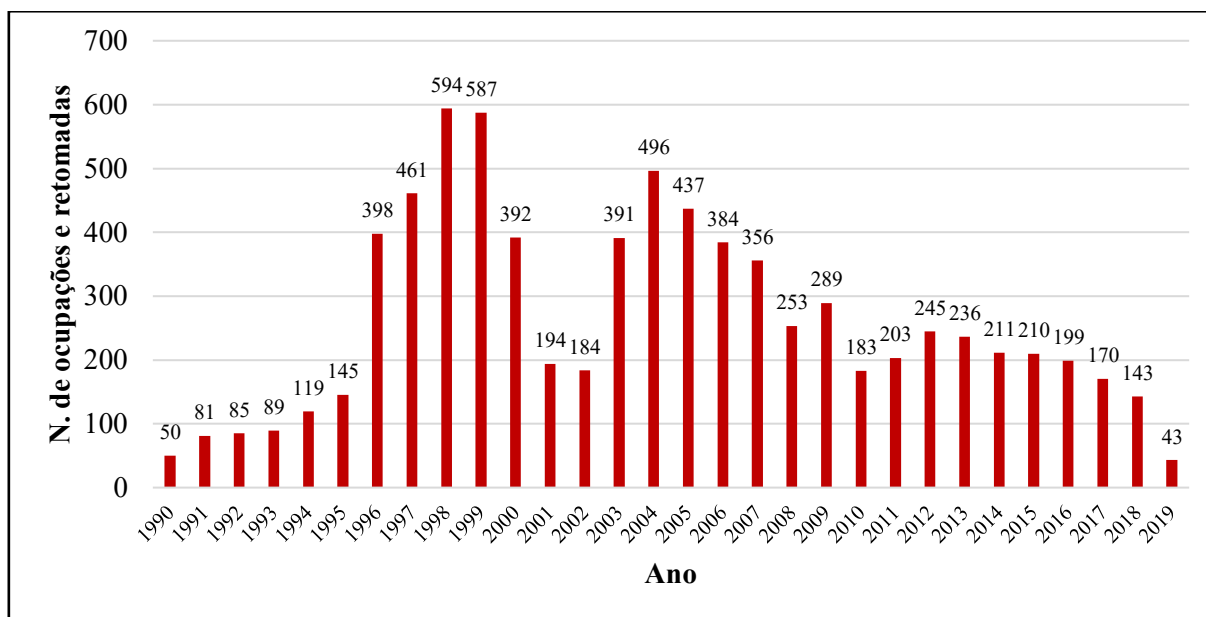
um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (Fernandes, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência (Fernandes, 2008, p.76).

Com o avanço do agronegócio, impulsionado pelas políticas neoliberais, houve a necessidade de uma reorganização das estratégias de luta pela terra. Nesse contexto, o processo de ocupação, que antes era central, arrefeceu, como pode ser observado no Gráfico 14. No entanto, é importante destacar que, em governos mais abertos ao diálogo, os movimentos socioterritoriais conseguiram manter a luta ativa, utilizando a ocupação como principal mecanismo de pressão social.

Atribuímos a diminuição no número de ocupações de terra ao processo de institucionalização do agronegócio, que busca criminalizar e minar as ações dos movimentos sociais por meio de marcos legais, mas também a própria reorganização dos movimentos sociais

que se utilizam de novas ferramentas demonstrando sua capacidade de adaptação às diferentes conjunturas políticas.

Gráfico 14– Brasil: Ocupações de terra e retomadas no período de 1990-2019



Fonte: DATALUTA (2020). Org.: Autora (2024).

Em 2016, a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, conhecida como Lei Antiterrorismo, foi utilizada para reprimir a atuação de organizações sociais historicamente voltadas à luta por direitos constitucionais. Já em 2022, a Portaria nº 2.445, de 15 de dezembro de 2022, do INCRA, estabeleceu novas regras para a criação de assentamentos de reforma agrária em terras públicas da União. Entre essas regras, se destacava a proibição de participação no programa de reforma agrária, ou mesmo de permanência nele, para aqueles que ocupassem áreas destinadas a tal fim, demonstrando não apenas um retrocesso nas políticas de desconcentração fundiária, mas evidenciando a influência do agronegócio nas políticas agrárias. Em 2023, em mais uma tentativa de enfraquecer a luta pela terra, o PL 09/2023 propôs condenar as ocupações de propriedades urbanas ou rurais, impedindo os ocupantes de receber auxílios, benefícios ou programas do governo federal, além de vetar sua nomeação para cargos ou funções públicas. No mesmo ano, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada contra o MST, com o objetivo de investigar as ocupações de terra promovidas pelo movimento.

A articulação política no Congresso Nacional, envolvendo tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado, evidencia as múltiplas estratégias para desmobilizar a luta pela reforma agrária popular no país. Essa articulação contra os camponeses não é recente, mas se apresenta como mais um desafio aos movimentos sociais. Apesar dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) estabelecidos desde 1966, consideramos que as políticas de reforma

agrária no Brasil ocorreram de forma conservadora pois não mexeram com a estrutura fundiária, visto que “a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, [...] de forma que o cumprimento dos princípios constitucionais é muito restrito” (Girardi; Fernandes, 2008, p.78). Ou seja, a política de reforma agrária que vem sendo conduzida visa ocupar áreas de regiões pouco povoadas e consolidadas, pois essas áreas tem o preço das terras mais baixos, tornando a política menos onerosa e, ao mesmo tempo, evitando mexer com as estruturas dos latifúndios e agronegócio.

Além disso, a reforma agrária não deve apenas possibilitar o acesso à terra, mas garantir que as famílias camponesas consigam permanecer, trabalhar e garantir a sua soberania alimentar e territorial. Como afirmam Girardi; Fernandes (2008, p.78). “uma reforma agrária completa no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção.”

Quando esses assentamentos são criados sem as condições mínimas de infraestrutura e permanência das famílias, a reforma agrária se torna conservadora, não atendendo plenamente a premissa de transformação social. Para o MST, uma reforma agrária popular implica na distribuição massiva de terras, democratizando a propriedade fundiária historicamente negada a camponeses e camponesas, e garantindo o acesso à terra a todos que quiserem produzir alimentos saudáveis e dela usufruir de modo a conservar as riquezas naturais, minerais, a biodiversidade, a água e as sementes. E é a partir dessa definição de reforma agrária popular que defendemos e sustentamos nesta tese.

Destacamos que, a reforma agrária popular²⁴ só se concretiza através da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade com mecanismos de luta multifatoriais. Assim, a luta pela reforma agrária não se resume apenas em lutar pela terra, mas “significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato” (Fernandes, 2008, p.76).

No sul do Maranhão, a maioria dos assentamentos que se constituíram são resultado da luta articulada entre o MST, CPT e o movimento sindical. Conforme relatado pela Entrevistada F, trabalhadores rurais mais engajados na luta, orientados pelo CENTRU, passaram a fundar

²⁴ A reforma agrária popular, proposta pelo MST, traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis e diversificados para o mercado interno em harmonia com o meio ambiente e acessível a toda a população, além de desenvolver um modelo econômico que distribua renda e permita que as pessoas permaneçam no campo, sendo ainda, uma estratégia de resistência ao modelo do agronegócio (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020).

sindicatos rurais nos municípios da região. Um exemplo é o Sindicato Rural de Estreito, criado em 1986.

Nesse mesmo ano, segundo Araujo (2013), ocorreu a primeira ocupação de terras no Maranhão, no município de Buriticupu, organizada pelo CENTRU e com o apoio do MST, que ainda atuava de forma embrionária no estado. Posteriormente, em 1987, outra ocupação foi realizada, desta vez no município de Imperatriz. Com o apoio dos sindicatos que vinham sendo estabelecidos, o MST passou a se organizar mais efetivamente nos processos de ocupação que se sucederam nos anos seguintes. Em 1993, o movimento se consolidou no Maranhão, atuando principalmente nas microrregiões de Imperatriz, Pindaré e Baixada Maranhense. Essa trajetória evidencia a importância da articulação entre movimentos sociais e sindicais na construção e consolidação da luta pela terra no estado.

A territorialização do MST no Maranhão se dá no sentido sul-oeste-leste do Estado, seguindo, inicialmente as condições de possibilidades de obtenção de apoios a sua causa, e, depois acompanhando o circuito dos grandes projetos que têm pressionado os segmentos sociais, que se organizam no trabalho familiar (Araujo, 2013, p.131-132).

É na microrregião de Imperatriz que o MST passa a receber amplo apoio popular, por isso, consolidou-se como uma das regiões com o maior número de projetos de assentamentos rurais no estado do Maranhão. Apesar das ocupações de terra terem diminuído e outras ferramentas de luta surgido, o processo de ocupação foi um importante mecanismo para a constituição dos assentamentos de reforma agrária apresentados nesta tese. No entanto, é importante lembrar como a política de reforma agrária se apresenta neste país, com muitos desafios para o campesinato. Identificamos algumas características comuns nos assentamentos de reforma agrária estudados, mas também constatamos a pluralidade desses assentamentos. Apesar da territorialização de todos os assentamentos estudados terem ocorrido a partir de acampamentos, a localização geográfica, o acesso à créditos, assistência técnica, trabalho de base do MST e as influências do agronegócio, conferiram a esses assentamentos diferentes configurações.

Nos municípios estudados, ao todo, somam-se 19 Projetos de Assentamentos (PAs) de reforma agrária criados desde 1992: 11 em Estreito, 3 em Porto Franco e 5 em São João do Paraíso, conforme indicado no Quadro 3, que também apresenta informações sobre o ano de criação, o tamanho da área, a capacidade e o número de famílias assentadas.

Quadro 5: Maranhão – Assentamentos de Reforma Agrária nos Municípios estudados (2020)

Município	Nome Assentamento	Ano de criação	Hectares	Capacidade de famílias	Nº de famílias assentadas
Estreito	PA Altamira	2002	3.325,43	148	125
Estreito	PA Bom Jesus I	2001	2.719,00	107	106
Estreito	PA Braço Forte	1999	1.624,10	58	49
Estreito	PA Brejo da Ilha	1998	3.567,14	142	95
Estreito	PA Governador Luis Rocha	2002	9.976,00	140	140
Estreito	PA Mundo Novo	2005	1.455,60	52	45
Estreito	PA Nossa Senhora Aparecida	1999	1.489,00	59	53
Estreito	PA Serafim	1999	1.326,78	38	37
Estreito	PA Sol Nascente	2002	3.325,21	132	101
Estreito	PA Vale da Formosa	1999	3.480,00	90	77
Estreito	PA Vitória	2003	1.345,29	53	53
Porto Franco	PA Maravilha	1998	1.748,27	60	50
Porto Franco	PA Oziel Alves Pereira I	2010	728,81	31	30
Porto Franco	PA São Raimundo	2008	2.565,73	76	75
São João do Paraíso	PA Baixa Grande/Picos	1992	4.653,00	209	100
São João do Paraíso	PA Glória	1992	1.932,33	77	71
São João do Paraíso	PA Guara Uniao	2012	1.045,12	33	33
São João do Paraíso	PA Minador	2003	1.453,06	48	48
São João do Paraíso	PA São João	2000	1.077,95	23	23

Fonte: INCRA/DATALUTA (2020). Org.: Autora (2024).

Dos 19 assentamentos apresentados no quadro acima, realizamos um recorte espacial de seis: PA Mundo Novo, PA Serafim, PA Vitória, PA Oziel Alves Pereira I, PA São Raimundo e

PA Minador. A seleção desses assentamentos foi baseada em critérios como acessibilidade, disponibilidade de comunicação e a presença de famílias que participaram ativamente do processo de criação dos assentamentos em conjunto com o MST.

A organização coletiva da luta foi um elemento fundamental para a criação e consolidação dos assentamentos, uma vez que, como mencionado anteriormente, a luta não se restringe à conquista da terra, mas visa uma transformação social mais ampla. O Entrevistado E reforça essa perspectiva ao destacar a importância de conhecer e participar ativamente do MST como um passo decisivo para a conquista de um pedaço de terra e de transformação de vida.

Eu diria para ti que **o movimento me fez pessoa, né?** Porque assim eu fico me perguntando o que seria de mim hoje, se eu não tivesse participado do processo no movimento. Porque inclusive vejo, alguns colegas meus já se foram, né? Da periferia na cidade. Família pobre, se envolveu na droga, na coisa toda. E aí eu acho que **o movimento, ele te possibilita isso, além de te desafiar, né? A pensar sobre a perspectiva de para onde você quer ir. Essa ideia da construção de uma sociedade** (Entrevistado E, 2024). (Grifos nossos).

A fala do entrevistado mencionado anteriormente reforça que a luta é pelo território, visando garantir a reprodução social, o trabalho e a vida. O território passa a ser definido antes mesmo do processo de institucionalização do Estado com a criação do Projeto de Assentamento. Por isso, retomamos um ponto da discussão apresentada na seção I, na qual destacamos que o território não é um elemento exclusivo do Estado.

O primeiro trabalho de campo da pesquisa foi realizado no PA Minador, localizado no município de São João do Paraíso, a aproximadamente 25 km da cidade, com acesso facilitado por uma estrada vicinal. No trajeto entre a cidade e o assentamento, a paisagem reafirmava os dados apresentados nas tabelas da subseção anterior, evidenciando a expansão da agropecuária, que contrastava com os babaquais, plantações de milho e bananais.

Durante o processo de constituição do assentamento, mobilizadas pelo MST, 43 famílias ocuparam a área em 2001, permanecendo acampadas até que o INCRA iniciasse as negociações para o processo de desapropriação.

Em entrevista realizada com assentada que participou desse processo desde o início, a Entrevistada B, relatou as dificuldades enfrentadas na luta pela terra, mas destacou a importância da coletividade e da organização presentes no movimento social.

O meu marido era trabalhador na fazenda, eu morava na cidade com sete filhos pequenos, aí surgiu esse acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra né? Então foi aí que **eu vi a chance de**

eu conseguir ter uma vida melhor da que eu tinha lá na cidade trabalhando na diária de faxineira. Em 7 de julho de 2001, chegamos aqui no acampamento por volta de dez e meia da noite. Quando amanheceu o dia, que eu olhei, deu vontade de voltar, ir embora. Era só mata. Mata a coisa mais linda do mundo. Mas, não tinha nada, a gente só ouvia a música dos passarinho cantando. Eu me perguntei meu Deus, o que eu estou fazendo aqui? Mas, como eu já vim eu vou ficar, e eu fiquei. **A gente foi conseguindo, foi conquistando alguma coisa aqui outra ali. Conquistamos o assentamento com um trabalho coletivo.** A gente era quarenta e oito famílias assentadas aqui nessa área. Durante o primeiro ano pra gente ter a nossa produção foi feito um trabalho coletivo. Todo mundo junto, né? A partir do segundo ano em diante que já havia demarcação da terra certinho, cada um tinha direito a sete alqueires de terra; aí já veio a construção das casas, veio a escavação do poço artesiano, o projeto pra fazer a estrada de acesso da cidade aqui que a gente não tinha. E daí pra cá já foi só melhorando. E aí eu estou aqui hoje diante de você contando a minha história. Foi sofrida? Foi. Mas hoje eu agradeço muito. **A gente conquistou o nosso espaço que a gente não tinha na sociedade.** Quando a gente não tem nada Patrícia, a gente é muito criticado. E aí eu estou aqui hoje feliz da vida. **Conseguí estudar que eu não tinha concluído nem o Ensino Fundamental. Eu consegui aqui, o Ensino Fundamental e o Médio** (Entrevistada B, 2024). (Grifos nossos).

O assentamento Minador possui uma área de 1.453,06 hectares, com capacidade para assentar 48 famílias. Segundo os dados do DATALUTA (2020), que têm como referência informações do INCRA, o assentamento estava com sua capacidade máxima de famílias assentadas. No entanto, a Entrevistada B apontou que, das 43 famílias que iniciaram o processo de ocupação, apenas 5 permanecem no assentamento. As demais famílias chegaram posteriormente, e muitas não residem permanentemente no lote ou na vila, o que resultou em um esvaziamento do assentamento. Com a saída dessas famílias, a atuação do MST diminuiu no local. Uma questão destacada pela entrevistada é que a permanência no assentamento, diante da falta de assistência, é difícil, se tornando ainda mais desafiadora para aqueles que não vivenciaram todo o processo de luta por meio da ocupação.

A Entrevistada B relatou ainda que, quando o assentamento foi oficializado e os lotes foram entregues, as famílias receberam um único crédito de aproximadamente R\$ 13 mil para a construção da moradia e investimento na produção. A ausência do INCRA, a falta de assistência técnica e a carência de políticas de crédito dificultam a produção. No entanto, apesar das dificuldades, os quintais e os lotes das famílias revelam uma diversidade produtiva que, na maioria das vezes, não é apresentada pelos dados do IBGE. Entre as produções, destacam-se a criação de animais, como bodes, gado, galinhas e porcos, e o cultivo de abóbora, macaxeira, cheiro verde, maracujá, mamão, laranja, vinagreira, pitomba e cupuaçu. As Figuras 8 e 9 ilustram essa diversidade no assentamento Minador.

Figura 8– Assentamento Minador: Criação de animais no lote M-1



Fonte: Autora (2023).

Figura 9– Assentamento Minador: Produção de culturas permanentes e temporárias no lote M-2



Fonte: Autora (2023).

O segundo campo realizado em assentamento ocorreu no PA Serafim, localizado no município de Estreito, a cerca de 35 km da área urbana. A paisagem até o assentamento, aos olhos do capital, demonstra o “desenvolvimento” no campo, caracterizado pelas monoculturas

de soja, milho e eucalipto que cercam o assentamento, juntamente com a pastagem. Entretanto, no olhar atento daqueles que compreendem a modernização conservadora, a paisagem revela a desigualdade e subordinação do campo brasileiro ao mercado internacional.

Na área de 1.326,78 hectares do assentamento, com 37 famílias assentadas, a agrobiodiversidade se faz presente, especialmente o arroz, feijão, fava, amendoim, acerola e criação de animais como patos, galinhas, codornas, porcos e gado. Algumas dessas criações de animais estão ilustradas através da Figura 10, enquanto algumas das culturas agrícolas então ilustradas através da Figura 11.

Figura 10– Assentamento Serafim: Criação de animais no lote S-1



Fonte: Autora (2023)

Durante a visita aos lotes, os assentados relataram que a maior parte de sua alimentação provém da própria produção, e o que não era produzido por eles era obtido por meio de trocas ou compras em lotes vizinhos. O assentamento Serafim possui uma associação – a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim.

Figura 11– Assentamento Serafim: Produção de arroz e outras culturas lote S-2



Fonte: Autora (2023).

O Entrevistado C, atual presidente da Associação, destacou que há duas grandes dificuldades para a produção: a falta de maquinário, como tratores, e de transporte para o escoamento da produção, principalmente no período das chuvas. A associação não dispõe de máquinas coletivas e, desde sua fundação, funciona mais como um instrumento de diálogo do que de produção coletiva, uma vez que esta é realizada de forma individualizada. Quando são usados tratores para preparar o solo para o plantio, este é cedido pela prefeitura, no entanto, o entrevistado citado aponta que as máquinas não são cedidas com frequência e a prefeitura não encaminha conforme necessidade, havendo desencontro entre a disponibilidade dos tratores e necessidade.

Alguns assentamentos, cuja produção está voltada para a bovinocultura, tiveram acesso ao Pronaf A no ano de 2019, e vendem o gado diretamente aos boiadeiros²⁵, ficando o preço da venda condicionado ao valor oferecido por eles. Em 2024, o preço da carne acumulou uma alta de 15,43%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), entretanto, o valor do gado no pasto, segundo produtores entrevistados estava em queda. A grande maioria dos assentados não teve acesso a nenhuma linha de crédito, e a produção excedente da agricultura é vendida na feira da cidade de Estreito, quando conseguem transportar os produtos.

²⁵ Os boiadeiros representam a figura do atravessador.

O terceiro assentamento estudado foi o PA Oziel Alves Pereira I, localizado no município de Porto Franco. É o menor assentamento em termos de área, com 728,81 hectares e capacidade de famílias assentadas, com 31 famílias. Entre os assentamentos analisados nesta tese, é o mais recente e o mais próximo da área urbana, situado a menos de 10 km. Assim como ocorreu nos demais casos, o assentamento Oziel Alves Pereira I foi resultado da luta do MST através da ocupação de terras, onde primeiro, fizeram um acampamento à beira da estrada e posteriormente ocuparam a área que deu origem ao assentamento.

Quando as famílias foram assentadas em 2010, receberam um único crédito no valor de R\$ 6 mil, destinado à aquisição de materiais de construção para a moradia. Não houve incentivo de crédito voltado para a produção. Uma característica comum aos assentamentos de reforma agrária analisados, presente também no PA Oziel, é a divisão da área. Além dos lotes individuais, há uma área coletiva que se transformou em uma espécie de vila, onde cada família recebeu uma parcela para a construção de suas residências. Dessa forma, a vila se tornou o local de moradia para a maioria das famílias, enquanto os lotes passaram a ser utilizados, em sua maioria, apenas para a produção.

Devido à proximidade com a cidade, os moradores do assentamento Oziel aguardam o asfaltamento das vias da vila residencial, uma demanda discutida há alguns anos entre os moradores e a prefeitura de Porto Franco. Diante das dificuldades de produção e da proximidade com o centro urbano, muitas famílias venderam parte de suas benfeitorias no lote, retornando para a cidade, ou ficando com apenas a área da residência. Atualmente, a maior concentração de pessoas no assentamento Oziel está na vila, onde a grande maioria não participou do processo inicial de ocupação. Inclusive, mesmo entre as famílias que vivenciaram todo o processo de luta, algumas dependem do trabalho assalariado na cidade, pois não vivem mais da produção no lote. Algumas famílias que permanecem apenas na vila, não produzem nenhum alimento ou têm nenhuma criação de animais, nem para a própria alimentação, nem mesmo para a venda.

As casas de alvenaria contrastam com as de pau-a-pique na vila (Figura 12), evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas famílias no acesso a crédito também para a construção das moradias. Apesar dessa reorganização no assentamento, há famílias que ainda mantêm por meio da produção, seu alimento e renda, especialmente da fabricação de farinha, alimento tradicional para os maranhenses, e do cultivo de hortaliças, como ilustrado nas Figuras 13 e 14. Vale destacar que a produção de hortaliças não é comum na região sul do Maranhão devido às condições climáticas locais, fazendo com que esses alimentos não estejam presentes diariamente na cultura alimentar.

Figura 12– Assentamento Oziel: Casas presentes na vila (área residencial do assentamento)



Fonte: Autora (2024).

Figura 13– Assentamento Oziel: Casa de farinha lote O-1



Fonte: Autora (2024).

Figura 14– Assentamento Oziel: Produção de hortaliças lote O-2



Fonte: Autora (2024).

O quarto assentamento pesquisado foi o PA Vitória, localizado no município de Estreito, a aproximadamente 25 km da cidade. Com uma área de 1.345,29 hectares, o assentamento tem capacidade para assentar 53 famílias. O PA Vitória chama a atenção não apenas por sua produtividade, mas também pelo envelhecimento das famílias assentadas, uma característica que, como veremos no próximo subitem, não se restringe a esse assentamento. No PA Vitória, os produtores rurais entrevistados têm mais de 55 anos de idade, e seus filhos já não residem mais no local. Quando questionados sobre a saída dos filhos do campo, os assentados relataram a dificuldade e a penosidade do trabalho, agravadas pela falta de acesso a maquinário. Raramente conseguem utilizar o trator da prefeitura para o preparo do solo, o que limita significativamente a produção, deixando o trabalho mais exaustivo.

A agricultura, portanto, é realizada de maneira tradicional, com as covas sendo abertas e semeadas manualmente, seguindo um sistema de rotatividade de culturas. Apesar da ausência de mecanização, na Figura 15, observa-se uma diversidade significativa nas culturas produzidas. Entre o arroz, são cultivados feijão, fava, gergelim, abóbora e milho. O saber tradicional dos assentados permite que, mesmo na ausência de assistência técnica e de tecnologias modernas, a produção seja marcada por uma pluralidade de culturas, demonstrando a resiliência do campesinato.

Figura 15– Assentamento Vitória: Diversidade de culturas produzidas no lote V-1



Fonte: Autora (2024).

O penúltimo assentamento em que realizamos nossas pesquisas de campo foi o PA São Raimundo, localizado no município de Porto Franco, a aproximadamente 28 km da cidade. Trata-se do maior assentamento estudado, com 2.565,73 hectares e capacidade para assentar 73 famílias. Apesar de estar situado no mesmo município, o assentamento São Raimundo contrasta com o Oziel, uma vez que os lotes visitados apresentam uma produção mais diversificada. O PA São Raimundo, desde 2018, possui a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Lina Costa Vale do São Raimundo, que tem enfrentado grandes desafios devido à invasão da área de reserva do assentamento. Uma demanda da Associação tem sido a mobilização de órgãos como o INCRA e o Ministério Público (MP) para a retirada das famílias invasoras. A ausência de fiscalização, sobretudo por parte do INCRA, tem facilitado a instalação de famílias na área de reserva, resultando em desmatamento e contribuindo para a dificuldade de titulação dos lotes e acesso ao Pronaf, pois o próprio INCRA não emite a titulação se há irregularidades no assentamento, assim como impede o acesso dos camponeses ao Pronaf. Conforme entrevista realizada com o presidente da Associação, a invasão da área de reserva do assentamento tem agravado os problemas já existentes e não tem encontrado apoio nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais para a resolução do problema.

Assim como ocorre em outros assentamentos, uma parte considerável das famílias que residem atualmente no local não são as mesmas que participaram do processo inicial de ocupação. No lote SR-1, por exemplo, a família atual passou a residir no lote após adquirir as benfeitorias da família originária, sendo posteriormente cadastrada como assentada. Nesse lote, assim como nos demais que visitamos durante a pesquisa, a produção é diversificada, conforme ilustrado na Figura 16. Além de ser utilizada para a alimentação, a maior parte da produção é comercializada na feira de Porto Franco, que ocorre aos domingos.

Figura 16– Assentamento São Raimundo: Produção do lote SR-1 destinada a feira de Porto Franco



Fonte: Autora (2024).

Um dos principais desafios enfrentados pelos camponeses no assentamento São Raimundo, além da questão mencionada acima, é a ausência de crédito e assistência técnica. Há alguns anos, pragas têm afetado a produção, como a do maracujá e, sem o apoio técnico necessário, a quantidade produzida diminuiu, gerando prejuízos significativos. Isso é especialmente problemático, pois todas as famílias entrevistadas no assentamento dependem majoritariamente da produção agrícola como fonte de renda.

O último trabalho de campo em assentamento realizado nesta pesquisa ocorreu no PA Mundo Novo, localizado no município de Estreito. Com capacidade para assentar 52 famílias em uma área de 1.455,60 hectares, esse assentamento se destaca pela resistência pujante contra

o avanço do agronegócio. A constituição do assentamento ocorreu após um processo de desapropriação, iniciado com a ocupação através de acampamento de famílias na área. Quando o assentamento foi criado, as famílias receberam um fomento de aproximadamente R\$ 3 mil, destinado para alimentação e aquisição de ferramentas. Somente anos depois, em 2017, algumas famílias conseguiram acessar o Pronaf.

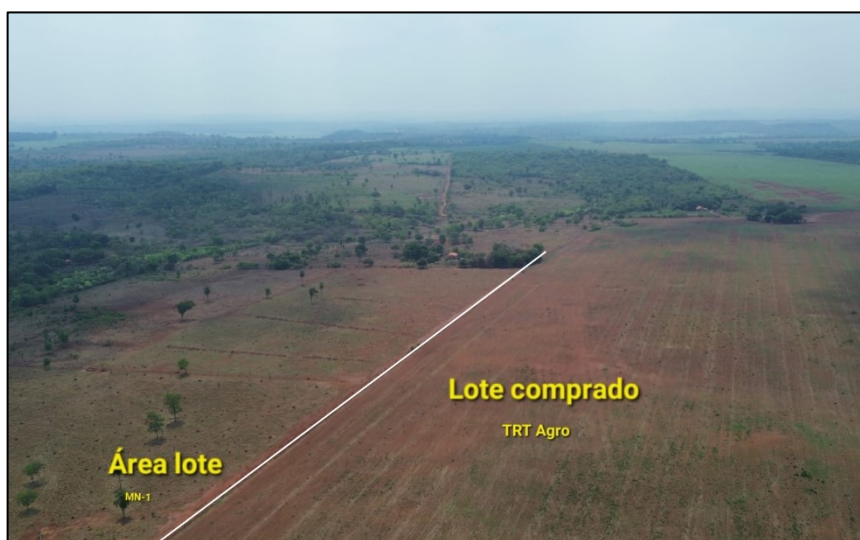
Conforme relatado pelos assentados entrevistados, a soja tem avançado no assentamento, ou seja, ela não está presente apenas nos arredores e no caminho que leva ao PA, mas dentro dos lotes. Mesmo sem a titulação definitiva dos lotes, muitos deles têm sido adquiridos pela empresa TRT Agro, cuja razão social é Almeida e Faria Ltda. Localizada em Imperatriz, a empresa tem como foco principal, segundo a plataforma Econodata, a atuação como representante comercial e agente no comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos. Como atividade secundária, a empresa desempenha funções de apoio à agricultura, atuando como representante de matérias primas agrícolas e animais vivos, além da produção de soja.

De acordo com a Entrevistada G, o processo de aquisição dos lotes começou de forma gradual. “Os associados da empresa começaram a dar uma volta no assentamento, visitando os lotes. Depois, um dos associados se aproximava e tentava sondar se o assentado estaria interessado em vender, entendeu? Foi assim que tudo começou” (Entrevistada G, 2024). A empresa oferece cerca de R\$ 50 mil por lote aos assentados, e também tem cultivado a soja em fazendas próximas aos assentamentos, mas nesses casos, o pagamento feito ao fazendeiro é mensal por meio de arrendamentos. A Entrevistada G também relatou como ocorreu a venda de parte de seu lote e os motivos que a levaram a aceitar a proposta de compra, destacando as dificuldades enfrentadas.

O seu Rafael, que é o rapaz associado, que é o produtor da soja, perguntou se eu queria vender parte do lote, eu fiz essa bobagem e acabei vendendo. Pela minha necessidade, na época eu era casada com o pai dos meus filhos, e assim, você sem condições, você entra aqui, **você faz uma dívida ali, outra aqui, tentando trabalhar na terra.** Na época que alguns acessaram o Pronaf, eu não acessei, porque eu tinha que limpar meu nome. Então, **por essa dívida, pelo meu nome estar assim, e eu, como cifrada, não podia chegar no Banco do Nordeste, fazer um crédito pra trabalhar na terra, aí eu pensei que poderia ser uma chance,** e como eu conheço a terra, sei que tem essa parte que não me favorece muita coisa, **eu vendi 5 dos 8 alqueires do lote.** Não que eu fizesse de bom grado ou porque eu quisesse. E assim, **quando você vende, você sente uma dor, porque você lutou, você correu atrás, você passou por coisas que você nem imaginava que iria passar.** Mas a necessidade do momento em si, fez com que eu sentasse com o moço e negociasse (Entrevistada G, 2024). (Grifos nossos).

A fala da Entrevistada G retrata as dificuldades da reforma agrária neste país, pois, conforme citamos anteriormente, não basta apenas assentar, é necessário dar condições de trabalho e permanência na terra. Destacamos que a venda de lotes é proibida, tendo em vista que os assentados não possuem a titulação, logo, possuem apenas a concessão da área. Assim, empresas como a TRT Agro, se aproveitam das dificuldades identificadas nos assentamentos e a ausência de fiscalização do INCRA para produzirem soja. A entrevistada mencionada destacou ainda que, para outros fazendeiros da região, a empresa paga mensalmente, fazendo o processo de arrendamento, enquanto os assentados recebem uma única parcela, produzindo nas terras pelo tempo que quiserem. Outros assentados fizeram o mesmo, venderam seus lotes para a TRT Agro, resultando num assentamento com forte presença da soja, ilustrado através da Figura 17.

Figura 17– Assentamento Mundo Novo: Contrastes entre a expansão da soja e a produção no lote MN-1



Fonte: Autora (2024).

Do lado esquerdo da figura, designado como área do lote, observa-se a casa do lote ao fundo e a área destinada à pastagem. Do lado direito, observa-se o lote comprado pela TRT Agro, que está sendo preparado para o plantio de soja. Ainda, ao fundo, no lado do “lote comprado”, é possível visualizar um campo de soja ao lado a uma área de reserva.

A Figura 20 representa a continuação do lote MN-1, destacando a área de produção agrícola e a área de reserva do lote. O Entrevistado H, assentado no lote MN-1, relata que anualmente é realizada a rotação de culturas. A área que era destinada à pastagem no ano anterior torna-se área agrícola, onde sempre é plantada uma cultura diferente. Em 2024, as culturas presentes eram macaxeira e mandioca.

Figura 18– Assentamento Mundo Novo: Continuação do lote MN-1 área de reserva e área destinada a agricultura



Fonte: Autora (2024).

O Entrevistado H chama a atenção para a dificuldade de se produzir após a chegada da soja no assentamento.

Ano passado nós plantamos arroz e feijão, mas não foi pra frente. A gente não joga veneno, nem mata mato, é tudo na força do braço que a gente tem. Mas tem o veneno da soja que acabada chegando aqui no plantio e não deixa vingar. Depois que começaram a plantar soja aí, até a terra ficou ruim. Esse ano a mandioca e a macaxeira deu pouca (Entrevistado H, 2024).

Além de dificultar a produção de diversas culturas nos assentamentos, a entrada da soja no PA Mundo Novo estimula a venda dos lotes. Conforme ilustrado na Figura 19, ao percorrer a área do assentamento, nos deparamos com placas de “vende-se”. O camponês, que se depara com a falta de assistência técnica e de políticas de créditos, têm maior dificuldade para produzir, logo, acaba se sujeitando a “venda” do lote ou parte dele como alternativa de renda.

Figura 19– Assentamento Mundo Novo: Anúncio de vendas de lotes



Fonte: Autora (2024).

Assim como discutimos no início desta subseção, a reforma agrária se apresenta como um desafio complexo. Mesmo quando realizada de maneira conservadora, sem alterar significativamente a estrutura fundiária do país, ela se configura como uma política importante, que só é concretizada a partir da organização e da luta coletiva.

O MST, assim como os sindicatos, foram uma estrutura fundamental de apoio e organização na luta pela terra no sul do Maranhão. No entanto, o avanço do agronegócio ocorre de forma significativa, buscando desarticular essa luta. Atualmente, observa-se que a presença do MST nos assentamentos estudados é bastante reduzida, uma vez que o esvaziamento das famílias que participaram do processo inicial de constituição dos assentamentos dificulta a permanência do movimento. A própria conjuntura política fez com que houvesse um esvaziamento das bases do MST

O Entrevistado E, que além de assentado integrou a direção estadual do MST no Maranhão, reforça a contradição inerente à própria política de reforma agrária. Ele destaca que, em muitos casos, essa política é utilizada como um mecanismo para silenciar a luta pela terra, em vez de promover transformações estruturais que garantam a um campo menos desigual.

O Estado brasileiro, não tem um plano de reforma agrária. Ele tem uma política de resolução de conflito. Porque se ele tivesse um plano de

reforma agrária efetivo não precisaria as famílias sem terra continuar se mobilizando, arriscar a vida para forçar o Estado brasileiro a executar a Constituição. Veja que o Maranhão tinha 1.064 projetos de assentamentos, mas que se tu olhares pra esses assentamentos, eu diria que 99% deles são o resultado da luta pela terra, da ocupação de terra como instrumento de pressão social. É preciso de um mapeamento de terras, criar um banco de terras. Nós podemos assentar muita gente. O movimento sem terra é um movimento de pressão social, mas que o Estado brasileiro usa constantemente mecanismo para esvaziar (Entrevistado E, 2024).

O processo de luta é a base da constituição do território. Apesar das contradições e dos desafios discutidos, a produção nos lotes se apresenta como uma forma de resistência, pois, mesmo diante das investidas do agronegócio, relações não capitalistas são mantidas e reproduzidas. Enquanto o agronegócio é um dos principais responsáveis pela insegurança alimentar, nossas pesquisas de campo demonstram que é por meio do campesinato que a soberania alimentar pode ser alcançada.

Na próxima subseção, apresentamos como a alimentação nos assentamentos se revela diante das problemáticas já discutidas ao longo deste trabalho, destacando a importância da produção camponesa para a garantia da segurança alimentar e territorial.

4.3 Do agronegócio à agrobiodiversidade: Os assentamentos de reforma agrária como construção da identidade cultural alimentar

Iniciamos essa subseção retomando de maneira mais centralizada um questionamento que fizemos na Seção III: A alimentação dos assentados e assentadas de reforma agrária no sul maranhense é fruto de um processo cultural que se desenvolve com o tempo, de uma escolha, ou da falta de uma escolha?

Para respondermos esse questionamento, cabe lembrar que os sistemas alimentares são múltiplos e influenciam na criação/modificação de um regime alimentar, logo, esse conjunto de fatores resultam nas identidades culturais alimentares. Dentro dessas identidades estão a produção, o modo de preparo, a forma de se alimentar e o gosto, que, por sua vez, criam o hábito.

A cultura faz surgir códigos importantes, como por exemplo, as diferentes opções de cardápios, as receitas, os hábitos, que por sua vez, se relacionam ao paladar, ao prazer relacionado às propriedades organolépticas dos alimentos e, sobretudo, ao prazer da degustação (Lima, 2015, p.59).

A alimentação é um elemento de identidade, pois define a qual grupo um indivíduo pertence, seja do ponto de vista econômico ou cultural. Lima (2015), com base em estudos realizados por Woortmann (2007), destaca que, nas dimensões sociais da comida entre os camponeses, a alimentação representa uma categoria cultural nucleante, uma vez que se articula com o trabalho e a terra. Assim, a alimentação para o campesinato também possui uma dimensão territorial.

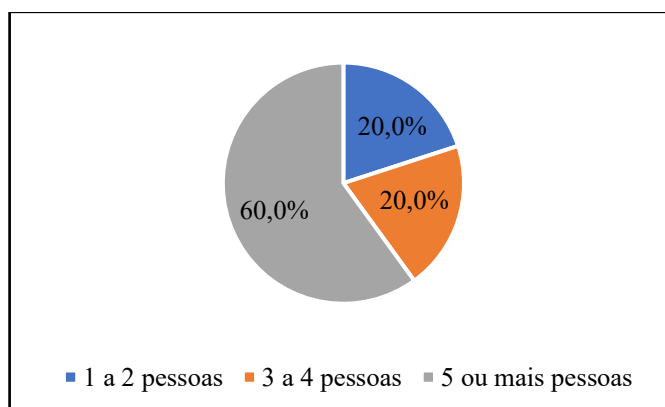
Dessa forma, a alimentação está intrinsecamente ligada à questão cultural. Como veremos a seguir, ela está relacionada à cultura desenvolvida em cada região, mas não é imutável. A cultura sofre influências e, como nos lembra Menasche (2018), têm ocorrido transformações alimentares decorrentes da globalização, que tem promovido um movimento de homogeneização da alimentação. Observa-se que o avanço do agronegócio, um dos elos do sistema alimentar de mercado, tem influenciado essas mudanças culturais.

Helman (1994) ressalta que a cultura alimentar tem um peso significativo no processo de decisão alimentar. No entanto, é possível analisar que esses reflexos também afetam as decisões que ficam cada vez mais condicionadas ao dinheiro, principalmente em famílias ou grupos em situação de insegurança alimentar.

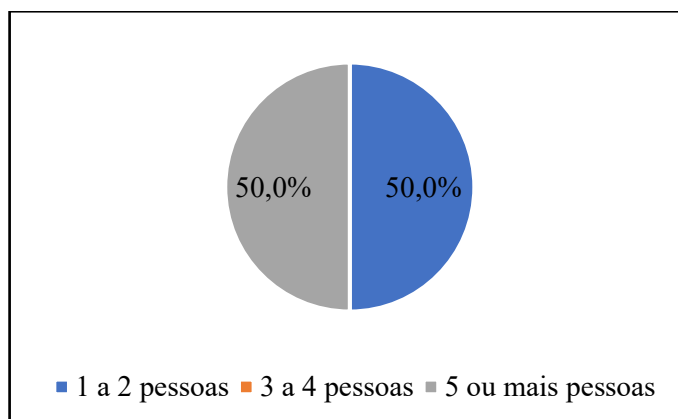
Buscamos avaliar, por meio de questionários semiestruturados, a alimentação nos assentamentos de reforma agrária estudados, considerando dois momentos. No primeiro, analisamos aspectos relacionados ao uso da terra, à renda e ao consumo da produção. No segundo momento, investigamos a percepção de insegurança alimentar das famílias e o consumo de ultraprocessados, utilizando os marcadores de consumo alimentar desenvolvidos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

O primeiro aspecto abordado, foi a quantidade de moradores no lote, cujos resultados estão apresentados nos Gráficos 15, 16, 17, 18 e 19.

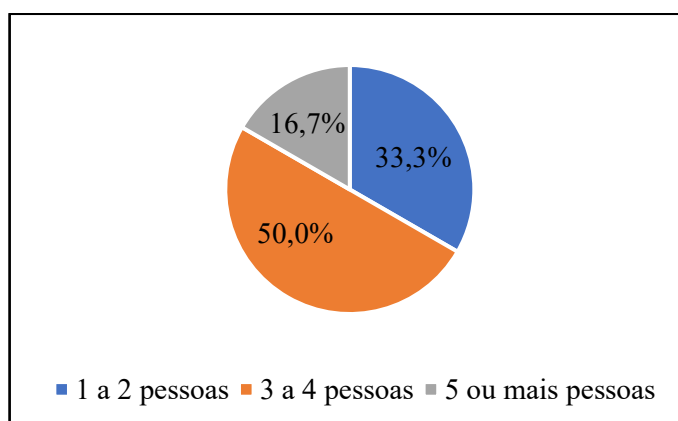
Gráfico 15– Assentamento Minador: Número de residentes no lote



Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 16– Assentamento Serafim e Vitória: Número de residentes no lote

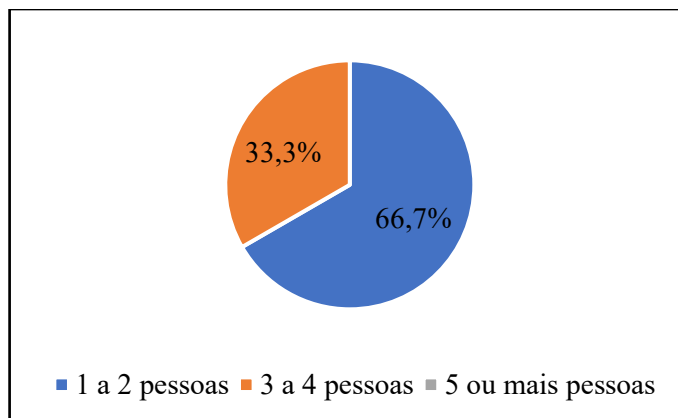
Fonte: Autora (2023, 2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 17– Assentamento Oziel: Número de residentes no lote

Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 18 – Assentamento São Raimundo: Número de residentes no lote

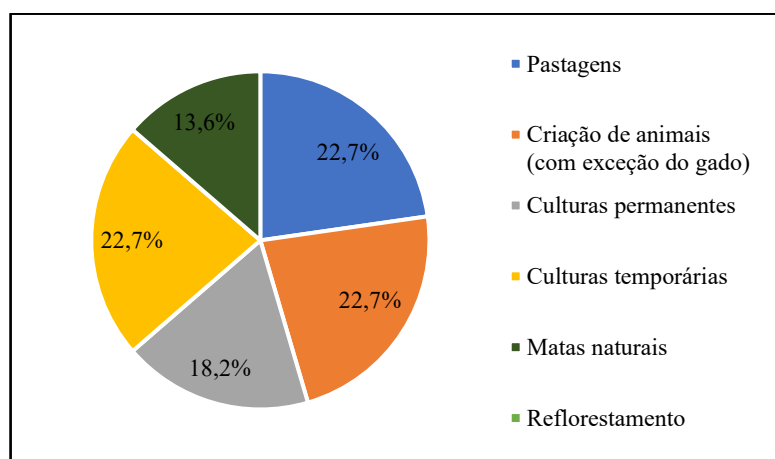
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 19– Assentamento Mundo Novo: Número de residentes no lote

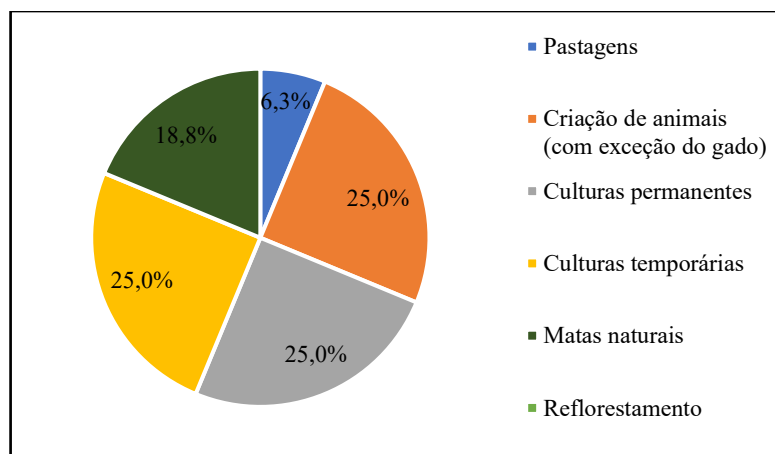
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Verifica-se que há um baixo número de famílias com cinco ou mais pessoas nos lotes pesquisados. Em todos os assentamentos, observa-se a presença de núcleos familiares com até dois membros. Esse fato pode ser atribuído ao envelhecimento da população rural, uma vez que, com o crescimento dos filhos, a maioria busca emprego e moradia fora do assentamento, não ocorrendo, portanto, uma sucessão familiar. Esse resultado também confirma os dados do Censo Agropecuário 2017 apresentados anteriormente, que evidenciam o grande número de agricultores familiares mais velhos em relação aos mais novos.

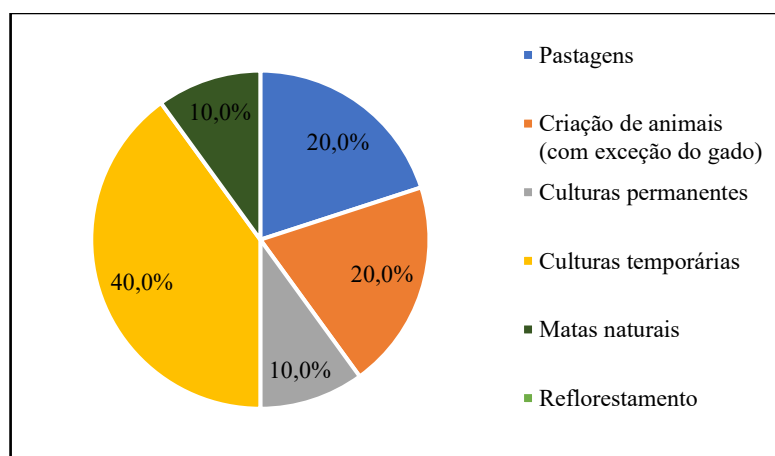
O segundo aspecto analisado refere-se à utilização do lote pelas famílias, tendo como foco o uso do solo, para investigar a existência de produção agrícola ou pecuária em todos os lotes estudados. Os dados obtidos estão apresentados nos Gráficos 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

Gráfico 20– Assentamento Minador: Uso do solo

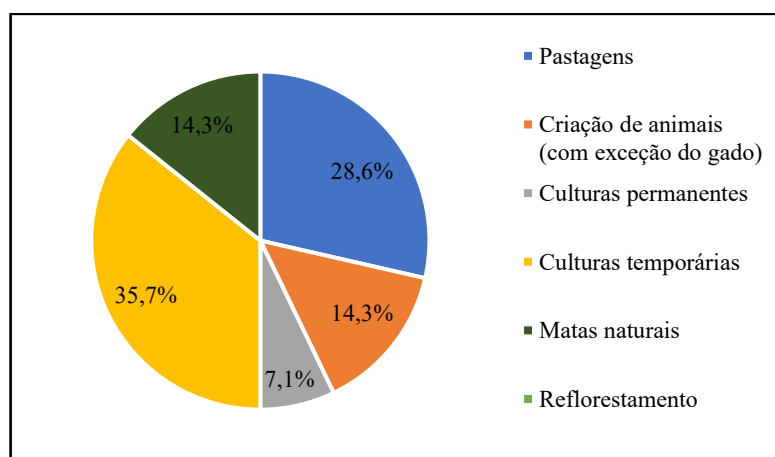
Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 21– Assentamento Serafim: Uso do solo

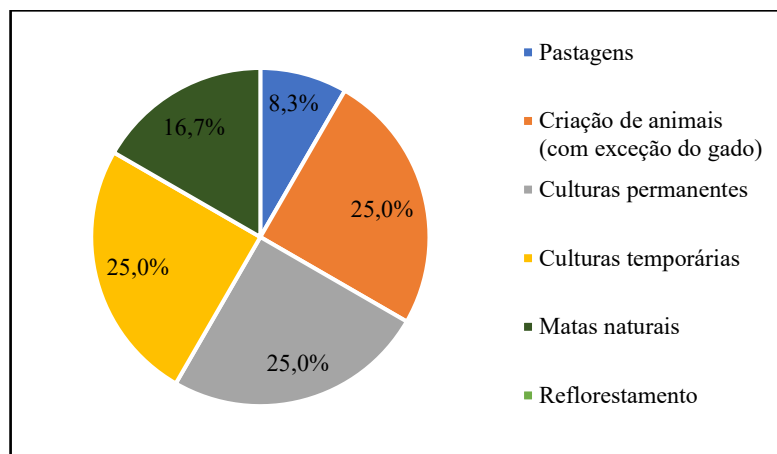
Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 22– Assentamento Oziel: Uso do solo

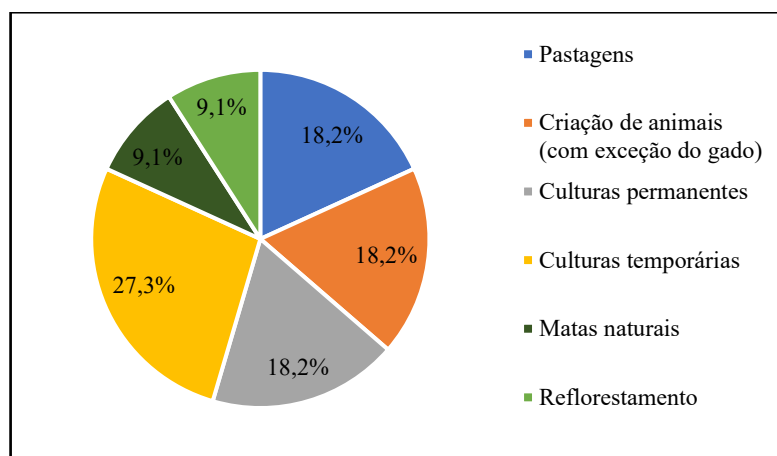
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 23– Assentamento Vitória: Uso do solo

Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 24– Assentamento São Raimundo: Uso do solo

Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 25– Assentamento Mundo Novo: Uso do solo

Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Os dados dos gráficos demonstram a diversidade produtiva nos assentamentos. As culturas temporárias e a criação de animais estão presentes de modo significativo em todos os assentamentos. Os Projetos de Assentamentos Serafim e Vitória são os que apresentam a maior quantidade de matas naturais em relação aos demais. O único assentamento com área de reflorestamento é o Mundo Novo, que também se destaca pela forte presença da soja devido a compra de lotes por empresas sojicultoras. O assentado do lote MN-1 observou que, como a soja tem cercado o lote, o reflorestamento pode ser uma alternativa para mitigar os impactos causados por ela.

Em relação à produção, buscamos analisar o acesso a crédito e a programas governamentais de incentivo à produção. Conforme evidenciado pelo Censo Agropecuário de 2017, é baixo o número de produtores rurais nos municípios estudados que acessaram políticas de financiamento. Nos assentamentos pesquisados, essa ausência é ainda mais marcante, o que reforça as dificuldades enfrentadas pelos assentados. Nos PAs Serafim, Oziel e Vitória, metade

dos entrevistados relataram já ter acessado alguma política no passado, mas não acessam mais; a outra metade afirmaram nunca ter acessado nenhuma política. Nos PAs São Raimundo e Mundo Novo, 66,7% dos entrevistados informaram já ter acessado políticas no passado, mas não as acessam atualmente, enquanto 33,3% nunca as acessaram. Dentre os assentamentos pesquisados, o PA Minador foi o único em que parte dos assentados ainda acessa políticas de financiamento em que 40% dos entrevistados acessam o Pronaf A, 40% nunca acessaram e 20% acessaram anteriormente. Quando questionados sobre o tipo de financiamento obtido anteriormente, todos indicaram o Pronaf A. Entretanto, uma das problemáticas levantadas foi a forma como a linha de crédito era disponibilizada, pois, segundo os entrevistados, o Pronaf A era destinado à bovinocultura, atividade com a qual nem todos os assentados tinham familiaridade. Nota-se, portanto, que, apesar de importante, a política é formulada e implementada de maneira verticalizada, sem considerar as particularidades dos assentamentos e o perfil dos assentados.

Outro aspecto analisado foi a adoção de práticas agroecológicas e/ou de agrofloresta. Verificou-se que 77,78% dos lotes pesquisados não produzem com base nesses princípios, enquanto 18,52% adotam práticas agroecológicas ou de agrofloresta, e 3,7% não se aplicam, como no caso do assentamento Oziel, onde alguns lotes não possuem nenhum tipo de produção. Ressalta-se que, ao questionar os assentados sobre a produção agroecológica ou de agrofloresta, foi necessário contextualizar esses conceitos, uma vez que a maioria desconhecia os termos, embora muitos já praticassem esses princípios em suas produções.

Quanto ao uso de insumos químicos, observou-se que 62% dos entrevistados não utilizam nenhum tipo de produto, como inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, acaricidas ou desfolhantes. Entre os que utilizam, a maioria mencionou o uso do "mata mato" durante o período chuvoso, justificando que, como o trabalho é realizado por uma ou duas pessoas, é difícil manter a plantação livre de ervas daninhas. Alguns assentados relataram que, com assistência técnica adequada, poderiam substituir esses produtos por alternativas naturais e que ainda não fazem pela falta de conhecimento.

Outro elemento analisado foi a mão de obra utilizada na produção. Todos os entrevistados afirmaram que a mão de obra é proveniente da família. No entanto, em alguns casos, há parcerias entre famílias de lotes vizinhos, especialmente durante o plantio e a colheita, mas sem remuneração ou pagamento de diárias.

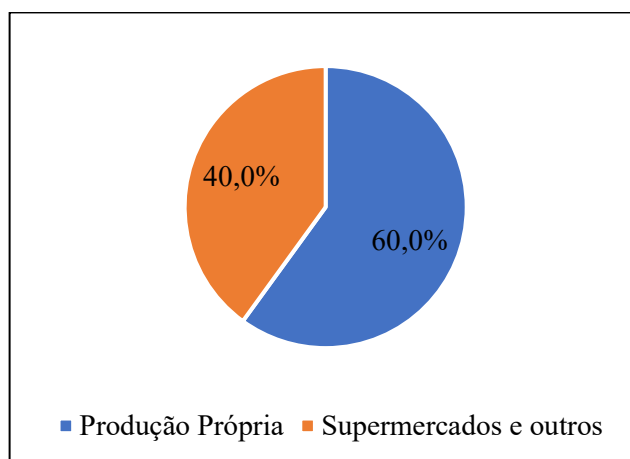
Sobre a renda familiar, os resultados variaram entre os assentamentos, embora a maioria dos entrevistados tenha afirmado que a maior parte da renda provém da produção no próprio lote. Nos PAs Minador e Mundo Novo, 60% da renda vem da produção, enquanto 40% é obtida

por meio de trabalho assalariado fora do lote. No PA Serafim, 50% da renda vem de aposentadorias, 25% da produção e 25% do trabalho assalariado. No PA Oziel, metade dos entrevistados apontam que a maior parte da renda é proveniente da produção e a outra metade do trabalho assalariado. No PA Vitória, 83,3% da renda vem de aposentadorias e 16,7% da produção no lote. Já no PA São Raimundo, todos os entrevistados afirmaram que a maior parte da renda vem da produção. Destaca-se que, mesmo nos lotes onde a maior parte da renda provém de aposentadorias, nenhum deles deixou de produzir.

Quanto ao destino da produção, os resultados também variaram. Nos PAs São Raimundo e Mundo Novo, a maior parte da produção é destinada ao consumo familiar. Nos PAs Serafim e Vitória, metade dos entrevistados destinam a maior parte da produção ao consumo, enquanto a outra metade destinam à venda. No PA Minador, 60% destinam a maior parte da produção à venda, e 40% ao consumo. No PA Oziel, 16,7% consomem a maior parte da produção, 66,7% destinam à venda, e para 16,7% a pergunta não se aplica, pois não há produção no lote.

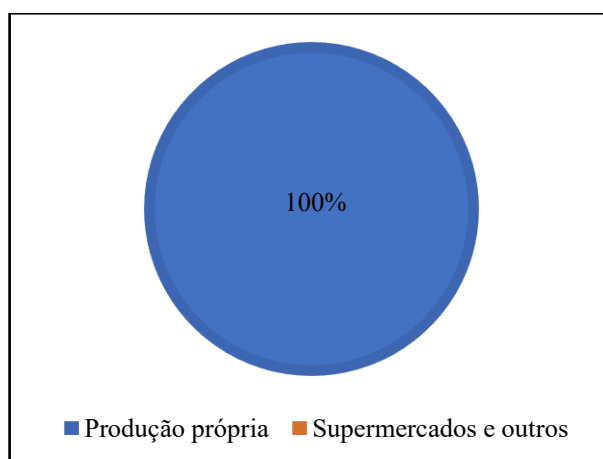
Apesar do destino da produção ser um indicativo relevante, ele não reflete necessariamente a alimentação dos assentados. Por isso, questionamos os entrevistados sobre a origem da maior parte dos alimentos que consomem. Os resultados estão apresentados nos Gráficos 26, 27, 28, 29 e 30.

Gráfico 26– Assentamento Minador: Origem dos produtos consumidos na alimentação



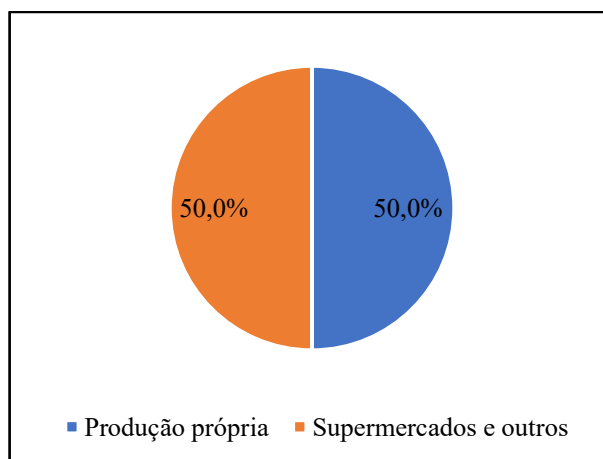
Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 27– Assentamento Serafim e São Raimundo: Origem dos produtos consumidos na alimentação



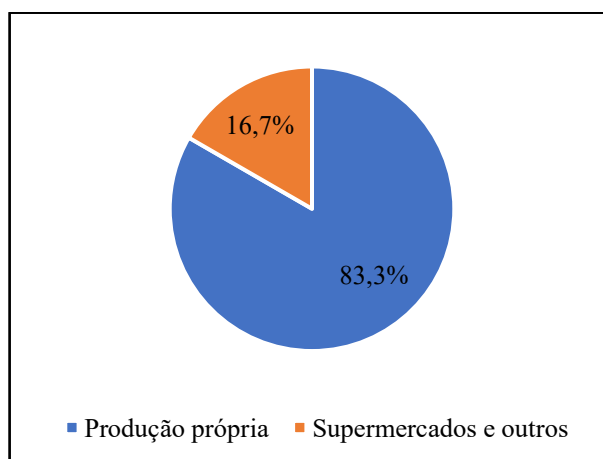
Fonte: Autora (2023, 2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 28– Assentamento Oziel: Origem dos produtos consumidos na alimentação



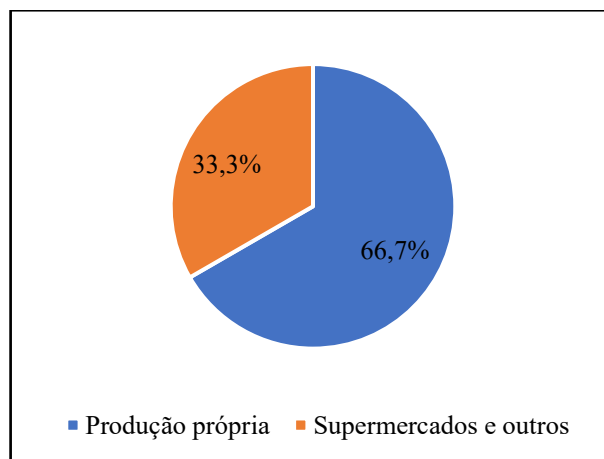
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 29– Assentamento Vitória: Origem dos produtos consumidos na alimentação



Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 30– Assentamento Mundo Novo: Origem dos produtos consumidos na alimentação



Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Na maioria dos lotes, os dados ilustram a importância da produção no assentamento para a garantia da alimentação das famílias assentadas, uma vez que, quando os assentados conseguem produzir, tornam-se menos dependentes da compra de alimentos. Nos PAs São Raimundo e Serafim, todos os entrevistados afirmaram que a maior parte de sua alimentação provém da produção. Já nos assentamentos Minador, Vitória e Mundo Novo, mais da metade dos entrevistados apresentam também que a maior parte da alimentação é derivada da produção do lote. Mais uma vez, chamamos a atenção para o assentamento Oziel, pois metade dos entrevistados apontaram que a maior parte do que consomem vêm a partir da compra de alimentos, isso revela sua fragilidade e dependência em relação à aquisição de alimentos, já que parte dos entrevistados apenas reside no lote, sem qualquer vínculo com a produção. Quando questionados sobre a compra de alimentos, a maior parte dos entrevistados que garantem a maior parte da alimentação através da produção, afirmaram que adquire no mercado apenas os itens que não conseguem produzir, como óleo, açúcar, café, sal, folhas etc.

Por fim, questionamos os assentados sobre o recebimento de auxílios que não fossem destinados à produção no assentamento. Verificou-se que 78% dos entrevistados não acessam nenhum tipo de auxílio, enquanto os outros 22% indicaram receber o Bolsa Família. Essa pergunta foi incluída no questionário para avaliar se, de alguma forma, esses programas influenciam a renda e, consequentemente, a alimentação das famílias. No entanto, constatou-se que, embora sejam fontes complementares importantes de renda, esses programas não têm impacto significativo nos assentamentos pesquisados.

Com o objetivo de avaliar a insegurança alimentar nos assentamentos pesquisados, em um segundo momento, aplicamos um questionário que buscou verificar a existência e o nível

de insegurança alimentar, bem como analisar se houve um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, o que poderia indicar uma mudança na cultura alimentar dos assentados.

Para investigar a segurança alimentar e o nível de insegurança, utilizamos o Guia de Perguntas da EBIA e a metodologia empregada para definir os pontos de corte segundo os níveis de segurança ou insegurança alimentar. A Tabela 20 apresenta a escala de pontuação utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo IBGE e por outros órgãos para categorizar a (in)segurança alimentar em nível domiciliar, com base nas respostas dos entrevistados, a qual adotamos como referência em nosso estudo.

Tabela 20: Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
SA	0	0
IL	1-5	1-3
IM	6-9	4-5
IG	10-14	6-8

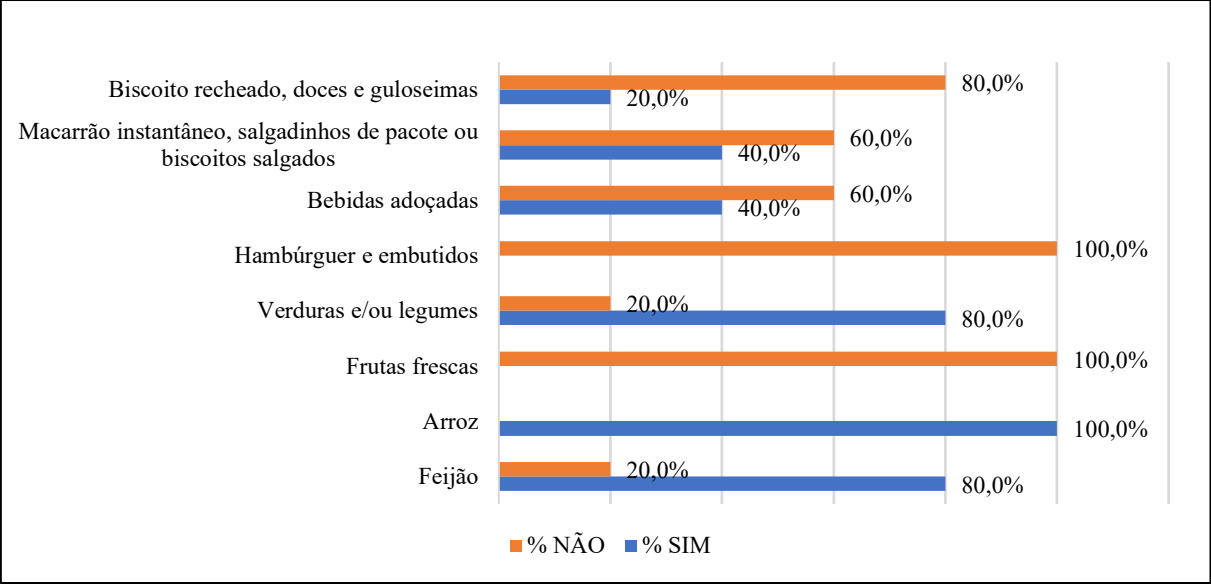
SA: Segurança Alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada;
IG: Insegurança Alimentar Grave.

Fonte: MDS, 2014.

Todos os entrevistados dos assentamentos pesquisados, com exceção do Oziel, responderam "não" para as 14 perguntas do guia que visa identificar a insegurança alimentar e seu grau. Esse resultado indica que todos os domicílios entrevistados nesses assentamentos possuem segurança alimentar. No entanto, no PA Oziel, um domicílio com moradores menores de 18 anos respondeu "sim" para quatro perguntas do guia, indicando que nesse domicílio há insegurança alimentar leve. Isso significa que há preocupação com a aquisição de alimentos e possivelmente uma redução na qualidade das refeições. Os demais cinco domicílios pesquisados apresentam segurança alimentar.

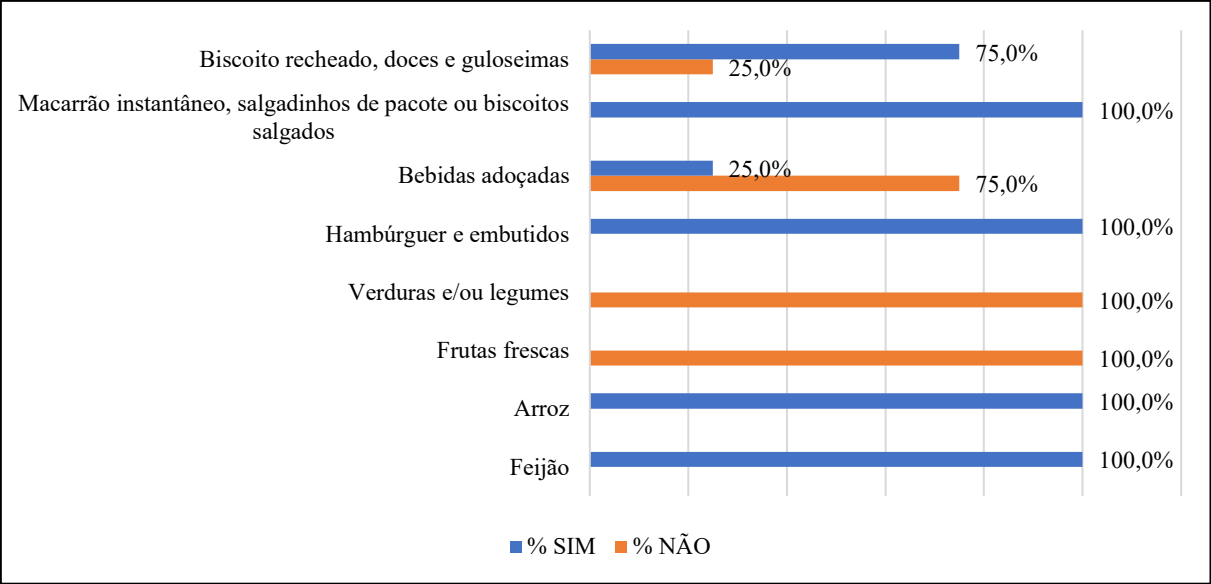
Na tentativa de investigar a qualidade das refeições, utilizamos os Marcadores de Consumo Alimentar, com questões direcionadas aos domicílios que possuíam crianças a partir de dois anos, adolescentes, adultos, gestantes e idosos, uma vez que nenhum lote pesquisado apresentava moradores com perfis diferentes desses. Os resultados estão apresentados nos Gráficos 31, 32, 33, 34, 35 e 36.

Gráfico 31– Assentamento Minador: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



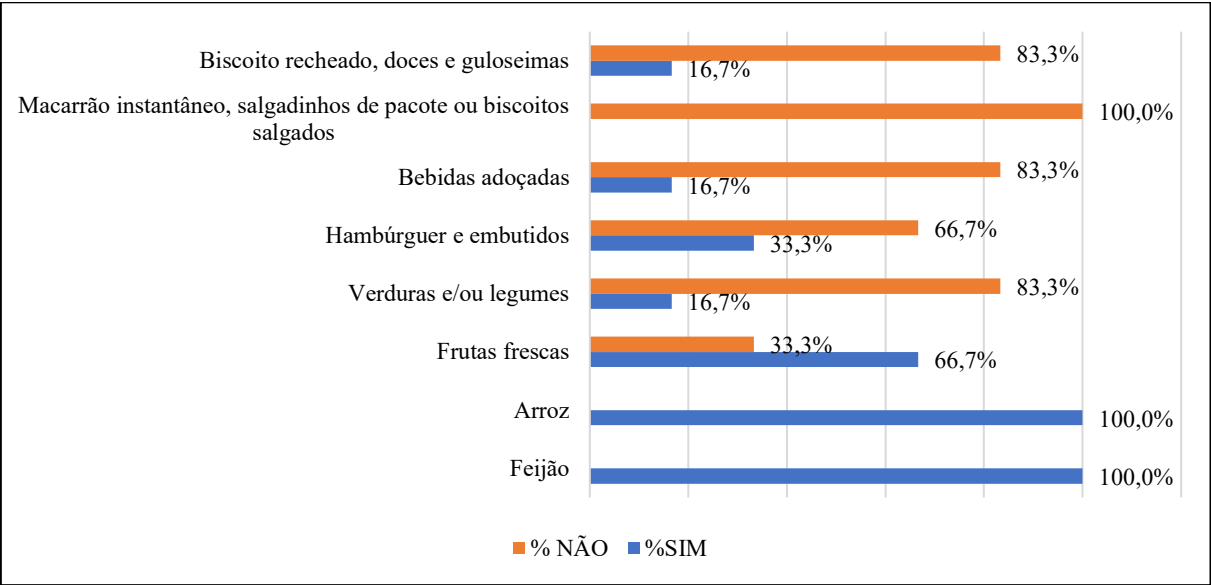
Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 32– Assentamento Serafim: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



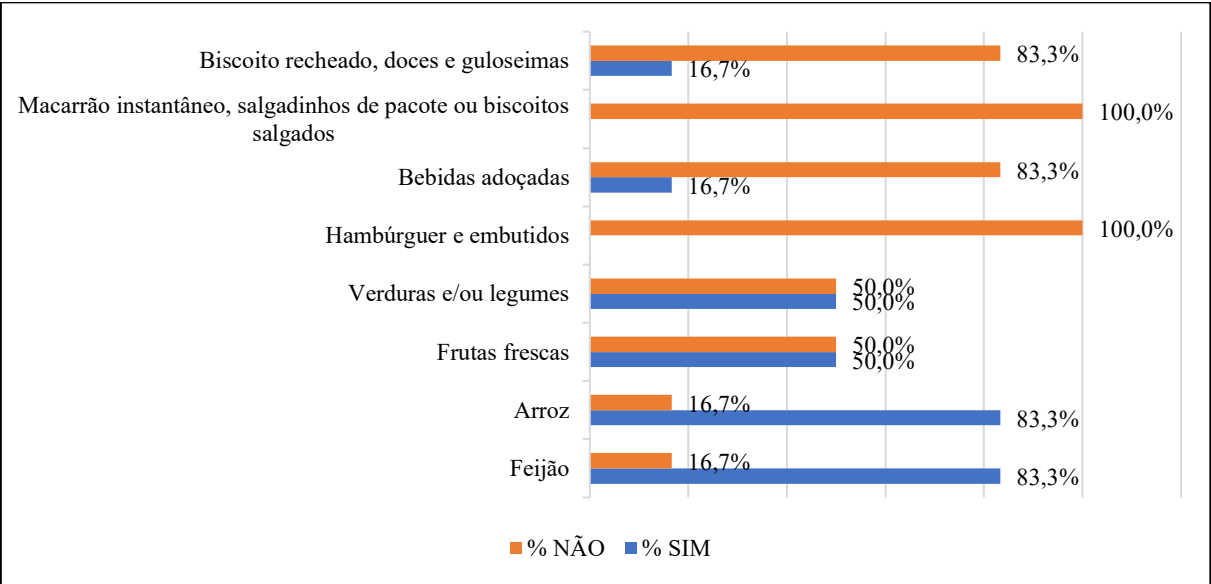
Fonte: Autora (2023). Org.: Autora (2024).

Gráfico 33– Assentamento Oziel: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



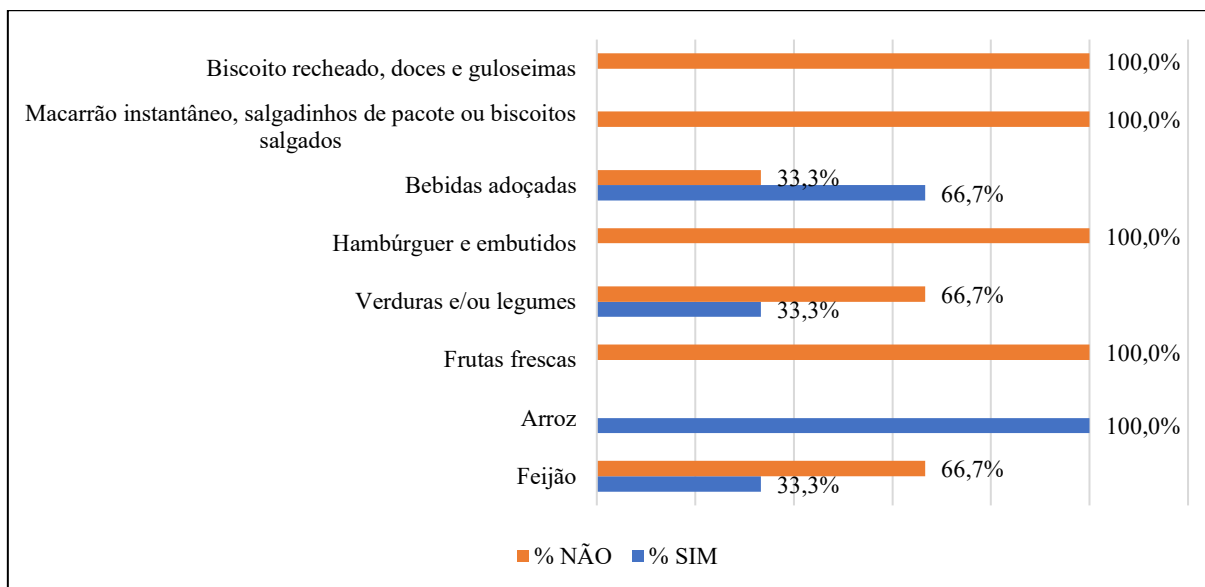
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 34– Assentamento Vitória: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



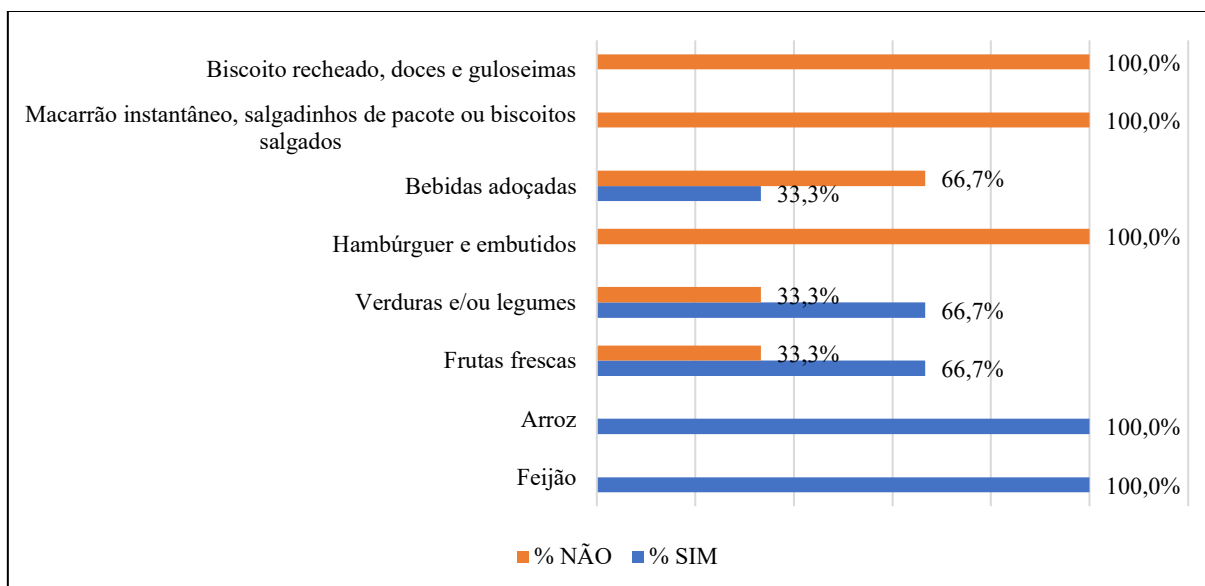
Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 35– Assentamento São Raimundo: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

Gráfico 36– Assentamento Mundo Novo: Resultados dos marcadores de consumo alimentar



Fonte: Autora (2024). Org.: Autora (2024).

As perguntas dos Marcadores de Consumo Alimentar referem-se à alimentação do entrevistado no dia anterior, com foco no consumo de alimentos *in natura* (feijão, arroz, frutas frescas e verduras e/ou legumes) e ultraprocessados (os demais itens apresentados nos gráficos). Em todos os assentamentos, verificou-se o consumo de arroz, onde 5 dos 6 assentamentos

pesquisados, todos os entrevistados comeram arroz no dia anterior, reforçando não apenas a centralidade desse alimento na cultura alimentar brasileira, mas também no Maranhão, afinal, o arroz faz parte da identidade alimentar do maranhense. A ausência do consumo de feijão foi observada em parte dos lotes pesquisados, embora poucos entrevistados tenham declarado não consumir o grão. Alguns assentados justificaram a ausência do feijão pelo consumo de fava, outro alimento tradicional na região sul maranhense. O consumo de frutas frescas foi ainda menos frequente do que o de feijão. Nos assentamentos Minador, Serafim e São Raimundo, nenhum dos entrevistados havia consumido frutas frescas no dia anterior. Ressalta-se que as frutas são muito consumidas também nas formas de suco, sendo que, frutas regionais como o bacuri e o cupuaçu, nas épocas de colheita dos frutos, acaba-se retirando a poupa e congelando, desta forma, podem consumir o suco do fruto no decorrer do ano. Além disso, uma parcela considerável dos entrevistados não consumiu legumes. Observa-se que, nessa pergunta, a categoria "legumes" exclui alimentos como abóbora, macaxeira/mandioca e inhame, que, embora estejam bastante presentes na cultura alimentar maranhense, não foram considerados devidos os critérios metodológicos usados pelos marcadores. Conforme indicado por alguns dos assentados no PA Vitória, a produção de inhame do assentamento há cerca de 5 anos atrás era tão significativa que culminava na “festa do inhame.”

Ao analisar o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, como hambúrgueres, embutidos, bebidas adoçadas, guloseimas e salgadinhos, constatou-se que um baixo consumo, especialmente no caso de hambúrgueres e embutidos. Observou-se em campo que, nos lotes com crianças, o consumo de bebidas adoçadas e guloseimas era mais frequente do que aqueles onde residiam apenas adultos.

Os dados revelam que os ultraprocessados ainda não ocupam um espaço significativo na alimentação dos assentados e assentadas, mesmo sendo uma tendência na dieta das famílias, sobretudo as de menor renda. A produção de alimentos nos assentamentos não apenas garante a segurança alimentar, como também pode explicar a baixa presença de ultraprocessados na dieta, já que a maioria dos entrevistados não depende exclusivamente da compra de alimentos.

Consideramos que, mesmo com o avanço do agronegócio, que tem provocado a desterritorialização e dificultado a produção nos assentamentos e, de uma política de reforma agrária que não promove integralmente a transformação social, a resistência nesses espaços mantém viva a cultura e a identidade alimentar.

No entanto, verifica-se que aqueles que não conseguem produzir tornam-se mais vulneráveis ao mercado, à insegurança alimentar e ao aumento no consumo de ultraprocessados. Dessa forma, concordamos com Lody (2008) quando o autor afirma que “nenhum alimento que

entra em nossas bocas é neutro”. Primeiro, porque o alimento faz parte de um processo cultural, resultante do trabalho, da luta e da resistência. Além disso, há o fator da escolha – ou da ausência dela –, uma vez que, o alimento ao ser transformado em mercadoria, torna-se cada vez mais dependente do dinheiro.

CONCLUSÕES

A fome é uma questão de mercado, não mais de produção. No entanto, o avanço do agronegócio, ao se territorializar, tem desterritorializado camponeses, principais produtores da maior parte dos alimentos que consumimos. Consequentemente, observa-se uma redução na disponibilidade de alimentos, especialmente os regionais, que integram circuitos curtos de produção e comercialização. A produção capitalista condiciona um número cada vez mais restrito de culturas, transformadas em *commodities*, como soja, milho, eucalipto e carnes, que se integram a um sistema de mercado que reduz progressivamente a biodiversidade em função de seus extensos circuitos de mercadorias. Dessa forma, a alimentação torna-se menos variada e cada vez mais dependente de produtos ultraprocessados.

É fundamental compreender a conexão entre o mercado internacional, que impulsiona o avanço do agronegócio, e a incorporação crescente de terras, resultando em desmatamento e desterritorialização do campesinato. Esse processo reduz a biodiversidade alimentar, uma vez que os alimentos passam a percorrer distâncias cada vez maiores, utilizando-se predominantemente de *commodities* cultivadas com sementes transgênicas para fomentar a indústria de ultraprocessados. O resultado é a fome, tanto em seu sentido de ausência de alimentos quanto na forma de "fome oculta", conceito proposto por Josué de Castro, em que a ingestão de produtos ultraprocessados, pobres em nutrientes, provoca deficiências alimentares e diversas doenças.

Esse sistema é mantido e ampliado por políticas neoliberais em curso, que promovem mudanças no espaço agrário, onde o uso do território tem como única finalidade a reprodução de capital. Nesse contexto, a alimentação perde seu caráter cultural e social, e, consequentemente, a comensalidade.

Ao analisarmos os assentamentos de reforma agrária no sul maranhense, encontramos os impactos dessas questões globais, que afetam significativamente o local. Nosso recorte espacial de estudo insere-se numa região do agronegócio altamente especializada, o MATOPIBA, que se integra ao mercado internacional, produzindo especialmente grãos e eucalipto. Neste contexto, esse modelo de produção ganha cada vez mais espaço, tanto nas áreas cultivadas quanto nas mídias, perpetuando a concentração fundiária, fruto do latifúndio e da pecuária bovina, uma das primeiras formas de ocupação extensiva na região sul maranhense. Observa-se que o sul do Maranhão também adentra num emaranhado de redes de redução da biodiversidade, fruto não apenas do desmatamento, mas do uso de sementes transgênicas que carregam consigo todo o pacote de agrotóxicos, contaminando solos, águas e ar, provocando

uma drástica mudança na cadeia biológica. O agronegócio reduz a biodiversidade também porque a produção monocultora avança sobre áreas destinadas à produção de alimentos. Conforme elucidamos, enquanto a área cultivada de soja, milho e eucalipto tem se expandido nos municípios de Estreito, Porto Franco e São João do Paraíso, a produção de culturas alimentares como arroz, feijão e macaxeira teve suas áreas reduzidas, pois não são culturas de grande interesse do mercado internacional.

A concentração fundiária é também um processo de desterritorialização, que ocorre de maneira direta e indireta nos assentamentos de reforma agrária estudados. Diretamente, através da compra de terras, que provoca a saída dos camponeses, como ocorre no PA Mundo Novo. Indiretamente, quando há um aumento nos preços de materiais agrícolas, ração e outros insumos, provocados pela expansão do agronegócio, esse aumento tem impacto direto na produção dos assentamentos. Para o agronegócio, o aumento do preço do arame para cercas ou da ração para o gado não é significativo, mas para o camponês, esses elementos são determinantes para continuar produzindo. Além disso, de forma indireta, o cercamento das monoculturas em territórios do campesinato, também como ocorre no assentamento Mundo Novo, faz com que os assentados percam parte de sua produção e a reduzam cada vez mais, devido ao desequilíbrio ambiental que afeta a fertilidade do solo.

Além dos camponeses estarem inseridos numa região de fronteira agrícola, as políticas agrárias e agrícolas do país resultam em uma reforma agrária conservadora. A falta de assistência técnica, mecanização, fiscalização e linhas de crédito também colaboram para inviabilizar a produção e a permanência das famílias assentadas no lote. O INCRA, bem como outros órgãos municipais e estaduais, mostra-se omissos dentro desses assentamentos logo após sua constituição, facilitando o aumento de irregularidades, como a invasão de terceiros, como vem ocorrendo no PA São Raimundo, e a venda de lotes. Essas irregularidades, provocadas por um conjunto de fatores, impedem o acesso já difícil a linhas de financiamento como o Pronaf. Além disso, esses financiamentos determinam a produção a ser desenvolvida no lote, o que acaba não atendendo à pluralidade existente nesses assentamentos.

Esse conjunto de fatores reflete ainda no envelhecimento da população rural, pois, devido às adversidades enfrentadas nesses assentamentos, há uma dificuldade de sucessão familiar. A baixa escolarização também impede os assentados de acessar diversas políticas, pois não conseguem lidar com os processos burocráticos necessários.

Os assentamentos pesquisados refletem a importância da análise local, pois, apesar do processo de globalização se apresentar na região, com um agronegócio moderno e a atuação de empresas nacionais e estrangeiras que se integram à economia de mercado internacional, é

necessário olhar para as relações que se desenvolvem localmente. Os assentamentos de reforma agrária, embora influenciados por essa economia globalizada, não estão integrados a ela.

No entanto, em oposição a esse sistema avassalador e excludente, emergem núcleos de resistência que assumem estratégias de luta, criando sistemas alternativos capazes de produzir fora da lógica de mercado, utilizando o território como espaço de produção da sociobiodiversidade. Esses núcleos de resistência manifestam-se por meio de diferentes sujeitos, que, nesta tese, se expressam a partir do campesinato territorializado nos assentamentos de reforma agrária no sul do Maranhão. Apesar dos desafios enfrentados, que culminam em conflitos diretos e indiretos com o agronegócio, esses grupos demonstram resiliência por meio de territórios que alimentam. Os quintais e lotes da maior parte das famílias entrevistadas nos assentamentos Minador, Serafim, Oziel, Vitória, São Raimundo e Mundo Novo revelam a diversidade e particularidades presentes na região, entre os pés de bacuri, pitomba, babaçu, buriti, acerola, entre galinhas, porcos, bodes, patos, vacas e bois, e cultivos de milho, arroz, feijão, fava, abóbora, macaxeira, inhame, gergelim e outros. Se ainda é possível encontrarmos nas feiras, como em Porto Franco, por exemplo, uma variedade de alimentos, principalmente os "atípicos" em relação aos presentes em mercados tradicionais, é porque esses territórios não apenas produzem alimentos, mas também geram uma biodiversidade cultural e social. O sistema criado pelo campesinato encurta as cadeias produtivas, os alimentos percorrem distâncias menores, e os valores sociais entre camponeses e consumidores estruturam as dinâmicas de funcionamento do sistema.

São as lutas, como as do campesinato no sul maranhense, que refletem a reforma agrária popular capaz de se apresentar como estratégica para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, provocadas pelas contradições do sistema capitalista. O campesinato é uma categoria social e política que se cria e recria a partir das condições impostas a ela. A fala da Entrevistada H revela como o camponês, mesmo sem a terra institucionalizada como propriedade privada, é capaz de se territorializar.

Eu nasci e me criei no sertão, em sítios e chácaras. Não era da gente, mas a mãe passava a cuidar, né? Mas o contato com a roça foi sempre, desde que eu me entendo por gente. A gente fazia roça de arroz, de feijão, de milho, de fava. Tinha uma arborização de frutas muito grande, né? E era muito legal o período de fruta, o período de colheita. Era uma festa lá em casa. Meus tios vinham, minhas tias vinham, os primos, e a gente tinha tudo: criação de porco, galinha. Era muito bom (Entrevistada H, 2024).

Dessa forma, apesar de grande parte das políticas públicas que envolvem direta ou indiretamente a alimentação no Brasil e no mundo estarem alicerçadas em preceitos neoliberais,

sendo executadas para excluir, e não para integrar, os sujeitos que não se reproduzem na lógica capitalista, a luta coletiva se torna imprescindível para pressionar o Estado e utilizar suas estruturas para garantir a reprodução social desses grupos. Além disso, os sujeitos de nossa pesquisa evidenciam que há um modelo de produção que foge à lógica do agronegócio e que é capaz de garantir uma produção saudável e acessível a todos.

Portanto, consideramos que a maior parte dos assentamentos alcança a soberania alimentar, evidenciada em suas práticas de produção, alimentação e cultura. Acreditamos que o combate à fome e à insegurança alimentar não se efetivará enquanto as políticas forem pensadas e executadas em uma lógica de mercado. Dessa forma, nossa pesquisa, ao trazer os assentamentos de reforma agrária da mesorregião sul maranhense, abre espaço para um olhar através do local, reafirmando suas potencialidades, que, por vezes, são escondidas pelo processo avassalador do agronegócio. Ainda, contribuímos para as pesquisas, ainda tímidas, nesta região, abrindo caminhos para a ampliação das discussões dentro e fora da academia sobre a alimentação do camponês e a alimentação produzida pelo camponês, mas que ultrapassa o seu núcleo familiar, de modo a pensar suas diferentes culturas e seu processo de comensalidade.

Por fim, demonstramos nesta tese que comer é revelar-se, pois a alimentação constitui um campo de disputas históricas, aqui representadas pela contraposição entre o campesinato e o agronegócio. Os territórios de reforma agrária no sul do Maranhão não apenas alimentam as famílias do campo e da cidade no sentido biológico. Eles também fortalecem a resistência contra um modelo hegemônico, que promove monoculturas não só na agricultura, mas também na mente, nas identidades culturais e na perpetuação da fome. Além disso, esses territórios nutrem a esperança – ou, como bem destacou o Entrevistado E, a esperança no sentido do verbo "esperançar", que é capaz de impulsionar a luta por uma reforma agrária popular. Uma reforma que valoriza a agrobiodiversidade, presente na alimentação, no trabalho e na identidade dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

- ABAG. **Abertas as inscrições para o Programa Educacional “Agronegócio na Escola” – Etapa Digital 2021**. Disponível em: <https://abag.com.br/abertas-as-inscricoes-para-o-programa-educacional-agronegocio-na-escola-etapa-digital-2021/>. Acesso em: julho de 2023.
- ACT – Promoção da Saúde. **Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação**, 2022.
- ACT - Promoção da Saúde. **Ultraprocessados: doenças, mortes e custos para o Brasil**. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/ultraprocessados-doencas-mortes-e-custos-para-o-brasil/19764/>. Acesso em novembro de 2024.
- AGRIANUAL 2015: **anuário da agricultura brasileira (2015)**; São Paulo: Informa Economics South America/FNP.
- ALVES, V. E. L.; NÓBREGA, M. L. C. Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na região Tocantina Maranhense. **Espaço & Geografia, Brasília**, v. 21, n. 1, p. 3-43, 2018.
<https://doi.org/10.26512/2236-56562018e40119>
- ANDRADE, M. C. de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: Território: globalização e fragmentação, 4ª ed., p. 213-220, 1998.
- ARAÚJO, H. de F. A. **Estado e movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ARNAIZ, M. G. **Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar. direção a uma Nova Ordem Alimentar**. In: CANESQUI, A.M., GARCIA, R.W.D., orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85-7541-055-5.
<https://doi.org/10.7476/9788575413876.0009>
- ARRUDA, B. K. G. **Geografia da fome: da lógica regional à universalidade**. Cad Saúde Pública. 1997; 13: 545-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300031>
- ARRUDA, B. K. G. de; ARRUDA, I. K. G. de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista brasileira de saúde materno infantil**, v. 7, p. 319-326, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292007000300011>.
- Atlas do Agronegócio. **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- BELIK, W. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Ibirapitanga/iCS/Imaflora, 2020.
- BENATTI, J. H. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** In: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Org.) Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA; Ed. Gráfica Supercores, 1997, pp. 79-105.

BLEIL, S. I. **O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil**. Cadernos de Debate, v. 6, n. 1, p. 1-25, 1998.

BORTOLIN, B. C.; SOUZA, J. G. de. Território e poder: sistema, constructo e alienação territorial. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, p. 44-61, 2020.
<https://doi.org/10.14393/RCG0058467>

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Edições Graal, 1981.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento – Institucional**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.936 de 05 de março de 2024**. Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Brasília, 5 de março de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

BRASIL. **Decreto Nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Brasília, 12 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

BRASIL. **Decreto Nº 807, de 22 de abril de 1993**. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 132, DE 2023**. Altera o Sistema Tributário Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/12/2023.

BRASIL. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha.- Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

BRASIL. **Lei N. 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

BRASIL. **Lei N. 5.829, de 30 de novembro de 1972**. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

BRASIL. **Lei N. 8.029, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 12 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 15 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 1º de janeiro de 2019; 198 o da Independência e 131 o da República.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alimentação saudável está cada vez mais cara e distante da mesa dos brasileiros.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/alimentacao-saudavel-esta-cada-vez-mais-cara-e-distante-da-mesa-dos-brasileiros/>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRUGNERA, J. V.; DALCHIAVON, F. C. Modal ferroviário e escoamento de soja no MATOPIBA. **Revista IPecege**, v. 3, n. 4, p. 48-56, 2017. <https://doi.org/10.22167/r.ipecege.2017.4.48>

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Dados sobre agrotóxicos.** Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrotoxicos/>. Acesso em julho de 2023.

CANAL RURAL. **Governo federal edita decreto para desenvolvimento do MATOPIBA.** Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/governo-federal-edita-decreto-para-desenvolvimento-do-matopiba/>. Acesso em: agosto de 2024.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

CASTILHO, D.; ARRAIS, T. A. A Ferrovia Norte-Sul e a economia regional do centro-norte do Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 209-228, 2017. <https://doi.org/10.14393/SN-v29n2-2017-2>

CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, n. 03, p. 21-27, 2007. <https://doi.org/10.5418/RA2007.0303.0003>

CASTILLO, R.; BOTELHO, A. C. Agronegócio globalizado no MATOPIBA maranhense: análise da especialização regional produtiva da soja. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 21, 2021. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.19325>

CASTRO, J. **Geografia da fome.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & natureza**, v. 23, p. 115-125, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000100010>

CESTE. **Quem somos.** Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/institucional.html>. Acesso em: fevereiro de 2025.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CLAUDE, R. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática SA, 1993.

CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.): **Território: Globalização e fragmentação** São Paulo: Hucitec/Anpur, 4ª ed, 1998.

CPT. **Caderno de Conflitos no campo Brasil 2003**. Centro de documentação Dom Tomas Balduino, Goiânia: CPT Nacional.

CPT. **Caderno de Conflitos no campo Brasil 2023**. Centro de documentação Dom Tomas Balduino, Goiânia: CPT Nacional.

CTI. **Programa Timbira**. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/programa/timbira/>. Acesso em: setembro de 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DATALUTA, REDE. **Relatório Dataluta**: Brasil 2017. Presidente Prudente: NERA, 2018.

DATALUTA, REDE. **Relatório Dataluta**: Brasil 2020. Presidente Prudente: NERA, 2020.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.

DIPLOMATIQUE. **O agro quer ser pop nas escolas ou da arte de esconder o óbvio**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-agro-quer-ser-pop-nas-escolas-ou-da-arte-de-esconder-o-obvio-agronegocio-nas-escolas/>. Acesso em: julho de 2023.

Econodata. **TRT Agro**. Disponível em: <https://econodata.com.br/quem-somos/>. Acesso em: dezembro de 2024.

EL PAÍS. **A quinoa chega à NASA, mas se afasta dos consumidores andinos**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/20/internacional/1387556136_894594.html. Acesso em: novembro de 2024.

EMBRAPA. **Conservação da Biodiversidade do Estado do Maranhão**: Cenário Atual em Dados Geoespaciais. Documentos / Embrapa Meio Ambiente, ISSN 1516-4691, Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2016.

FANZO, J.; DAVIS, C. Global food systems, diets, and nutrition: linking science, economics, and policy. [S.l.]: **Palgrave Macmillan**, 2021. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-72763-5>

FAO. Níveis de fome seguem persistentemente altos por três anos consecutivos, enquanto as crises globais se aprofundam: **Relatório da ONU**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1707863/>. Acesso em: Outubro de 2024.

FEITOSA, A. C. **Relevo do Estado do Maranhão: uma nova proposta de classificação topomorfológica**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA; REGIONAL CONFERENCE ON GEOMORPHOLOGY. 2006. p. 1-11.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e o capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, 2006. <https://doi.org/10.14393/RCT1211793>

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (doutorado), Unesp Presidente Prudente, 214f., 2011.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, ano, v. 9, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FIX, M.; PAULANI, L. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 638-657, 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>

FREDERICO, S. **Território, Capital Financeiro e Agricultura Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro**. Relatório Final Pós-Doutorado (dezembro de 2015 a julho de 2016), Instituto de Geociências e Ciências Exatas UNESP – Rio Claro, 2016.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i8p73-98>

GLOBAL HUNGER INDEX. **Brasil**. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/brazil.html>. Acesso em: novembro de 2024.

GOODMAN, D.; WATTS, M. (org.). **Globalizing food: agrarian questions and global restructuring**. London: Routledge, 1997.

Governo Federal. **Formulário de marcadores de consumo alimentar**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/vigilancia-alimentar-e-nutricional/publicacoes/documentos-sisvan-web/ficha_marcadores_alimentar.pdf/view. Acesso em: março de 2023.

Governo Federal. **Decreto Nº 2.445, de 15 de dezembro de 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.445-de-15-de-dezembro-de-2022-451155245>. Acesso em: fevereiro de 2025.

Governo Federal. **Presidente inaugura Ferrovia Norte-Sul, que impulsiona desenvolvimento do interior**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/06/presidente-inaugura-ferrovia-norte-sul-que-impulsiona-desenvolvimento-do-interior>. Acesso em: agosto de 2023.

Governo Federal. **Rodovia Belém-Brasília**. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/assista-um-filme/341-rodovia-belem-brasil.html>. Acesso em: agosto de 2023.

Governo do Maranhão. **Estreito**. Disponível em: <https://estreito.ma.gov.br/estreito-ma/>. Acesso em: janeiro de 2025.

Governo do Maranhão. **Governo do Maranhão investe em melhorias para os Parques Industriais de Imperatriz e Porto Franco**. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-maranhao-investe-em-melhorias-para-os-parques-industriais-de-imperatriz-e-porto-franco#:~:text=O%20DIAPF%20foi%20criado%20com,e%20beneficiamento%20de%20produtos%20agr%C3%ADcolas>. Acesso em: agosto de 2024.

Governo do Maranhão. **Porto Franco**. Disponível em: <https://www.portofranco.ma.gov.br/aspectos>. Acesso em: janeiro de 2025.

Governo do Maranhão. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <https://sedes.ma.gov.br/servicos/restaurantes-populares>. Acesso em: setembro de 2024.

Governo Maranhão. **Comitiva do Governo do Maranhão faz visita institucional à fábrica da cerveja Magnífica, em São Luís**. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/comitiva-do-governo-do-maranhao-faz-visita-institucional-a-fabrica-da-cerveja-magnifica-em-sao-luis>. Acesso em: novembro de 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** -vol. 5. Editora José Olympio, 2017.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.917.a13531>

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, 1992.

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. 2.ed. Tradução: Eliane Mussmich. Porto Alegre: Artes Medicas, 1994. 333 p.

HENIG, E. V. Políticas sociais, Estado e a reforma agrária pós-constituição de 1988. **Revista Videre**, v. 10, n. 19, p. 323-349, 2018. <https://doi.org/10.30612/videre.v10i19.7444>

IBGE Cidades. **Estreito-MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/estreito/pesquisa/38/46996>. Acesso em: janeiro de 2025.

IBGE Cidades. **Porto Franco-MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-franco/panorama>. Acesso em: janeiro de 2025.

IBGE Cidades. **São João do Paraíso-MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-do-paraíso/panorama>. Acesso em: janeiro de 2025.

IBGE. **Panorama cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: agosto de 2023.

IBGE. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuários-cai-8-8>. Acesso em: julho de 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. **Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/53_Mesorregiao%20e%20Microrregiao%20Geograficas.pdf. Acesso em: fevereiro de 2025.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=2109007>. Disponível em: janeiro de 2025.

IBGE. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=7%2C8%25\).-,%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20domic%C3%ADlios%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20moderada%20ou%20grave,2004%20\(23%2C6%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=7%2C8%25).-,%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20domic%C3%ADlios%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20moderada%20ou%20grave,2004%20(23%2C6%25)). Acesso em: novembro de 2024.

IBGE/IPCA. **Índice Nacional de preços ao consumidor amplo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em: julho de 2023.

IBGE/SIDRA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: julho de 2023.

IBGE/SIDRA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9552>. Acesso em: agosto de 2024.

IBGE/SIDRA. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: julho de 2023.

IBGE/SIDRA. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**, São Luís, v. 14, n.1, p. 1-58, 2020.

IBGE/SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IMESC. **Espacialização das comunidades tradicionais no Maranhão – 2023**. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/portal/Home>. Acesso em: julho de 2023.

IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão – 2018**. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/31d93d4e68a8b54d8a05493f43761db3.pdf>. Acesso em: julho de 2023.

INCRA. **Relação de assentamentos criados e reconhecidos – ano 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view>. Acesso em: abril de 2025.

Instituto Ibirapitanga. **10 questões sobre alimentação no Brasil hoje (2018)**. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Ibi_Relat%C3%B3rio_alimenta%C3%A7%C3%A3o_online%C6%92.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil**. Dossiê nº 27, abril de 2020.

Jornal da USP. **Qual a diferença entre fome e insegurança alimentar? (2023)**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/qual-a-diferenca-entre-fome-e-inseguranca-alimentar/>. Acesso em dezembro de 2024.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEMOS, J. de J. S. Efeitos da expansão da soja na resiliência da agricultura familiar no Maranhão. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 2, p. 26-37, 2015.

LIMA, R. de S. **Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da zona da mata mineira: mudanças e permanências**. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2015.

Lody, R. **Diga-me o que comes e te direi quem és**. Folha de São Paulo (05/02/1997). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq050232.htm>. Acesso em fevereiro de 2025.

LOUZADA, M. L. da C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 12, 2023. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004744>

MACHADO, L. M. **O acampamento coragem e os impactos culturais da usina hidrelétrica de Estreito (MA)**. XV enecult-encontros de estudos multidisciplinares em cultura. Anais, 2019.

MALASSIS, L. Histoire de l’agriculture, histoire de l’alimentation, histoire générale. **Économie rurale**, n. 184-18, p. 192-1986, 1994. <https://doi.org/10.3406/ecoru.1988.3911>

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MAM. **Estrada de ferro Carajás: Processados pela Vale**. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/11/29/estrada-de-ferro-carajas-processados-pela-vale/>. Acesso em: agosto de 2023.

MASSOLI, E. C.; BORGES, F. Q. Análise das externalidades geradas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e o processo de desenvolvimento. **Desenvolvimento em questão**, v. 12, n. 28, p. 251-278, 2014. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2014.28.251-278>

MENASCHE, R. Tendências da alimentação contemporânea: percurso e elementos para uma agenda de pesquisa. **Revista Campos**, v.19, n.2, 2018.

<https://doi.org/10.5380/cra.v19i2.64921>

MENASCHE, R.; COLLAÇO, J. H. L.; TEMPASS, M. C. Comida para pensar: apresentando um dossiê... **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 4-8, jul./dez. 2015.

<https://doi.org/10.15210/tes.v3i2.7160>

Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2019/2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/plano-safra-2019-2020>. Acesso em: julho de 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2020/2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-2020-2021-entra-em-vigor-nesta-quarta-feira>. Acesso em: julho de 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2023/2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>. Acesso em: julho de 2023.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** [Internet]. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 156 p., 2014.

Ministério da Saúde (BR). **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 33p., 2015.

Ministério do Desenvolvimento Social (BR). **Estudo Técnico N.º 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: dezembro de 2024.

MIRANDA, E. E de. **Áreas cultivadas no Brasil e no mundo**. *AgroANALYSIS*, v. 38, n. 2, p. 25-27, 2018. (embrapa)

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung–Agronegócio: um negócio global**, São Paulo, 2021.

MST. **Apresentação**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: janeiro de 2025.

NASCIMENTO, A. L.; MENASCHE, R. Comida, ato alimentar e outras reflexões consumidas. *Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade*, Vol. 5, n. 2, 2017.

NEXO. **Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-e-uma-realidade>. Acesso em: novembro 2024.

NILSON, E. A. F. Alimentos ultraprocessados e seus riscos à cultura alimentar e à saúde. **Revista de Alimentação e Culturas das Américas - RACA**. ago./dez, 2022. <https://doi.org/10.35953/raca.v3i2.145>

NÓBREGA, M. L. C. **Geografia das resistências: encontros e batalhas camponesas no bico do papagaio e cerrados sul maranhenses**. São Carlos: Editora Pedro e João Editores, 2021.

NUGEO – Núcleo Geoambiental. **Bacias hidrográficas maranhenses**. Disponível em: https://www.nugeo.uma.br/?page_id=255. Acesso em: agosto de 2023.

O Joio e o Trigo. **Margarina: isenta de impostos e pronta para sentar à mesa**. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/11/margarina-isenta-de-impostos-e-pronta-para-sentar-a-mesa/>. Acesso em: novembro de 2024.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

ONU. **Ano Internacional da Quinoa pode diminuir insegurança alimentar e transformar a dieta mundial**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/61742-ano-internacional-da-quinoa-pode-diminuir-inseguran%C3%A7a-alimentar-e-transformar-dieta-mundial>. Acesso em: novembro de 2024.

ONU. **Como alimentar 10 bilhões de pessoas até 2050?**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/como-alimentar-10-bilhoes-de-pessoas-ate-2050>. Acesso em: novembro de 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: outubro de 2024.

ORIGUÉLA, C. F. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2019. <https://doi.org/10.14393/RCG217347876>

PEREIRA, E. S.; SANTOS, M. M. da S.; TARGA, M. Impactos ambientais da usina hidrelétrica de Estreito, MA–Amazonia-Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Técnica Ciências Ambientais**, v. 1, n. 7, p. 1-12, 2023.

POLAIN, J. P. **Sociologias da alimentação. Os comedores e o espaço social alimentar**. Trad. De Rossana Pacheco, Carmen Rial e Jaimir Conte. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

Porto do Itaqui. **Movimentação de Carga**. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.com/porto-do-itaqui/operacoes-portuarias/movimentacao-de-carga>. Acesso em: agosto de 2023.

RAMOS, P.; STOREL JUNIOR, A. O. **O açúcar e as transformações nos regimes alimentares**. Cadernos de Debate, v. 8, p. 1, 2001.

RASTOIN, J. L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. [S.l.]: Quae, 2010, 565 p. <https://doi.org/10.3917/quae.rasto.2010.01>

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar nos estados**. ISBN: 978-65-87504-54-4, 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **OSAL**267. ano VI, n. 16, 2005.

SABOURIN, E. et al. **Abordagens em termos de sistemas alimentares e territórios no Brasil**. In: GRISA, C.; SABOURIN, E.; ELOY, L.; MALUF, R. *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

SANTOS, H. F. dos. Neoliberalismo e expansão do agronegócio globalizado no Brasil. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, 2022. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63310>

SANTOS, I. de J. P. **Impactos causados pela bovinocultura “de corte” nos assentamentos de reforma agrária do Maranhão: segurança alimentar, modificação da paisagem e transformações regionais**. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônômica) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.): *Território: Globalização e fragmentação* São Paulo: Hucitec/Anpur, 4ª ed, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Record, 2023.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SCHWARZ, A. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. **Tempo Social**, v. 2, p. 75-114, 1990. <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**/ tradução Dinah de Abreu Azevedo –São Paulo: Geia, 2013.

SILVA, C. A. da. A modernização dos regimes alimentares. *Crítica Urbana*. Revista de Estudios Urbanos y Territoriales, Vol.5 núm. 26 **Hábitat y salud. A Coruña: Crítica Urbana**, dezembro de 2022.

SILVEIRA, M. L. **Território usado**: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, Vol. XV: janeiro/dezembro, 2011.

SODRÉ, R. B. **Geografia da conflitualidade: contributos à construção de uma teoria desde o Maranhão Agrário**. 2022. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

Suzano. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/suzano/quem-somos>. Acesso em: janeiro de 2025.

TEIXEIRA, G. O censo agropecuário 2017. **Revista NECAT**-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 8, n. 16, p. 8-39, 2019.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Alimentação Infantil II: Consumo alimentar de crianças menores de 5 anos**: ENANI – 2019 - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

USGS. **Novo mapa de plantas - insegurança alimentar e hídrica**. Disponível em: <https://www.usgs.gov/news/featured-story/new-map-worldwide-croplands-supports-food-and-water-security>. Acesso em: novembro de 2024.

VALE. **Estrada de Ferro Carajás**. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/logistica>. Acesso em: agosto de 2023.

VERNON, J. **Fome: Uma História Moderna**. Editora: Harvard College, 2007.

Via Campesina. **Soberania alimentar explicada (2003)**. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/2003/01/food-sovereignty/>. Acesso em: fevereiro de 2025.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (I) Material e Geografia Agrária: Paradigmas Em Questão (Immaterial territory and Agrarian Geography: paradigms in question). **Revista Nera**, n. 23, p. 27-42, 2013. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i23.2636>

VLI. **Sistema logístico multimodal**. Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/negocios/>. Acesso em: agosto de 2023.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

YOUTUBE. **Agro - De Gente Pra Gente - Regina - Globo (2022)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhsGpAJ82NA>. Acesso em: julho de 2023.

ZIEGLER, J. **Destrução em Massa - Geopolítica da fome**. Editora: Afiliada, 2013.

APÊNDICES

Apêndice I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



Roteiro de entrevista – Assentamentos Rurais

Entrevistado: _____

Município: _____

Assentamento: _____

Distância do município: _____

1. Responsável pelo lote: _____

2. Área do lote (ha): _____

3. Quantidade de residentes no lote: _____

4. Situação anterior da área correspondente ao assentamento (proprietário anterior, desapropriação, etc.) _____

5. Utilização da área do lote:

() Pastagens _____ Total (ha) _____

Quantos hectares são destinados ao consumo? _____

() Criação de animais (total) _____ Quantidade destinada ao consumo _____

() Culturas temporárias _____

 Total hectares _____ Quantos hectares são destinados ao consumo? _____

() Culturas permanentes _____

 Total (ha) _____ Quantos hectares são destinados ao consumo? _____

() Matas naturais _____ (ha)

() Reflorestamento _____ (ha)

() Outros (especificar) _____

6. A produção é baseada em algum princípio agroecológico ou de agrofloresta?

7. Utiliza-se adubos químicos, insumos, fertilizantes e/ou agrotóxicos na produção?

8. Qual tipo de mão de obra predominante na produção?

() familiar;

() assalariada;

() parte familiar e parte assalariada (especificar).

9. A renda da família é oriunda em sua maior parte:

- () da produção do lote
() de trabalho realizado fora do lote

10. Qual o principal destino da produção? (feiras, PAA, PNAE, outros)

11. Vocês participam de alguma política de crédito atualmente? Especificar

12. Você acessa algum programa ou benefício Social?

- ☐ Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família)
☐ Auxílio Emergencial
☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)
☐ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
☐ Garantia-Safra (Parte PRONAF)
☐ Seguro-Defeso (ou Pescador Artesanal)
☐ Outro: _____

13. Quais os principais desafios que você identifica no seu lote e no assentamento?

Apêndice II



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



**GUIA DE PERGUNTAS DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR e
CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS**

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes que pudessem comprar mais comida?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
5. Nos últimos três meses, algum morador ou moradora de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
6. Nos últimos três meses, algum morador ou moradora de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
7. Nos últimos três meses, algum morador ou moradora de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

8. Nos últimos três meses, algum morador ou moradora de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO
 - ☐ SABE/NÃO RESPONDEU
14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?
- ☐ SIM
 - ☐ NÃO
 - ☐ NÃO

☐ SABE/NÃO RESPONDEU

15. Ontem você consumiu:

Feijão

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Arroz

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Frutas frescas (não considerar suco de frutas)

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Verduras e/ou legumes (não considerar batata, mandioca, aipim, macaxeira, cará e inhame)

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Hambúrguer e/ou embutidos (presunto, mortadela, salame, salsicha, linguiça)

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó, água de coco em caixinha, xaropes de guaraná/groselha, suco de fruta com adição de açúcar)

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacotes ou biscoitos salgados

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Biscoito recheado, doces ou guloseimas (balas, chicletes, pirulitos, caramelo, gelatina)

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

Apêndice III



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



- 1- Hoje você é assentado da reforma agrária, como foi seu processo até a conquista do lote?
- 2- Há ou houve algum conflito dentro do assentamento, mesmo no processo inicial de ocupação?
- 3- Sobre a presença do MST no processo de constituição do assentamento, como ocorreu?
O movimento ainda está presente dentro do assentamento?
- 4- Você já possui a titulação da terra?
- 5- Quais os desafios e dificuldades você enfrentou e/ou enfrenta no assentamento?